

**LIDIANE MOREIRA E SILVA**

**AS CONSTRUÇÕES DE IDENTIDADES NACIONAIS: as óticas poéticas de  
Agostinho Neto e Fernando Pessoa**

**ASSIS  
2014**

**LIDIANE MOREIRA E SILVA**

**AS CONSTRUÇÕES DE IDENTIDADES NACIONAIS: as óticas poéticas de  
Agostinho Neto e Fernando Pessoa**

Dissertação apresentada à Faculdade de  
Ciências e Letras de Assis – UNESP –  
Universidade Estadual Paulista para a  
obtenção do título de Mestre em Letras (Área  
de Conhecimento: Literatura e Vida Social)

Orientador: Rubens Pereira dos Santos

**ASSIS  
2014**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

S586c Silva, Lidiane Moreira e  
As construções de identidades nacionais: as óticas poéticas  
de Agostinho Neto e Fernando Pessoa / Lidiane Moreira e Silva.  
Assis, 2014  
144 f. : il.

Dissertação de Mestrado - Faculdade de Ciências e Letras de  
Assis - Universidade Estadual Paulista.

Orientador: Dr. Rubens Pereira dos Santos

1. Literatura comparada. 2. Agostinho Neto, 1922 – 1979.  
3. Pessoa, Fernando, 1888 – 1935. 4. Poesia angolana (Portu-  
guês). 5. Poesia portuguesa. I. Título.

CDD 809  
869.1

## **DEDICATÓRIA**

Àquela que me ensinou o valor dos estudos: minha mãe Zélia. Exemplo de amor, força e perseverança, maior incentivadora e patrocinadora de todos os meus planos e sonhos.

## AGRADECIMENTOS

Minha gratidão se estende a muitas pessoas. Poderia elaborar uma grande lista dos que contribuíram para que este trabalho tivesse hoje esta versão e para que eu seja quem sou ao final deste ciclo tão árduo e tão bonito. Entretanto, receando ser injusta, tentarei ser sucinta.

Gratidão aos que contribuíram torcendo, orando, com pensamentos e ações positivas como minha mãe Zélia, que tanto se preocupou, sofreu e se alegrou comigo à distância. Mãe, nunca é demais dizer: obrigada por sempre me inspirar a estudar, a trabalhar e a ser um ser humano melhor em cada gesto!

Às minhas irmãs mais velhas, que me estimularam desde cedo a escrever e ler: Natália sendo minha primeira professora me ensinando a ler antes de entrar na escola e Monica, que foi um dos primeiros estímulos a escrever com seus textos poéticos espalhados por cadernos em casa. Obrigada aos demais familiares que oraram, torceram e contribuíram de muitas formas.

Obrigada amigos e colegas de Assis, em especial minha eterna gratidão ao casal assisense Inez Barchi e Oriovaldo Felisardo, família carinhosa, que desde os primeiros dias na universidade me acolheu e me ajudou inúmeras vezes como só uma família faria. Aos demais amigos da UNESP, aos funcionários e professores da universidade que iniciou minha formação como pesquisadora e educadora nestes longos 7 anos fora da minha cidade natal. Agradecimento especial aos funcionários do CPPA, pela contribuição em minha formação acadêmica na graduação, e aos funcionários da biblioteca que, principalmente ao longo da pós-graduação, foram uma família ajudando não só na pesquisa, mas emocionalmente.

Obrigada aos amigos de São Paulo, embora longe fisicamente, sempre estiveram próximos no apoio, na torcida, ajudando em momentos de cansaço, desânimo e nas dificuldades diversas. Obrigada aos amigos de outras cidades e estados, que fui encontrando ao longo da vida pessoal e acadêmica, minha eterna gratidão pela troca de carinho e conhecimentos.

Agradeço a CAPES pelo apoio financeiro na pesquisa, à seção de pós-graduação pela paciência e pelo empenho na prestação de auxílio e informações. Aos componentes da banca de qualificação, professor Márcio Roberto Pereira, do nosso campus, e professora Rejane Vecchia da USP, pela leitura atenta, pelas sugestões e críticas, contribuindo de maneira significativa para melhoria do trabalho. Agradeço à banca de defesa, novamente com a professora Rejane e com a professora Ana Maria Domingues, do nosso campus, pelas avaliações generosas.

Gratidão ao meu orientador Rubens Pereira dos Santos por ter sido mais que um professor e um orientador, mas um grande amigo e pai, que vez ou outra puxava minha orelha para manter a calma e ponderar no perfeccionismo. Obrigada pelo apoio, por acreditar em minhas ideias, por toda ajuda e inspiração desde a graduação!

Gratidão a Deus presente de tantas formas e nos momentos mais inesperados...

## **EPÍGRAFE**

Eu não sou eu nem sou o outro,  
Sou qualquer coisa de intermédio:  
Pilar da ponte de tédio  
Que vai de mim para o Outro.

**Mário de Sá Carneiro**

SILVA, L.M. **AS CONSTRUÇÕES DE IDENTIDADES NACIONAIS: as óticas poéticas de Agostinho Neto e Fernando Pessoa.** 2014. 141 f. Dissertação (Mestrado em Letras). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2014.

## RESUMO

Embora de países e vivências literárias distintas, Fernando Pessoa (1888 – 1935) e Agostinho Neto (1922 – 1979) possuem em comum a temática da identidade nacional em suas respectivas obras, *Mensagem* (1934) e *Sagrada Esperança* (1974). Pessoa perfaz o caminho traçado por Camões em *Os Lusíadas*, lançando luz sobre os mitos e exaltando a nação portuguesa por meio dos feitos históricos, como forma de resgatar as identidades coletivas portuguesas, ao passo que Agostinho traz uma poesia com vestes de engajamento em meio a um período de guerras para a conquista da independência de Angola, mostrando como a Literatura ocupa papel fundamental para a reconstrução social de povos colonizados. Utilizando o método comparativo, propõe-se uma reflexão sob o fazer poético como ferramenta de diálogo e discussão social, além de se promover novos olhares para as poesias estudadas, investigando aspectos semelhantes e dissonantes nos trabalhos poéticos e, assim, refletir sobre as relações entre colonizador e colonizado.

Palavras-chave: Identidade nacional; Fernando Pessoa; Agostinho Neto; poesia; Portugal; Angola.

SILVA, L.M. **THE CONSTRUCTIONS OF NATIONAL IDENTITIES: the poetical optics of Agostinho Neto and Fernando Pessoa.** 2014. 141 f. Dissertation (Master degree in Literature). – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2014.

#### ABSTRACT

Although distinct countries and literary experiences, Fernando Pessoa (1888 - 1935) and Agostinho Neto (1922 - 1979) share the theme of national identity in their respective works, *Mensagem* (1934) and *Sagrada Esperança* (1974 ). Pessoa retraces the path taken by Camões in *Os Lusíadas*, shedding light on myths and extolling the Portuguese nation through historical events as a way to rescue the Portuguese collective identities, while Agostinho creates a poetry marked by engagement amid a period of wars for the conquest of Angola's independence, showing how Literature holds a fundamental role for the social reconstruction of colonized peoples. Using the comparative method, the propose is a reflection on the making of poetry as a tool for dialogue and social discussion, and to promote new approaches to the poems studied, investigating similar and dissonant aspects in the poetic works and thus reflect on the relationships between colonizer and colonized.

Keywords: National Identity, Fernando Pessoa; Agostinho Neto; poetry; Portugal; Angola.

## SUMÁRIO

Introdução.....	10
Capítulo 1: Caminhos históricos: as formações de identidades coletivas.....	18
1.1. As construções de identidades nacionais.....	19
1.2. Colonizador x Colonizado: o debate de culturas.....	21
1.3. Histórias angolanas.....	28
1.4. Passos históricos portugueses.....	51
Capítulo 2: Exaltação às identidades nacionais.....	60
2.1. O resgate das identidades africanas pela Negritude.....	61
2.2. Angola e Portugal: identidades que dialogam.....	71
2.3. As identidades coletivas em poemas de Agostinho e Pessoa.....	73
Capítulo 3: Comparando e recriando o olhar sob as poesias – a arte conversando com a realidade.....	93
3.1. O messianismo na reconstrução das identidades.....	94
3.1.1. A Mensagem messiânica de Portugal e Pessoa.....	95
3.1.2. A Esperança africana no mito.....	100
3.2. O mar de memórias.....	111
3.2.1. O mar pessoano.....	113
3.2.2. O mar de Agostinho.....	123
Considerações Finais.....	134
Bibliografia.....	136
Anexos.....	139

## INTRODUÇÃO

É com o que há de menor, com o que há de insignificante [...] que começamos, em seguida recorremos ao trabalho e ao descanso a um silêncio ou a uma pequena alegria solitária, a tudo aquilo que fazemos sozinhos, sem participantes e colaboradores, assim damos início àquele que não presenciaremos, do mesmo modo que nossos antepassados não nos puderam presenciar. E no entanto eles, que se foram há muito tempo, se encontram em nós, como projeto, como carga pesando sobre o nosso destino, como sangue que corre em nós e como um gesto que desponta das profundezas do tempo.

Rainer Maria Rilke

A História é traçada literariamente, embora não seja sempre revestida de símbolos e fantasias. Escrita ou oral é sustentada no tempo por meio das narrativas. Um transmissor de enredos adequa seu discurso à sua visão, à sua interpretação e ao seu modo de reproduzir, sem deixar de atentar ao receptor que pretende alcançar e dialogar. A poesia, objeto investigado nesta pesquisa, pode ser um dos modos narrativos de registro da História não ficcional e, embora não deixe de se valer da ficção, ela cumpre seu papel de narrativa escrita da memória quando ressignifica olhares ante o contexto.

Questões são suscitadas por meio do olhar literário diante da História: de que maneira ela se insere na construção histórica e ideológica das identidades de uma nação? Como ela explora as questões de um povo sobre sua personalidade? Qual o papel do escritor/poeta na confecção de textos que possuem como temática os acontecimentos ocorridos em uma nação?

Antonio Candido (2004) no ensaio “O direito à literatura” discute sobre a valoração social dada à arte e a posição da mesma dentro da formação intelectual, política e psicológica. O crítico dá enfoque em sua exposição à Literatura e demarca a necessidade que todos temos de nos infiltrarmos no universo da ficção e da poesia, sendo uma necessidade, ou seja, um ato imprescindível à existência humana, portanto, constitui um direito, considerando ser impossível não elaborar Literatura diariamente, evidentemente pensada em um sentido amplo. Ele coloca ainda:

Portanto, assim como não é possível haver equilíbrio psíquico sem o sonho durante o sono, talvez não haja equilíbrio social sem a literatura. Deste modo ela é fator indispensável de humanização e, sendo assim, confirma o homem na sua humanidade, inclusive porque atua em grande parte no subconsciente e no inconsciente. Neste sentido, ela pode ter importância equivalente à das formas conscientes de inculcamento intencional, como a educação familiar, grupal ou escolar. Cada sociedade cria as suas manifestações ficcionais, poéticas e dramáticas de acordo com os seus impulsos, as suas crenças, os seus sentimentos, as suas normas, a fim de fortalecer em cada um a presença e atuação deles. (CANDIDO, 2004, p. 175)

Candido afirma que a Literatura é instrumento de educação e conhecimento, por consequência, atuante no estabelecimento de manifestações, denúncias, críticas, combates, apoiando ou impulsionando à reflexão e discussão dos problemas, fazendo com que seja improvável que se saia ileso dessa relação. À Literatura, como às tantas outras artes, cabe a tarefa de contribuir para a construção identitária, tanto por ser uma forma de expressão cultural, quanto por tornar-se, em muitos momentos, um meio de registro dos fatos vivenciados por uma nação.

Para os países africanos colonizados por Portugal, a Literatura faz o resgate da memória e reforça a identificação da nação por meio da tradição oral, sustentando na linguagem o elo com o passado e com as identidades; promovendo, ainda que em um idioma diferente do materno, o reestabelecimento e a elevação das identidades coletivas, além de possibilitar o diálogo com o universal.

A partir de tais considerações, o escritor é tido como um intelectual que exerce papel social, não dissociando a obra do criador. Edward Said aborda a função social do intelectual no ensaio “O papel público de escritores e intelectuais” publicado obra *Cultura e Política* (2003). Said afirma não ser necessária a distinção entre escritores e intelectuais porque ambos atuam na esfera pública e define que o papel do intelectual “é elucidar a disputa, desafiar e derrotar tanto o silêncio imposto quanto o silêncio conformado do poder invisível, em todo lugar e momento que seja possível.” (p. 35). Embora muitas vezes seja imparcial, o escritor possui a comunicação como forma de aguçar a reflexão e discussão política. Pode ser interlocutor de um lado de um fato ou apresentar seus diversos ângulos. Adquirindo ares de fonte histórica ou crítica, age como intermediador por trazer uma visão, sendo “uma espécie de memória alternativa,

que exponha seu próprio discurso alternativo, que não permita que a consciência ignore a realidade ou fique adormecida.” (SAID, 2003, p. 40).

Com base nessas reflexões, propõe-se discutir os trabalhos poéticos de Fernando Pessoa (1888-1934) em *Mensagem* (1934) e de Agostinho Neto (1922-1979) em *Sagrada Esperança* (1979), tendo em conta que ambos formam uma releitura histórica a partir da poesia, dialogando com a nação a qual pertencem e constituem fonte histórica. Entretanto, fundamentam-se na memória coletiva, que não se propõe a elencar fatos artificialmente, mas de forma que se possa vislumbrar o olhar da pluralidade sobre os fatos vividos pelos povos. Como nos coloca Maurice Halbwachs em *Memória Coletiva*:

A memória coletiva se distingue da histórica pelo menos sob dois aspectos. É uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. Por definição, ela não ultrapassa os limites deste grupo. (1990, p. 81-82):

Observando o campo literário como forma de expressão da identidade nacional, a dissertação se debruçará nas análises dos poemas para identificar os aspectos fundamentais que concernem à literatura portuguesa e à literatura africana de língua portuguesa, unindo-as aos aspectos biográficos dos poetas. Deste modo, será possível realizar a comparação entre as duas estruturas poéticas e elucidar questionamentos acerca da construção de identidades coletivas.

Vestindo olhares analíticos para as histórias de Portugal e Angola, e refletindo teoricamente sobre a construção de identidades nacionais, repensou-se sobre a construção identitária dos dois países e, neste caso, tratando-se de um trabalho comparativo, buscou-se elaborar um panorama das relações entre colonizador e colonizado para que seja possível compreender como as poesias de Agostinho e Pessoa, que viveram quase no mesmo período, mas em contextos distintos, conversam acerca da identidade nacional.

O autor de *Sagrada Esperança* (1974) constroi suas poesias calcadas no olhar para a temática da identidade nacional. A escrita de Agostinho Neto ressoa sua vivência histórica na política de Angola e dos países africanos colonizados por Portugal. Líder do

MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) e médico, Agostinho foi preso diversas vezes e mesmo encarcerado produziu poemas significativos que rememoram momentos históricos do continente africano. Engajado na luta pela independência, “[...] ele vê, entende e, por conseguinte, reflecte as labutas e a resistência do seu povo, as suas necessidades e a sua determinação.” (DAVIDSON *in* NETO, 1974, p. 2). Enraizada na literatura angolana patriótica, as poesias de Agostinho foram produzidas entre os anos 1950 e 1970, tendo como pano de fundo o fortalecimento da escrita na Língua Portuguesa com resquícios de africanidade visando à luta contra o colonialismo português.

*Sagrada Esperança* é constituída de poemas de outras duas obras do autor *Quatro Poemas de Agostinho Neto* (1957) e *Poemas* (1961). Foi primeiramente publicada na Itália com o título *Com Occhi Asciutti*, tendo sido traduzido em português como “Com os Olhos Secos”, remetendo à esperança. Foi publicada posteriormente na Iugoslávia em versão bilíngue (português e servo-croata), em russo e chinês e em diversas outras línguas, espalhando por todo mundo a “história épica do alargamento da consciência de um povo lançado num moderno movimento de libertação.” (HOLNESS *in* NETO, 1974, p. 28).

Os poemas de Fernando Pessoa em *Mensagem* (1934) fazem parte de uma coletânea que participou do concurso “Antero de Quental”, instituído pelo Secretariado de Propaganda Nacional português, no qual o poeta ganhou o segundo lugar. Embora tenha iniciado a escrita das poesias a partir de 1913, a obra só ganhou corpo em torno de 1928, ano em que Pessoa compõe os poemas “em que se vai corporificando o SER da Pátria” (SILVEIRA, 1992, p. 8).

Inicialmente, *Mensagem* foi nomeada *Portugal*, entretanto houve uma mudança no título devido ao conselho de um amigo. A obra apresenta uma visão nacionalista baseada nos mitos heroicos de Portugal, tendo em vista a reconstrução do patriotismo português e, com isso, expõe o desejo de reconstituição da identidade coletiva, sendo:

a idéia de um livro que ofereceria, como resposta e estímulo à abulia e estagnação do Portugal seu contemporâneo, o fulgor de uma chama pretérita: a luz, o brilho, o fogo, a brasa oculta que, ardendo no símbolo da Pátria (o brasão), romperia como farol o nevoeiro que amortalhava Portugal. (SILVEIRA, 1992, p. 9).

Como Agostinho, Pessoa tem como temática o caminho histórico nacional e rememora os sofrimentos de seu país. Há nos poemas de *Mensagem* o intuito de se fazer uma epopeia camoniana moderna para a recuperação da autoestima da nação portuguesa.

Neste trabalho comparativo, é fundamental indicar que ambos os poetas carregam as funções sociais no sentido de recompor a confiança dos povos na autonomia da nação, entretanto, apenas para Agostinho a confiança evidenciada na poesia torna-se arma fundamental de luta política. Na reflexão das funções sociais exercidas pelos poetas, nota-se que Agostinho cumpre o papel de interlocutor da resistência e do combate. Edward Said afirma que:

[...] no início do século XXI, o escritor segue cada vez mais atributos oposicionistas em atividades como a de dizer a verdade diante do poder, ser testemunha de perseguição e sofrimento, além daquele de dar voz à oposição em disputas contra a autoridade. (2003, p. 29)

No período em que compreende o trabalho político e poético do poeta angolano, Portugal vivia a Ditadura Salazarista e, portanto, os países colonizados, que já conviviam com sua liberdade cultural ceifada pelas mãos do colonizador, provavam também da censura e da violência ditatorial. Assim, a ação poética de Agostinho se reproduz como um ato presente de demarcação da memória social dos africanos colonizados e como promoção para um futuro liberto, haja vista que era uma forma de promover o diálogo e de reproduzir a fala de seus antepassados e de sua nação, portanto, como diz Said: “no papel simbólico especial do escritor como um intelectual que testemunha a experiência de um país ou de uma região, dando a essa experiência, portanto, uma identidade inscrita para sempre na agenda discurso global” (SAID, 2003, p. 29).

O trabalho poético de Pessoa em *Mensagem* esboça seu comprometimento com a recuperação da autoestima portuguesa e seu nacionalismo, compreendido como fruto de sua busca de naturalização portuguesa:

Em 1910 a <<naturalização>> de Fernando Pessoa estava consumada. E, para não desmentir a regra, mercê da qual se verifica que o patriotismo dos naturalizados é, em geral, mais exacerbado do que o dos aborígenes – Fernando Pessoa não pode ser considerado aborígine puro –, o poeta da *Mensagem* tomara tão a sério o seu papel de português que, não contente com a situação de Portugal – país pequeno de cultura reflexa e sem originalidade –, decide chamar a si a missão dos profetas e proclamar alto e bom som que a pátria de Camões está destinada a criar no mundo uma nova <<civilização lusitana>>. (SIMÕES, 1980, p. 147)

Embora tenha vivido boa parte de sua juventude na África do Sul e tenha sido educado em língua inglesa, o poeta conservou em sua história a identificação com a nação lusitana e utilizou de seu papel como intelectual para expressar sua visão nacionalista como se possuísse uma missão na restauração portuguesa da confiança em seu poder como nação. Do período de vivência no continente africano “Não há maiores referências, na obra de Pessoa [...] talvez porque, no íntimo, nunca tenha partido de Lisboa.” (FILHO, 2012, p. 68).

O engajamento dos poetas para com seu país é formulado a partir da necessidade de explorar a memória coletiva. As memórias pessoais de ambos desenham os percursos seguidos em suas consciências sociais e em seus trabalhos poéticos e estão interligadas na transcrição da memória coletiva:

A memória coletiva [...] envolve as memórias individuais, mas não se confunde com elas. Ela evolui segundo suas leis, e se algumas lembranças individuais penetram algumas vezes nela, mudam de figura assim que sejam recolocadas num conjunto que não é mais uma consciência pessoal.” (HALBWACHS, 1990, p. 53-54)

Com as palavras de Halbwachs compreende-se que, embora partindo de um universo pessoal, os elementos motivadores do engajamento de Pessoa e Neto são reformulados a partir da sistematização em suas artes. O que se ambiciona explorar neste trabalho é a forma como se desenvolveram os pensamentos críticos dos poetas acerca do processo de construção de identidade e, assim, vislumbrar novas perspectivas históricas identitárias, tendo a Literatura como suporte.

É fundamental recordar a visão de Candido sobre a responsabilidade da Literatura em se fazer presente na existência humana e nas relações sociais para que essas sejam saudáveis, pois neste caso, por meio do universo criativo e de elaboração ficcional/poética das histórias, torna-se possível a identificação da própria identidade. Assim, as poesias que recontam histórias, formam e propagam a humanização fortalecem o exercício de autorreconhecimento no meio social, bem como a participação histórica na construção identitária.

Pretende-se reelaborar o olhar para as poesias de Agostinho e Pessoa por meio da comparação para que se possam suscitar questionamentos e críticas tanto no sentido poético como social, haja vista a importância que cada um dos poetas teve para a história nacional de seus países. Além disso, espera-se que por meio dos poemas possa-se repensar as formas como se fazem as construções identitárias em países colonizados e países ditos colonizadores, lembrando que a implicância de ser país que coloniza, nem sempre está atrelada ao povo, mas àqueles que governam. Diante disso, tem-se como intenção que esta comparação seja uma ferramenta de contribuição para o estudo de literaturas e culturas portuguesas e africanas, e também para o estudo de identidades nacionais.

O roteiro seguido propõe no primeiro capítulo o desenvolvimento de alguns conceitos básicos para compreensão da temática analisada nas obras como a construção de identidades nacionais e as relações coloniais. São também narrados alguns fatos importantes das histórias de Angola e de Portugal para que leitor tenha alguma proximidade com a formação social dos dois países e possa compreender as questões trazidas nos poemas.

No segundo capítulo reflete-se sobre a questão da identidade nacional, iniciando o olhar para a valorização do negro com o movimento de negritude, e das relações entre Angola e Portugal.

As primeiras análises dos poemas ao final do capítulo dois, de maneira geral, objetivam trazer uma primeira visão analítica para as obras estudadas e encaminhar o leitor para o terceiro capítulo, onde serão expostas novas análises comparativas dos poemas de Fernando Pessoa e Agostinho Neto.

O terceiro capítulo destina-se à análise minuciosa dos poemas, que se faz imprescindível, tanto por tratar-se de um trabalho dissertativo sobre literatura, quanto por considerar que o gênero poesia é rico em significados, que são melhores compreendidos quando esmiuçados. Portanto, o emprego do tema proposto não seria tão bem articulado apenas por meio da teoria: é preciso dissolver as interrogações deixadas pela palavra, que quando inserida no poema reveste-se de muitas máscaras, ou provocá-la nesta tentativa de desvelamento, interrogar-lhe as formas e os espaços ocupados para que se elenquem novas perspectivas.

Após o terceiro capítulo as considerações finais retomam algumas reflexões discorridas nos capítulos, fazendo um arremate das ideias propostas e redesenhando o itinerário percorrido para que se chegue ao objetivo proposto na pesquisa.

## **CAPÍTULO I**

### **CAMINHOS HISTÓRICOS: A FORMAÇÃO DAS IDENTIDADES COLETIVAS**

## 1.1. As construções de identidades nacionais

Identidade, do latim *identitas*, significa a circunstância de um indivíduo ser aquele que diz ser, ou aquele que alguém presume que ele seja. Portanto, a identidade está atrelada ao cronológico, isto é, à história, e à somatória da visão do próprio sujeito com o julgamento externo. Assim, traçar um perfil ou definir características para formar uma identidade, requer conhecimentos anteriores acerca do sujeito/grupo e, principalmente, abrir mão do pensamento primário no qual uma personalidade é permanente. A identidade conserva-se em movimento, portanto, em transformação e é originada ao longo do tempo por processos de identificação com o social.

Deste modo, ao longo desta reflexão dissertativa será usada a nomenclatura e o conceito de identidades coletivas plurais para nos reportarmos à identidade nacional. Essa pluralidade refere-se ao olhar transitório da mesma, pois é imprescindível pontuar que identidades, sejam elas individuais, coletivas de grupos ou nações, são processos em construção. Boaventura de Sousa Santos em *Pela mão de Alice* (1995) afirma que:

Sabemos hoje que as identidades culturais não são rígidas nem, muito menos, imutáveis. São resultados sempre transitórios e fugazes de processos de identificação. Mesmo as identidades aparentemente mais sólidas, como a de mulher, homem, país africano, país latino-americano ou país europeu, escondem negociações de sentido, jogos de polissemia, choques de temporalidades em constante processo de transformação, responsáveis em última instância pela sucessão de configurações hermenêuticas que de época para época dão corpo e vida a tais identidades. Identidades são, pois, identificações em curso. (SANTOS, 1999, p. 135)

A partir da conceituação de Boaventura compreende-se que a identidade nacional é cronológica, isto é, vive a História, portanto se flexiona em uma relação dialética, identificada no exercício do olhar estrangeiro sob sua cultura e a cultura alheia para compreensão do passado e do presente social. Olhar para a cultura estrangeira faz enxergar a própria identidade por atentar-se ao que o difere do outro e, conseqüentemente, passa-se a reencontrar a própria cultura. No processo constitutivo da identidade a relação com o “outro” pode ser estabelecida frequentemente de modo hierarquizante.

Quem pergunta pela sua identidade questiona as referências hegemônicas mas, ao fazê-lo, coloca-se na posição de outro e, simultaneamente, numa situação de carência e por isso de subordinação. Os artistas europeus raramente tiveram de perguntar pela sua identidade, mas aos artistas africanos e latino-americanos, a trabalhar na Europa vindos de países que, para a Europa, não eram mais que fornecedores de matérias-primas, foram forçados a suscitar a questão da identidade. (SANTOS, 1999, p. 135)

As relações hierárquicas estabelecidas dentro da construção de identidades coletivas figuram como ensejos para conflitos, quando resultam na organização social para quebra de paradigmas e lutas políticas. Resultam dos questionamentos sobre identidades de um grupo, embates sociais, sejam eles entre classes étnicas, econômicas ou entre países. Em um sistema colonial, a relação de hierarquização é clara pela interferência do colonizador na autonomia política, econômica e cultural do colonizado e forma obstáculos para a construção identitária.

No tópico seguinte serão discutidos alguns aspectos da relação entre os componentes desse sistema, trazendo à baila a reflexão dos discursos simulados para que seja possível direcionar um novo olhar às histórias de Portugal e Angola, à forma como são construídas as identidades nacionais no contexto dos dois países e nos textos poéticos pesquisados.

## 1.2. Colonizador x Colonizado: o embate de culturas

Em *Dialética da Colonização* (2010), Alfredo Bosi explica que a palavra *colonização* é derivada do verbo latino *colo* “cujo particípio passado é *cultus* e o particípio futuro é *culturus*” e que “significou, na língua de Roma, *eu moro, eu ocupo a terra*, e, por extensão, *eu trabalho, eu cultivo o campo*.” (p. 11). De acordo com Bosi, o ato de colonizar é ainda atrelado aos romanos e diferencia a ação de habitar e cultivar da atividade colonizadora. A distinção para ele está entre o deslocamento de seu território para outro onde, habitando e cultivando, exercem a própria capacidade de lavrar o solo alheio, enquanto que ao colonizar fazem lavrar o mesmo solo.

Mas o novo processo não se esgota na reiteração dos esquemas originais: há um *plus* estrutural de domínio, há um acréscimo de forças que se investem no desígnio do conquistador emprestando-lhe às vezes um tônus épico de risco e aventura. A colonização dá um ar de recomeço e de arranque a culturas seculares.

O traço grosso da dominação é inerente às diversas formas de colonizar e, quase sempre, as sobredetermina. *Tomar conta de*, sentido básico de *colo*, importa não só em *cuidar*, mas também em *mandar*. (BOSI, 2010, p. 12)

O ato de colonizar não seria, entretanto, apenas a ação de preencher territórios ocupados e usufruir do espaço físico e humano para lucrar economicamente; a colonização se subscreve principalmente no ato de sobrepor outra cultura a uma já existente, com novas regras, leis e costumes, retirando a autoridade social daqueles que são colonizados. Portanto, compreende-se que a violência no processo colonial não se restringe à tomada de territórios e ao uso de mão de obra escrava e semiescrava, é disseminada por meio da opressão cultural e psicológica.

As motivações e justificativas para as colonizações embasam-se nas necessidades econômicas e, por meio delas, nações colonizadoras procedem com inúmeras ações ultrajantes aos colonizados. Resultando situações sociais e econômicas que perduram séculos, as colonizações comprometem relações sociais, criando cicatrizes nas trajetórias e identidades daqueles que herdaram o título de colonizador e de colonizado.

Albert Memmi em *Retrato do Colonizado Precedido pelo Retrato do Colonizador* (1989) traz reflexões aprofundadas sobre o sistema colonial, o perfil do colonizador e do colonizado. Apesar de abordar o colonialismo moderno, o autor discorre sobre suas formas tradicionais, mostrando que o processo colonial ainda está disposto na atualidade provocando mudanças definitivas nas histórias de sociedades inseridas neste processo. O autor afirma que:

Os motivos econômicos do empreendimento colonial estão, atualmente, esclarecidos por todos os historiadores da colonização; ninguém acredita mais na missão cultural e moral, mesmo original, do colonizador. Em nossos dias, ao menos, a partida para a colônia não é a escolha de uma luta incerta, procurada precisamente por seus perigos, não é a tentação da aventura, mas a da facilidade. (p. 22)

Os textos de Memmi apontam o capital como o combustível para as demais conquistas do colonizador: é pelo crescimento econômico que são exploradas novas terras, há o interesse de doutrinar, impor seus costumes e sua cultura de forma que inferiorize os colonizados e lhes atribuam perfis atrasados e primitivos.

Ao retratar os diversos perfis de colonizador, Memmi dá enfoque àquele que vive dentro da colônia por escolha ou por nascimento, problematizando a ocupação dos territórios e identificando os exploradores como usurpadores, visto que há uma “ilegitimidade constante de sua situação” (p. 25). Explicando a usurpação do colonizador, o autor francês diz:

Estrangeiro, chegado a um país pelos acasos da história, conseguiu não apenas um lugar, mas tomar o do habitante, e outorgar-se privilégios surpreendentes em detrimento dos que a eles tinham direito. E isso, não em virtude das leis locais, que legitimam de certo modo a desigualdade pela tradição, mas ao subverter as normas vigentes, substituindo-as pelas suas.

Revela-se assim duplamente injusto: é um privilegiado e um privilegiado não legítimo, quer dizer, um *usurpador*. (p.25)

Definindo os perfis dos ocupantes da colônia, Memmi divide-os em colonial, colonizador e colonialista. Colonial é o europeu que vive na colônia desde seu nascimento ou por desembarcar nela e está em estado imediato de colonizador, mesmo

que não o queira. Embora “por temperamento ou convicção ética” (p.26) seja um europeu afável e não tenha atitude de colonizador perante o colonizado, viva em situação equivalente a ele, é um beneficiado. Segundo Memmi, o colonial não existe, “pois todos os europeus da colônia são privilegiados”. Embora alguns europeus ocupantes da colônia não sejam ricos, o que os define como privilegiados são as relações sociais quase nunca igualitárias. Na obra o escritor coloca como exemplos, situações existentes no século XX, que se mantêm no século XXI para demonstrar os privilégios cotidianos do europeu colonizador, como facilidades no desenrolar de serviços administrativos, jurídicos, entre outras situações, em que há um “preconceito favorável” (p. 28), ainda que não seja um grande colonizador. A visão de Memmi, além de atual, é um panorama dos resultados dos processos violentos de colonizações.

O colonialista é definido primeiramente como aquele que apoia a colonização, sendo ou não europeu. Memmi define como colonialista o colonizador que se aceita, diferente do colonial que rechaça seus privilégios, o colonialista desfruta dos mesmos e defende o sistema colonial. Nesse sentido, o autor coloca alguns exemplos de colonialistas como os estrangeiros que vão para as colônias e, embora, não pertençam à nação colonizadora, tornam-se colonialistas por possuírem a mesma religião e costumes, o que os colocaria em uma situação cômoda para defender esse sistema. Há também os colonizados assimilados, aqueles que defendem o sistema colonial e participam dele:

Os recém-assimilados situam-se geralmente muito além do colonizador médio. Praticam uma supercolonização; ostentam orgulho desprezo pelo colonizado e lembram com insistência sua nobreza de empréstimo, desmentida freqüentemente por uma brutalidade plebéia e pela sofreguidão. Deslumbrados ainda com seus privilégios, os saboreiam e defendem com avidez e inquietação. E, quando a colonização corre perigo, fornecem-lhe seus defensores mais dinâmicos, suas tropas de choque, e, algumas vezes, seus agentes provocadores. (MEMMI, 1989, p. 30)

O retrato do colonizado, de acordo com Albert Memmi, é difundido na colônia e frequentemente no mundo, de modo que interfere em sua conduta e fisionomia real. Ele defende que há uma mistificação em torno do perfil do colonizado promovida pelo colonizador, que oprime em ações violentas cotidianas e também por meio do discurso discriminatório. Coloca ainda que “A caracterização e o papel do colonizado ocupam

lugar especial na ideologia colonizadora; caracterização infiel ao real, incoerente em si mesma, porém necessária e coerente no interior dessa ideologia.” (p. 84). Nos dizeres de Memmi, o colonizado contribui para a opressão ao aceitar e concordar com a ideologia pregada pelo colonizador, e ao aderir o papel que lhe é atribuído.

Apoiados economicamente em seus colonizadores e sobrevivendo à imposição cultural, as colônias e ex-colônias sofrem na construção de suas identidades nacionais, porque além da exploração humana, há a tentativa de tolhimento das raízes anteriores à colonização, seguindo o pressuposto de que a cultura do colonizado é inferior ou errada. Os processos de colonização no Brasil e principalmente no continente africano são exemplos de tais afirmações.

Nas relações de países colonizados e colonizadores, o estabelecimento de estigmas acerca de sua própria história enuncia a necessidade de serem transpostos diversos obstáculos como a supremacia, o preconceito e a dependência econômica de uma nação pela outra. A ação de repúdio à cultura do colonizador pelo colonizado, torna-se parte fundamental do processo de reconhecimento de sua própria cultura, entretanto, não é possível que haja um esvaziamento da cultura imposta. O colonizado infiltra-se de forma aprofundada no universo do colonizador, indo às universidades daquele que lhe domina, conhecendo a cultura do outro para compreender o que não é sua própria cultura e também com o objetivo de formar-se a partir da cultura do outro para aprender a combater seus abusos.

Em países africanos muitos migraram para a Europa buscando formação em universidades para levar conhecimento aos seus povos. É claro, que por sofrerem com preconceitos por alimentarem-se da fonte de conhecimentos do colonizador, há os que deixam o que lhes era originalmente africano e aderem à cultura estrangeira, como no caso dos assimilados. Há também aqueles que buscaram o meio acadêmico como forma de compreender suas origens e libertar seus países do domínio econômico do colonizador. Visando encontrar suas identidades, os colonizados que migram promovem-se articulações com outras nações, buscando reconhecer suas posições universais.

Indo na contramão das afirmações de Memmi com relação à aceitação do colonizado em sua condição oprimida pelo colonizador, o movimento “Vamos descobrir Angola” e as manifestações de luta pela libertação de Angola e demais países africanos

colonizados por Portugal são exemplos da resistência e consciência de colonizados. O trabalho poético do angolano Agostinho Neto se faz presente como voz do colonizado inconformado e militante na construção de uma nação liberta.

### Saudação

A ti, negro qualquer  
meu irmão do mesmo sangue  
Eu saúdo!

Esta mensagem  
seja o elo que me ligue ao teu sofrer  
indissolúvelmente  
e te prenda ao meu Ideal

Que me faça sentir  
a dor e a alegria de ser o negro-qualquer perdido no mato  
com medo do mundo ofuscante e terrível  
e nos alie agora na sua busca

e me obrigue a sentar-me ao teu lado  
à mesa suja dos excessos de sábado à noite  
para esquecer a nudez e a fome dos filhos  
e sinta contigo a vergonha  
de não ter pão para lhes dar  
para que juntos vamos cavar a terra  
e fazê-la produzir

e me transforme no homem-número-abstracto  
desconhecedor dos objectivos  
na tarefa que nos consome  
como o bastardo desprezado de certo mundo  
nesta madrugada do nosso dia  
me faça enfim o negro-qualquer das ruas  
e das sanzalas sentindo como tu a preguiça  
de dar o passo em frente  
para nos ajudarmos a vencer  
a inércia dos braços musculados

Esta é a hora de juntos marcharmos  
corajosamente  
para o mundo de todos  
os homens

Recebe esta mensagem  
como saudação fraternal  
ó negro-qualquer das ruas e das sanzalas do mato  
sangue do mesmo sangue  
valor humano na amálgama da Vida  
meu irmão  
a quem saúdo!

1950

(1974, p. 72-73)

Em paralelo com Agostinho, o poeta português Fernando Pessoa, também tem em sua biografia a marca do nacionalismo. Pessoa, que viveu muitos anos longe de Portugal devido ao padraço diplomata, construiu uma visão nacionalista como pode ser notado em *Mensagem*. Na obra, as palavras saudosas do império podem ser tomadas como exemplos do discurso colonizador, quando coloca a nação colonizadora como sagrada e gloriosa, aquela que detém o poder e a missão de desbravar terras e é desenvolvida com relação aos demais povos.

PRIMEIRO  
O BANDARRA

Sonhava, anônimo e disperso,  
O Império por Deus mesmo visto,  
Confuso como o Universo  
E plebeu como Jesus Cristo.

Não foi nem santo nem herói,  
Mas Deus sagrou com Seu sinal  
Este, cujo coração foi  
Não português mas Portugal.  
(1992, p. 89)

Os poemas explanam visões semelhantes de nacionalismo, embora partindo de contextos distintos. Entretanto, a relação do conceito com o colonialismo está diretamente evidenciada em Agostinho, pois o escritor está inserido em uma conjuntura histórica de luta contra a colonização. Justamente por haver um discurso direto e formado contra a colonização nos poemas do angolano, é possível notar nos poemas vindos da nação colonizadora um discurso indireto de alienação nacionalista e tentativa de manter o tradicional. Os embates possibilitados por meio da comparação poética poderiam ser silenciosos não fossem os versos engajados dos poetas na questão nacional.

Embora Agostinho tenha sido um colonizado privilegiado por sua formação em Medicina, o que lhe garantiu acesso às mesmas ferramentas de poder intelectual do colonizador, o poeta não se tornou um assimilado, utilizou-se do conhecimento daquele

que o oprimia para lutar pela modificação do contexto social de seus conterrâneos. Em paralelo ao poeta angolano, o engajamento de Pessoa no nacionalismo se fez presente nos poemas também como uma forma de chamamento ao povo português para o revigoramento da fé na superação da nação.

O escritor colonizado é traçado por Albert Memmi como uma raridade devido à falta de literatura em sua língua materna. Ele coloca que “sua ambigüidade lingüística é o símbolo, e uma das maiores causas de sua ambigüidade cultural. E a situação do escritor colonizado é disso uma perfeita ilustração.” (1989, p. 98). A miséria e falta de oportunidades educativas diminui a possibilidade de surgimento de um escritor.

Outra discussão levantada por Memmi é sobre o público leitor deste escritor. Para quem ele escreve? Vencidas as barreiras lingüísticas, manobrando sua língua, recriando-a, nasce a interrogação da compreensão por parte de seus povos. Sabendo que os colonizados não são alfabetizados na língua materna, para quem o escritor colonizado produziria seus textos? Resta-lhe, como única saída, escrever na língua do colonizador embora, ainda assim, permaneça com a questão do entendimento dos povos colonizados. Agostinho pode servir como uma resposta a esse questionamento: ele usa a língua do colonizador como arma para falar ao mundo em nome dos colonizados, denunciando os sofrimentos, instigando a luta pela liberdade. Se por meio da língua daquele que o oprime será ouvido, é por meio dela que promoverá a divulgação da voz dos colonizados.

A discussão da relação colonial contribui para uma visão mais clareada, tanto sobre as construções das identidades nacionais de colonizadores e colonizados, como para as construções poéticas de *Sagrada Esperança* e *Mensagem*. Um olhar atento a tais relações soma na compreensão literária e nas atuais conjunturas políticas portuguesa, africana e até mesmo a brasileira. Embasados no conhecimento de formações coloniais espera-se que o leitor seja capaz de analisar as características culturais originais das nações colonizadas e colonizadoras e aquelas que lhe forjaram, além de enxergar as significativas e falsas informações dos discursos alienantes.

### 1.3. Histórias angolanas

E acrescente-se ainda que para haver uma nação é indispensável que a comunidade historicamente constituída seja estável. É de acordo com este escopo que devemos encarar a necessidade de definir uma cultura e de lhe marcar o papel a desempenhar, a acção a desenvolver, porque, naturalmente, uma cultura não é nem pode ser um elemento estático, é antes um corpo dinâmico, avançado harmoniosamente na via da dialéctica.

Alfredo Margarido

A história escrita de Angola ainda sofre com os efeitos dos muitos anos de guerra e da colonização. Com muitos textos escritos por estrangeiros, isto é, pelo olhar do outro e não de um nativo, sua memória histórica é transmitida de maneira estereotipada e há grandes dificuldades de acesso a materiais autênticos para muitos pesquisadores.

Agostinho Neto está inscrito na história de Angola por sua contribuição intelectual, por suas atividades políticas nos processos de luta pela independência e, ainda, ocupando o cargo de primeiro presidente da república. Com carácter nacionalista, *Sagrada Esperança* traz a memória negra angolana. No decorrer da narrativa de fatos históricos, objetiva-se articular alguns fatos fundamentais para formação do país, sem a ambição de narrar de maneira minuciosa, visto que a dissertação está embasada principalmente nos textos literários dos poetas em questão.

O período que se busca retratar aqui compreende da formação pré-colonial (século XIV) à independência (século XX), dando enfoque ao período colonial, já que se compreende que a presença portuguesa em Angola desenha forte significado para a constituição identitária.

Anterior ao processo de colonização, Angola formou-se por povos de diversas origens da África como atestam registros encontrados nas regiões das Lundas, Congo e no deserto do Namibe. No início do século VI d.C., os Bantu, possivelmente originários da atual República dos Camarões, compuseram uma das maiores migrações da História, levando ao país a evolução de suas tecnologias na metalúrgica, agricultura e cerâmica. A instalação dos Bantu ocorreu por muitos séculos, formando diversos grupos que originaram etnias, existentes nos dias atuais.

Ao longo dos séculos XIV e XVII uma série de reinos foi estabelecida, tendo como principal o reino do Congo que compreendia uma parte do Noroeste da atual Angola.

Em 1483 os portugueses chegaram à África Ocidental sob o comando de Diogo Cão, famoso navegador citado por Fernando Pessoa em *Mensagem* no poema “Padrão”, que será analisado no próximo capítulo.

O esforço é grande e o homem é pequeno.  
Eu, Diogo Cão, navegador, deixei  
Este padrão ao pé do areal moreno  
E para diante naveguei.  
(1992, p. 63)

A princípio, os portugueses mantinham relações com o Congo e posteriormente adentraram às demais regiões. Em 1491, com a chegada de missionários que batizaram o rei do Congo Nzinga Nkuwu de João I, houve a busca pela europeização dos costumes africanos e, ainda, a infiltração do cristianismo. Com a morte do rei Nkuwu, a relação de Portugal com os africanos desta região tornou-se dificultosa e ocasionou em uma guerra civil por haver facções que se opunham e outras que eram favoráveis à permanência portuguesa. Com a vitória dos pró-europeus, tornou-se rei Nzinga Mvemba, conhecido também por Afonso I.

Novamente a relação que era pacífica e amigável declinou com o desinteresse português pela modernização do Congo, já que os tecidos e o marfim não eram suficientemente atrativos. Entretanto, notou-se que a maior fonte de proveitos eram os escravos, sendo a princípio levados à ilha de São Tomé, ao mercado de escravos em Lisboa e, posteriormente, às novas colônias do Brasil.

Inicialmente, as atividades dos europeus em Angola não adentravam o país e não eram diretas nas rivalidades entre os reinos, visto que até aquele momento o interesse português limitava-se à compra de escravos fornecidos pelas guerras ocorridas entre os povos africanos. Conforme havia o aumento da procura de escravos, aumentava a infiltração portuguesa, tendo contribuição do próprio rei do Congo, que orientava os ataques para tal obtenção e os vendia aos portugueses. Tais ataques tinham como área favorita a zona dos Mbundu, no Sul, que correspondia a Angola.

Por volta de 1530, o número de escravos exportados do Congo, pelo porto de Mpinda, era já estimado em 4000 a 5000 por ano, embora o número de escravos capturados devesse ter sido muito maior, pois o índice de mortalidade na marcha até Mpinda e na espera do embarque era grande. (BIRMINGHAM, 1965, p.12)

O comércio de escravos a partir de Luanda começou de maneira ilegal, pois o rei de Portugal e do Congo insistiam que o embarque fosse feito por Mpinda onde havia cobrança de imposto sobre eles e, apesar das proibições, teve crescimento na primeira metade do século XVI com a primeira expedição, tendo Balthasar de Castro como encarregado de explorar o reino do Ndongo (reino dos Mbundu) a fim de encontrar minas e outras riquezas. Contudo, Castro foi preso ao chegar às terras do rei Ngola e liberto apenas pela intervenção do rei do Congo. Assim, o reino de Ndongo foi ignorado por Lisboa por cerca de 30 anos e lembrado quando um emissário de Ngola foi a Portugal pedir um representante português.

A chegada da expedição portuguesa a Ndongo ocorreu em 1560, sob o comando de Paulo Dias de Novais. Nesta altura, o rei Ngola, que havia pedido a representação portuguesa, já estava morto, o que causou novamente um entrave nas relações entre Portugal e o reino de Ndongo. Somado a isso, os comerciantes de São Tomé repudiavam a expansão portuguesa na costa de Angola.

O interesse português estava no comércio escravagista e na expansão da doutrina Cristã por parte dos padres jesuítas que haviam sido enviados junto com a expedição de Dias. A ideia da formação de uma colônia europeia nasceu a partir de incentivos dos Jesuítas para que os portugueses fizessem uma conquista militar de Angola, já que acreditavam ser este o único meio de pregação na África tropical. Além disso, esperava-se encontrar um caminho curto e de fácil acesso para Moçambique a partir do Leste de Angola, evitando o perigo pelo Cabo da Boa Esperança, buscando as minas de ouro de Monomotapa e uma via mais rápida às Índias.

Foram muitos os apelos e os estímulos para a conquista de Angola até sua real efetivação, tanto por parte dos padres jesuítas, quanto por parte de Paulo Dias de Novais que ficou cinco anos em cativeiro devido à tentativa de conversação e ensinamentos europeus.

Até 1560, o comércio de escravos funcionara bem; mas por esta altura, invasores Jaga, vindos do Leste, começaram a infiltrar-se no reino. Por volta de 1569, tinham já conseguido expulsar o rei do Congo e os portugueses da capital, obrigando-os a exilar-se numa ilha do rio do mesmo nome. Esta repentina reviravolta no Congo causou uma impressão profunda nos portugueses e destruiu-lhes o sentido de segurança na África centro-oeste, encorajando provavelmente o desejo de conquistar um território onde pudessem ser senhores absolutos. As notícias do desastre do Congo chegaram a Lisboa nos princípios de 1571. Pouco tempo depois, em Setembro desse ano, foi passada a Dias a Carta Régia para a conquista de Angola. (BIRMINGHAM, 1965, p. 17)

As atividades de conquista tiveram o apoio do então jovem monarca de Portugal D. Sebastião e, a partir de 1574, os portugueses já haviam expulsado os Jaga do Congo, restaurando a antiga monarquia. Na carta de doação, Angola estava dividida em duas partes e a área que ficava entre a fronteira do Congo e o rio Quanza foi instituída colônia da Coroa, tendo como governador perpétuo Paulo Dias.

Foram enviadas famílias que não possuíam ascendência judaica, auxiliando-as na subsistência com fornecimento de sementes e plantas para o cultivo e, ainda, o envio de soldados e cavalos para a proteção da colônia. O objetivo não era mais exclusivamente o tráfico de escravos e a evangelização, mas a colonização branca.

Nos primeiros anos que se seguiram à colonização viveu-se um clima de paz tensa. Os comerciantes portugueses continuaram a frequentar a capital de Ngola para comprar escravos, já que lá o conseguiam sem altos impostos. A relação de tais comerciantes com os agora colonizadores, que sempre foi delicada, acabou por eclodir em uma guerra entre o governador e Ngola.

A expedição de Paulo Dias ambicionava se apoderar das minas de prata do Cambambe, assim havia o plano de avançar ao longo do Vale do Quanza até o local das minas:

Dias partiu em Setembro de 1580 com 300 soldados europeus e 200 escravos treinados. Até ter recrutado tropas africanas auxiliares entre o inimigo derrotado, Dias tinha usado táticas terroristas ou de guerrilha, evitando assim combates frontais. O exército, que não levava comida, ia satisfazendo as suas necessidades saqueando aldeias. Este avanço destruidor, que atingiu o Maconde em Novembro, foi detido pela oposição dos Mbundu e pelo começo da estação das chuvas. Dias preparou-se então para esperar pelo apoio de um grande

exército do Congo que se dizia ser formado por 60 mil homens comandados por 50 oficiais europeus. Mas Ngola conseguiu desviar completamente os reforços do Congo antes destes chegarem até Dias. A força expedicionária portuguesa corria assim o risco de isolamento total no seu pequeno forte de Maconde. [...] Os chefes Mbundu que tinham lutado por Dias abandonaram-no com medo de que ele fosse incapaz de os defender da vingança de Ngola. (BIRMINGHAM, 1965 p. 23)

Anos mais tarde, os portugueses avançaram algumas milhas e após uma batalha com Ngola fundaram a cidade Massangano na confluência dos rios Lucala e Quanza, onde seria o foco das demais guerras. A conquista de Angola foi bastante lenta e penosa, visto que os portugueses combatiam não só o poder ali estabelecido (dos Mbundu), mas também de um povo guerreiro chamado Imbangala, que era liderado por Kinguri-Kia-Bangala.

O líder dos Imbangala foi morto antes de 1563 por meio da resistência de Ngola, que tentava manter o controle do fornecimento de mercadorias europeias, porém não conseguiu deter o avanço do grupo. Os Imbangala acabaram por separarem-se em diversos grupos autônomos e infiltraram-se em Luanda, expulsando os Mbundu que contactavam os portugueses. Assim como Ngola, Kasanje, o líder de um dos grupos dos Imbangala, parecia não ver positivamente a chegada dos senhores coloniais. Compreendendo-se que a resistência dos Mbundu somada aos Imbangala impediu o progresso dos colonizadores portugueses na década seguinte à fundação de Massangano.

Eram frequentes as revoltas contra a autoridade colonial e devido à falta de soldados nem sempre poderiam ser reprimidas com o vigor que os portugueses consideravam necessário. Todas as tentativas de penetrar no Ndongo Central, entre o Lucala e o Quanza, tinham sido frustradas e pelo menos dois exércitos, ao tentá-lo, tinham sido severamente derrotados. Ngola ainda controlava as terras do planalto, estando os portugueses confinados às insalubres terras da planície. Apesar disso, os portugueses não estavam dispostos a desistir. (BIRMINGHAM, 1965, p. 27)

Ao perder a linha de sucessão do trono português, Portugal e suas colônias passaram a ser controladas pela Espanha que focou no potencial mineral do território africano. Por recomendação de Abreu e Brito, o responsável por fazer um relatório

sobre as condições da colônia, o rei da Espanha e então rei de Portugal, Filipe II, recomeçou a tentativa de conquistar Angola, investindo na exploração das minas e na agricultura local, já que a mão de obra era acessível.

Após anos de entradas e saídas de governadores, muitas guerras visando o domínio de escravos, crescimento do comércio, revelou-se aos portugueses a inexistência de minas de prata no território. Com a resistência de Ngola para os avanços dos portugueses na capital, mais os colonizadores se convenciam de que se queria evitar a descoberta das minas. Contudo, quando os portugueses chegaram a Cambambe, sob o comando do capitão Manuel Cerveira Pereira, governador da colônia, não foram encontrados sinais das famigeradas minas de prata.

O esforço para a conquista de Angola teve ainda mais duas fases: de 1605 a 1641, quando houve novo avanço na invasão e estímulo ao comércio de escravos luandense e de 1641 a 1683, período em que se buscou a consolidação de seu poder sobre a colônia. No segundo período foram desenvolvidos métodos militares para obtenção de escravos, já que se constatou que era o comércio de escravos e não as minas que traziam a prosperidade portuguesa em Angola. Deste modo, houve diversas guerras para o progresso do comércio.

Ao longo do século XVII havia três formas de se conseguir escravos. A primeira era por meio de traficantes que compravam nos mercados próximos das fronteiras de Angola e do Congo, a segunda com a obtenção dos chefes Mbundu conquistados, cobrando-lhes tributos, e a terceira com as guerras.

Durante o período de captura militar de escravos, exportavam-se provavelmente mais de dez mil escravos por ano, só de Luanda. Cadornega, o cronista setecentista das guerras de Angola, calculou que durante os cem anos que duraram essas guerras um milhão de escravos tinha sido exportado para o Novo Mundo. Durante o período anterior em que o objectivo principal tinha sido a descoberta das minas de prata, o número de escravos exportados deve ter sido inferior [...] Os registros de impostos sobre o comércio de escravos que era exportado por ano seria superior a treze mil, e uma estimativa holandesa, de 1641, chega a falar de 16 000 escravos por ano. (BIRMINGHAM, 1965, p. 33-34)

Os resultados do intenso comércio foram o desaparecimento de comunidades inteiras e o despovoamento do Ndongo de forma acelerada. Conforme os portugueses adentravam Angola conquistando terras e escravos, mais se destruía o reino de Mbundu do Ndongo.

Em 1611 morre o governador de Angola que havia sido nomeado pelo rei e para substituí-lo colocou-se um dos antigos conquistadores, que se utilizou de meios mais violentos para obter um número maior de escravos. Este fato culminou no avanço dos portugueses para o interior do Ndongo. Quando a colônia foi governada por Luís Mendes de Vasconcelos, houve a tentativa de estabelecer atividades comerciais amigáveis com os chefes Mbundu e com Ngola. Entretanto, Vasconcelos logo modificou seus métodos comerciais, também utilizando de guerras para aumentar o número de escravos, inclusive se aliando aos violentos Imbangala que criticara pouco antes ao tentar relacionar-se pacificamente com os angolanos.

Por meio das guerras promovidas neste período, Vasconcelos conseguiu adentrar de maneira mais eficaz em Angola, sendo que ao final de seu governo em 1621, os portugueses já haviam penetrado na área central do país. Os governadores que o sucederam precisaram recuperar uma negociação amigável com o rei do Ndongo naquele período Ngola Mbandi e reconstruir o reino.

Nzinga, irmã de Mbandi, embaixatriz enviada a Luanda para negociar com os portugueses, nasceu por volta de 1580 e foi uma personalidade importante em Angola entre 1620 e 1663. Embora não tenha conseguido a demolição do forte construído pelos portugueses em Mbaka e o auxílio para a reconstrução do reino de Mbandi, a então embaixatriz conseguiu convencer o governador a reconhecer o Ndongo como monarquia independente e obteve o apoio português para a expulsão dos Imbangala do Ndongo. Em 1624, a colônia portuguesa passa a ser governada por Fernão de Souza, morre Mbandi e Nzinga sobe ao trono.

Inicialmente, Souza desenvolveu uma relação amigável com Nzinga, negociando e até recomendando a retirada do forte de Mbaka para Hango, contudo, por não obter apoio de Lisboa, adotou uma política que atendia apenas aos objetivos portugueses. Assim, expulsou Nzinga e instituiu um novo rei, Ari-Kiluangi, que era manipulado pelos portugueses. Essas novas relações políticas desencadearam o início de uma guerra com os Mbundu. As tentativas de Nzinga em retirar Ari Kiluangi foram todas fracassadas, fazendo-a retirar-se para as ilhas do Quanza.

Quando o rei-fantoches morre e o novo rei toma posse, ocorre a reabertura das rotas comerciais com os portugueses, encerradas desde que Vasconcelos devastou o Ndongo. Entretanto, Nzinga volta a guerrear e seus guerrilheiros as fecham novamente. Souza sente-se derrotado e abandona a colônia em 1630. A partir deste período, foi notável que as constantes guerras ocasionaram no afastamento dos povos africanos das atividades comerciais europeias e das frentes portuguesas para fugir dos massacres dos exércitos.

Um dos primeiros movimentos de afastamento da frente portuguesa foi chefiado pelo chefe Imbangala chamado Kasanje. Atraídos em força durante a segunda metade do século XVI pelas atividades comerciais portuguesas, já em 1615 alguns começaram a afastar-se tendo bem vista comerciar com os portugueses mais à distância. Cerca de 1630, Kasanje atingiu a planície entre os Rios Lui e Cuango, fixando-se e criando um novo estado comercial. No fim do século XVII, o reino de Kasanje tinha-se tornado no principal fornecedor de escravos da África Centro-Oeste. (BIRMINGHAM, 1965, p. 38)

Após falharem todas as tentativas em recuperar o reino do Ndongo, Nzinga resolve conquistar o reino de Matamba.

O poder comercial do Ndongo havia sido prejudicado pelas constantes guerras portuguesas e, não tendo conseguido formar uma monarquia alternante, os portugueses viram-se obrigados a comerciar com os novos reinos do Cuango que estavam mais distantes, como o Kasanje e o Matamba. Entretanto, as primeiras tentativas não obtiveram sucesso: Kasanje recusava-se às pretensões de catequização dos portugueses com o envio de missionários cristãos. Com isso, os portugueses buscaram impor suas vontades por meio de métodos militares. A mudança de estratégia comercial dos portugueses não pôde ser levada adiante devido à questão da concorrência colonial, já que assim que Portugal foi unido à Espanha, os holandeses invadiram as colônias portuguesas, pois eram inimigos dos espanhóis.

A tomada de Luanda ocorreu em 1641, visando o fornecimento seguro de escravos. Nesta época, Portugal já estava livre da Espanha, mas acaba por ser obrigado a guerrear com os holandeses em Angola. De 1641 a 1683, os portugueses buscaram reconquistar Angola e fortalecer a colônia, assim, houve o alargamento territorial e milhares de angolanos foram enviados às Américas para serem escravizados. As guerras

tiveram sequência e, com a conquista angolana pelos holandeses, os portugueses viram-se preocupados em impedir que seus inimigos se aliassem aos africanos. Contudo, os reis do Congo já haviam feito contato com os holandeses e Nzinga, agora rainha de Matamba, também estava satisfeita com a presença dos novos europeus.

A rainha de Matamba buscava apoio do reino do Congo para expulsar os portugueses de Angola e mostrava-se interessada na presença holandesa, ambicionando que eles fossem os únicos a manter relações comerciais com seu país. Acreditava que haveria produtos de qualidade superior aos dos portugueses e ainda, visava reaver o controle do Ndongo, que estava nas mãos dos portugueses por intermédio de Ngola Ari. Os holandeses, por sua vez, ainda mantinham relações com os portugueses, fornecendo produtos de primeira necessidade e recebendo em troca escravos e prata em bruto, adquirida por meio do comércio com as colônias espanholas existentes na América. Nota-se, neste ponto, que assim como os estados africanos, os portugueses da colônia ficaram dependentes do tráfico de escravos.

Por motivos diversos, os holandeses passaram a apoiar Nzinga em sua luta contra os portugueses e seus últimos ataques, que não alcançaram vitória, ocorreram entre 1647 e 1648. Os portugueses conseguiram se restabelecer em Luanda e buscaram reconquistar o território do Ndongo. Visavam ampliar o seu domínio sobre a colônia e os problemas que ainda encontravam eram a hostilidade do Congo e de Matamba, sendo preciso que se fizesse uma aliança com esses reinos ou que os derrotassem. Este momento ficou conhecido como “a queda das monarquias negras”.

Assim, os portugueses da colônia guerrearam contra o Congo em 1665 com a justificativa da não concessão das hipotéticas minas de ouro do país. A morte do rei do Congo marcou a derrocada do país e, por estarem sem governo e com lutas internas, os portugueses se aproveitaram para obter mais escravos.

Lutaram ainda contra o estado de Matamba e sua então rainha Nzinga, que estava refugiada no interior, foi contactada para que se estabelecesse um diálogo comercial. O acordo foi embasado na liberação da irmã de Nzinga, que havia sido capturada pelos portugueses durante as guerras contra os holandeses e, em troca, a rainha comprometia-se a oferecer 130 escravos e um tratado de amizade. Nzinga morreu em 1663, tendo feito contrato comercial com os portugueses e até mesmo aceitando a presença de missionários em seu território. Diante desse acordo, o rei Ngola Ari, que a

princípio era manipulado pelos portugueses, se sente descontente por ter seu principal aliado em harmonia com sua maior inimiga e com os tratamentos dados aos seus súditos, que eram obrigados a trabalhar nas propriedades dos colonizadores. Os portugueses, por sua vez, não tinham mais o mesmo interesse no Ndongo devido às novas possibilidades de relações comerciais com outros estados. Entretanto, com a morte de Ari e a entrada de um novo rei que não se posicionava de forma submissa à colônia, os portugueses tornaram a buscar a conquista do Ndongo guerreando com os habitantes daquela terra até 1671 e levando o reino à total ruína.

O controle de Matamba após a morte de Nzinga também foi dificultado pelas relações com os dois reis que a sucederam. Embora tenham conseguido derrotar o primeiro rei e dominar o antigo reino de Nzinga, por um curto período, não houve o mesmo sucesso com o segundo, tanto porque Kanini, o segundo rei a suceder Nzinga, tornou o apoio português desnecessário, quanto pela rivalidade desencadeada entre Matamba e Kasanje.

O rei Kanini que havia se estabelecido no trono de Matamba por meio do apoio português, desejava conquistar para si as riquezas de Kasanje, que estava em ascensão no tráfico de escravos e possuía uma relação amigável com os traficantes portugueses. Entretanto, os portugueses entraram em confronto com Kanini buscando restabelecer seu poder sobre o reino e garantir seu prestígio em Angola. Embora Kanini tenha vencido todos os confrontos, sua morte e a assinatura de um tratado de paz, feito pela rainha que o sucedeu, levou o reino de Matamba à sujeição dos portugueses.

Pelo tratado de paz firmado em 1683 acordou-se que todos os escravos fugidos dos territórios portugueses seriam devolvidos e que o reino de Matamba daria como indemnização duzentos dos seus escravos. Para obter a amizade portuguesa, a rainha teve também que abandonar todas as pretensões sobre o território Kasanje e como condição final tinha que se comprometer a não comerciar com nenhum país que não fosse Portugal. (BIRMINGHAM, 1965, p. 50)

A partir de 1683, a nova dificuldade da conquista portuguesa era a concorrência do tráfico de escravos com os holandeses, franceses e ingleses. Os franceses e os ingleses tornaram-se os maiores fornecedores de escravos na costa do Luango no século XVIII. Tendo já algum comércio em outras regiões que não apenas Luanda, como a

costa ao sul do Quanza, e já havendo uma colônia na baía de Benguela, os portugueses passaram a investir no interior, construindo um forte em Kakonda e introduzindo em outros reinos como fizeram no Ndongo.

A libertação dos reinos de Kasanje e de Matamba do domínio português ocorreu após a descoberta de que o vinho fornecido pelo país era adulterado. Sendo este produto o principal produto de oferta, o fim das relações com esses reinos gerou sérias dificuldades aos portugueses.

Além da diminuição do domínio português, a concorrência com outros europeus foi um dos motivos do fraco comércio de escravos no final do século XVII e ao longo do século XVIII.

Em 1790, os portugueses não tinham podido consolidar as suas posições em Angola, quer para o interior quer ao longo da costa. O comércio diminuía e a colônia de uma maneira geral era descrita como degradada e corrupta por Silva Correia. Os comerciantes lutavam entre eles violentamente para obter os fornecimentos, aliás limitados, de escravos, cujo preço aumentava quer pelo excesso de procura quer pela quantidade de produtos supérfluos de troca que chegavam a Luanda. [...] A colônia tinha atingido o seu ponto mais baixo. (BIRMINGHAM, 1965, p. 59)

No início do século XIX, o comércio português voltou a se fortalecer tanto pelas guerras napoleônicas, quanto pela legislação antiescravagista de 1836, que foi seguida pelos portugueses apenas em 1856. Com isso, de 1750 a 1850 o comércio de escravos angolano viveu um período de crescimento estarrecedor.

A partilha da África a partir de 1880, em Angola teve a presença de Henrique Augusto Dias de Carvalho, representante de Portugal em Angola, militar e explorador que firmou tratados com vários chefes africanos recebendo soberania portuguesa em seus territórios. Em 1895, ao ser criado o Distrito de Luanda, Dias de Carvalho passou a ser o primeiro governador.

A delimitação de fronteiras de 1886 entre portugueses e alemães são as mesmas nos dias atuais.

Foram exceções as fronteiras ao sul e sudeste, cujo acordo para a delimitação foi antecedido por uma série de negociações só resolvidas em pleno século XX. Mesmo assim, depois do *ultimatum*, partindo da carta geral das “Possessões Portuguesas na África Meridional”, elaborada em 1891 pela Comissão de Cartografia, Portugal utilizou politicamente as facetas científica e pedagógica da cartografia com o objetivo de restabelecer na população o orgulho patriótico do império ultramarino. (HERNANDEZ, 2005, p. 566)

Além de sustentar o comércio de escravos fora de Angola, havia a escravidão dentro do país utilizada para sustentar as plantações coloniais do distrito de Moçâmedes. As fontes para alimentar esse comércio eram as guerras tanto africanas, quanto coloniais. Muitos escravos fugiam para quilombos que eram locais isolados e com autoridade hierárquica.

A escravidão foi abolida em definitivo no ano de 1878, apesar disso, muitos negros foram obrigados a trabalhar para seus ex-proprietários como assalariados. É fundamental ressaltar que após séculos de escravidão, a abolição não garantia a total liberdade do negro devido às formas de subsistência que ainda os ligavam aos colonizadores, portanto, impossibilitando a construção de formas de trabalho autônomo e promovendo os trabalhos compulsórios.

“Não me peças sorrisos” de Agostinho Neto faz essa denúncia do sofrimento e exploração ainda presentes na existência dos negros:

### **Não me peças sorrisos**

Não me exijas glórias  
que ainda transpiro  
os ais  
dos feridos nas batalhas

Não me exijas glórias  
que sou eu o soldado desconhecido  
da Humanidade

As honras cabem aos generais

A minha glória  
é tudo o que padeço  
e que sofri  
Os meus sorrisos  
tudo o que chorei

Nem sorrisos nem glória

Apenas um rosto duro  
de quem constrói a estrada  
por que há-de caminhar  
pedra após pedra  
em terreno difícil

Um rosto triste  
pelo tanto esforço perdido  
- o esforço dos tenazes que se cansam  
à tarde  
depois do trabalho

Uma cabeça sem louros  
porque não me encontro por ora  
no catálogo das glórias humanas

Não me descobri na vida  
e selvas desbravadas escondem os caminhos  
por que hei-de passar

Mas hei-de encontrá-los  
e seguí-los  
seja qual for o preço

Então  
num novo catálogo  
mostrar-te-ei o meu rosto  
coroadado de ramos de palmeira

E terei para ti  
os sorrisos que me pedes.  
(NETO, 1974, p. 70-71)

A cobrança de impostos e o confisco de terras (com maior intensidade nas regiões de Luanda e Moçâmedes) acarretaram em grandes alterações nas estruturas políticas e sociais para muitos povos africanos. Tais fatores fomentaram a propagação de movimentos de resistência que se mantiveram no século XX.

A resistência foi visível por meio de revoltas que ocorreram pelo início do século XX visando lutar contra o trabalho forçado por meio do contrato, a exportação de contratados e a expropriação de terras. As revoltas ocorreram em regiões onde havia forte controle político e comercial e ambição por parte dos portugueses de expandir e efetivar sua autoridade, como em Bailundo, Huambo, Congo, Dembos, Seles, Amboim, Humbe e Ovambo.

Houve um crescimento da população branca na primeira metade do século XX, visto o incentivo por parte do governo português de ocupação do território angolano. Dentre estes novos habitantes, havia degredados por pequenos crimes ou por motivos políticos, colonos que emigravam do Brasil, da Madeira, dos Açores e do Transvaal, sendo os últimos, colonos bôeres que integraram o exército colonial e, embora tenham partido em 1928, devido a desentendimentos com os portugueses, deixaram seus valores culturais na presença de seus descendentes. Outro grupo que integrava a população branca era o de missionários portugueses, dando destaque para aqueles padres formados pelo Real Colégio das Missões Ultramarinas, que competiram com outras missões estrangeiras católicas e protestantes.

A divisão em camadas sociais era atribuída não apenas às situações econômicas, mas também à religião, língua e cor. Angola já era, neste período, plural em cor, nacionalidade e embates. A luta pela independência tomava corpo, embora a resistência e o sutil interesse pela dissociação europeia tivesse corrido pelos séculos. Associações como a Liga Angolana (1912) e o Grêmio Africano (1913) possuíam atividades de diversas naturezas visando à recreação, o progresso social e a conscientização política dos africanos. Formada por negros e crioulos (esses em maior número), ambos os movimentos traziam discursos distintos, enriquecendo a luta contra a expansão da colonização e, por esse motivo, foram perseguidos levando-os a encerrar suas atividades no ano de 1915.

Essas comissões africanas uniram-se aos movimentos de Lisboa como a Junta de Defesa dos Direitos d'África (JDDA). A JDDA foi criada em 1912 e visava dar suporte econômico, educacional e lutar pela garantia da liberdade política e dos direitos dos nascidos em colônias portuguesas. Para além desses objetivos, a organização tinha a ideologia da reflexão sobre a identidade racial, isto é, trazia à baila discussões no que diz respeito às origens da transitoriedade de identidade.

Os diversos desentendimentos dentro da JDDA levaram à divisão em duas outras associações, a Liga Africana e o Partido Nacional Africano. A primeira fundada em 1919 com perfil reformista e a segunda de caráter conservador, embora fosse atuante junto à República portuguesa visando autonomia às coloniais.

A sequência de lutas africanas tinha como base a ascensão social e econômica de determinados grupos e, mesmo diante da formação de movimentos reivindicatórios, os

embates fundamentavam-se na defesa de direitos de grupos que pertenciam as classes consideradas “civilizadas”, como os brancos, mestiços e negros “assimilados”. A distinção das classes dos “assimilados” e dos “indígenas africanos”, que eram a maioria em Angola, foi mais bem delineada a partir do golpe militar de 1926, quando os portugueses aumentaram a introdução nos territórios africanos. Os portugueses cobravam mais impostos como forma de pagamento pela “civilização” do país; o poder administrativo estava cada vez mais centrado na colônia.

Além da má remuneração pelas produções agrícolas, como o algodão, o trabalho forçado por contrato era cada vez mais semelhante ao trabalho escravo. Dois poemas de Agostinho Neto trazem a temática do trabalho por contrato, “Partida para o Contrato” e “Contratados”. O primeiro (que será revisto em análise pormenorizada no capítulo seguinte) traz o eu lírico pelo olhar de quem presencia a partida, o segundo retrata a visão de quem assiste o esforço e a exploração dos trabalhadores.

### **Contratados**

Longa fila de carregadores  
domina a estrada  
com os passos rápidos

Sobre o dorso  
levam pesadas cargas

Vão  
olhares longínquos  
corações medrosos  
braços fortes  
sorrisos profundos como águas profundas

Largos meses os separam dos seus  
e vão cheios de saudades  
e de receio  
mas cantam

Fatigados  
esgotados de trabalhos  
mas cantam

Cheios de injustiças  
caladas no imo das suas lamas  
e cantam

Com gritos de protesto  
mergulhados nas lágrimas do coração  
e cantam

Lá vão  
perdem-se na distância  
na distância se perdem os seus cantos tristes

Ah!  
eles cantam...  
(NETO, 1974, p. 65-66)

Tal situação de exploração levou Henrique Galvão, inspetor da administração colonial portuguesa a se colocar como representante de Angola na Assembleia Nacional.

Em 1947, o Grêmio Africano passou a chamar-se Associação dos Naturais de Angola, a Anangola. Organizada por uma elite cultural de crioulos e “assimilados”, o movimento gerou uma luta que contestava os aspectos do sistema colonial e, embora ocorressem diversos problemas de organização, além de ser composto preferencialmente por mestiços de pele mais clara, a Anangola marcou o início de reivindicações que traziam à cena questões urbanas e a valorização da cultura africana por meio da edição da revista *Mensagem* a partir de 1951.

Em 1948 muitas organizações políticas e movimentos surgiram como o “Vamos descobrir Angola”. Composto por intelectuais como Agostinho, Viriato da Cruz, António Jacinto e Mario António, o movimento tinha como proposta o estudo do país que mal conheciam. Agostinho ilustra esse olhar de desconhecimento da identidade coletiva no poema “Desfile de sombras”:

#### **Desfile de sombras**

Lembro-me dos caminhos que ninguém pisou  
ouço as vozes longínquas  
dos homens que não cantaram  
recordo dias felizes que não vivi  
existem-me vidas que nunca foram  
vejo luz onde só há trevas.

Sou um dia em noite escura  
Sou uma expressão de saudade.

Saudade...  
- de quê! de quem?

Nunca vi o sol  
Que tenho a recordar?

Ah!  
esta mania de imaginar  
e de inventar mundos  
homens, sistemas, luz!  
viver nas coisas, nos rumos fechados  
na escuridão das noites  
a palpitante existência  
dos dias de sol.

Esta saudade do nada  
Esta loucura.

Volvamos à realidade  
sonhador!

.....

Lá vai ele  
o homem  
com os olhos no chão.  
Vê-se-lhe o dorso sob a camisa rota  
e carrega o pesado fardo  
da ignorância e do temor.

Não grita seus anseios  
No receio de perturbar um mundo  
que ofusca  
com o falso brilho dos seus ouropéis.

Contudo  
já foi senhor  
foi sábio  
antes das leis de Kepler  
foi destemido  
antes dos motores de explosão.

Esse mesmo homem  
Essa miséria...  
É dos seus dias de glória  
que tenho saudade  
Saudade sim!

De ti  
mulher perdida que cantas  
de mim!

De ti  
homem disperso que sonhas  
de mim!

De ti meu irmão  
de mim  
em busca de todas as Áfricas do mundo.  
(NETO, 1974, p. 61-63)

Havia o interesse de destituir do poder cultural a literatura colonial que abafava a cultura original africana de Angola. Para isso, estimulava os jovens à produção literária direcionada ao povo e que falasse dos sentimentos dos africanos com inteligência, sem responder às necessidades de exotismo colonial, mas retratando as emoções e os valores africanos. O movimento é reconhecido como um dos primeiros chamados a protestar contra a colonização e o início da busca pela identidade nacional.

O Partido Comunista de Angola formado por Antonio Jacinto, Viriato Cruz, Ilídio Machado e Mário Antonio, foi o mesmo grupo que criou em 1956 o Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (Plua), originando posteriormente o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA). A princípio, o MPLA era um movimento de luta pela independência de Angola, posteriormente, tornando-se em um partido político.

Nesse momento destacaram-se Mário Pinto de Andrade, Agostinho Neto e Viriato Cruz, que professavam a “ideologia marxista”. Quanto à base de apoio do MPLA, foi, na sua maior parte, constituída por operários de Luanda e de outras cidade em expansão mais ao sul, como Benguela e Huambo, contando com um significativo apoio dos quimbundos. Quanto à base de apoio do MPLA, foi, na sua maior parte, constituída por operários de Luanda e de outras cidades em expansão mais ao sul, como Benguela e Huambo, contando com um significativo apoio dos quimbundos. (HERNANDEZ, 2005, p. 576)

Outros movimentos lutavam pela descolonização como a União das Populações de Angola, grupo formado por operários ligado aos emigrantes angolanos sediados no Congo Belga. Ainda na década de 1950, fundaram a UPA, União das Populações ao Norte de Angola, liderada por Holden Roberto e que mais tarde, em 1954, veio a ser nomeada por Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA).

Alguns movimentos como os humbe, os cunhamas e o grupo de emigrantes de Cabinda, não tiveram grande alcance em Angola e não se uniram devido às divergências ideológicas que muitas vezes os levava a lutar mais entre si que contra os portugueses.

O retorno da revista Cultura em 1957 marca formalmente a luta pela restituição das identidades culturais angolanas. Suas publicações, sendo observadas pelo governo português, estimularam o envio da Polícia Internacional de Defesa do Estado (Pide) a Angola, iniciando a repressão, que dois anos mais tarde levou a tribunal 57 pessoas do

e de outros movimentos, partidos e organizações. Este momento ficou conhecido como “Processo dos 50”, um conjunto de três processos políticos denunciado por Joaquim Pinto de Andrade, irmão de Mário Pinto de Andrade, que no momento vivia no exterior, levando ao mundo o conhecimento da situação em Angola.

Agostinho expõe o período ditatorial, que atingiu Portugal e os países colonizados, em mais de um poema como “Consciencialização”:

### **Consciencialização**

Medo no ar!

Em cada esquina  
sentinelas vigilantes incendeiam olhares  
em cada casa  
se substituem apressadamente os fechos velhos  
das portas  
e em cada consciência  
fervilha o temor de se ouvir a si mesma

A História está a ser contada  
de novo

Medo no ar!

Acontece que eu  
homem humilde  
ainda mais humilde na pele negra  
me regresso África  
para mim  
com olhos secos.  
(NETO, 1974, p. 75)

O conhecimento internacional trouxe o apoio de outros países como Gana, Guiné-Conacri, da URSS e Iugoslávia que contribuíram para o início da preparação de uma frente de combate. Além disso, rebeliões como a Baixa de Cassanje que ocorreu de 1960 a 1961, contestando as condições de trabalho, somadas às movimentações do MPLA, da UPA e às independências na África, em 1960, fortaleceram as movimentações para luta armada à independência, visto que o governo português não se apresentava disposto a negociações amigáveis.

Em 1961 um expressivo ataque foi planejado para 4 de fevereiro, contando com o importante apoio do cônego Manuel Mendes das Neves, vigário-geral da arquidiocese de Luanda, ligado à UPA. Foi um movimento em que houve uma sobreposição de grupos que atuaram com muita violência e também foram duramente debelados. Essa ação alcançou o noticiário internacional sensibilizando, pela propaganda, os países dos três continentes contra a política portuguesa em seus “territórios ultramarinos”, reiterando a Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais, aprovada em 14 de dezembro de 1960, pela Assembléia Geral das Nações Unidas a qual, seis anos depois, em 16 de dezembro de 1966, acabou sendo incorporada como primeiro princípio, pelo Pacto sobre os direitos econômicos, sociais e culturais e pelo Pacto sobre os direitos civis e políticos. (HERNANDEZ, 2005, p. 579)

Houve também o apoio de Cuba, que em 1965 enviou cerca de 7 mil homens para a frente de combate. Apesar de todas as repressões, o MPLA não recuou e, mesmo com as dificuldades de organização internas, o grupo que residia fora do país apontava a importância do movimento, conforme havia mais repressão interna. A União Nacional para a Independência Total de Angola (Unita) surge neste período da guerra anticolonial, em 1966, formada por membros dissidentes da FNLA. A Unita contou com o apoio da China nas lutas pela independência, visto que outros países o davam aos partidos do MPLA e do FNLA.

O governo português continuou a pontuar a necessidade do domínio colonial em Angola, fundamentando-se na fé cristã católica, afirmando que “a exploração e a conquista faziam parte da missão de um povo escolhido por Deus para partilhar valores espirituais com outros povos.” (HERNANDEZ, 2005, p. 579). Fernando Pessoa elucida em *Mensagem* essa visão portuguesa de nação predestinada à missão com a humanidade, como no poema no poema que segue:

#### SEGUNDA

D. Fernando, Infante de Portugal

Deu-me Deus o seu gládio, porque eu faça  
A sua santa guerra.  
Sagrou-me seu em honra e em desgraça,  
Às horas em que um frio vento passa  
Por sobre a fria terra.

Pôs-me as mãos sobre os ombros e doirou-me  
A frente com o olhar;  
E esta febre de Além, que me consome,

E este querer grandeza são seu nome  
Dentro em mim a vibrar.

E eu vou, e a luz do gládio erguido dá  
Em minha face calma.  
Cheio de Deus, não temo o que virá,  
Pois, venha o que vier, nunca será  
Maior do que a minha alma.  
(PESSOA, 1992, p. 42)

O fim do Código Indigenato, estabelecido pelo governo fascista português em setembro de 1961, visava amenizar o crescimento dos movimentos de libertação e agregar as várias camadas da população, visto que tais movimentos davam grande valor tanto a diplomacia e a união de todas as etnias e cores quanto a luta armada.

Neste período, o MPLA elaborou um programa de independência que tinha como foco eliminar as relações coloniais e imperialistas, agregando todas as classes e etnias, não fazendo distinção de sexo, cor, crença religiosa ou tendência política, engrossando a luta armada pela independência e, também, vislumbrando a ascensão de um Estado angolano. Também fazia parte deste programa, o estabelecimento do regime republicano democrático e de um Estado laico, a centralização do poder econômico e a pretensão de se fazer uma reforma agrária. Por ser um movimento constituído por mestiços, o MPLA não conquistou apoio de diversos grupos e embora visasse unir a pluralidade cultural, na prática acabava por agir diferente de seu discurso.

A Revolução dos Cravos ocorrida em Portugal em 25 de abril de 1974, acabou com a ditadura no país, indicou que a independência em Angola estava próxima. E ainda em 1974 ocorreu o Congresso de Lusaka, o primeiro do MPLA que, mais tarde, viria a se chamar Conferência Inter-Reginal de Militantes. Reunindo os presidentes do Zaire, Congo-Brazzaville, Tanzânia e Agostinho Neto, o congresso expunha as diversas tendências do MPLA, debatia questões variadas sobre alguns países africanos, propunha um acordo entre MPLA e FLNA, buscando uma frente comum pela luta da independência e estratégias políticas para a obtenção da mesma.

Durante o evento houve ainda discussões para negociar um acordo de cessar fogo entre as Forças Armadas portuguesas e o MPLA. Contudo, o governo português, então nas mãos de António Spínola, ainda defendia que a independência traria sérias dificuldades econômicas, confirmando os dizeres de Agostinho (1974) no poema

“Confiança”, “As minhas mãos colocaram pedras/nos alicerces do mundo/mereço o meu pedaço de pão.” (p. 67).

Os movimentos permaneceram agindo separadamente após o Congresso de Lusaka e assinaram o acordo de cessar fogo em datas distintas ao longo do ano de 1974: a Unita em junho, a FNLA e o MPLA em outubro. Do final do ano de 1974 a novembro de 1975 houve um período de governo transitório firmado entre o governo português de Spínola e os movimentos de independência. A partir de novembro de 1975, o MPLA, tendo como presidente Agostinho Neto, proclamou a independência, sendo reconhecida pelo governo português.

Dado o fim da guerra pela independência, as diferenças internas ocasionaram em um longo período de guerra civil entre os três movimentos, com algumas interrupções. Nos anos 1990, o MPLA muda o sistema para democrático multipartidário, renunciando ao Marxismo-Leninismo e em 1992 ocorreram as primeiras eleições em Angola, tendo o MPLA como vencedor. Entretanto, a não aceitação dos resultados pela Unita desencadeou a retomada da guerra que só terminou em 2002, com a morte em combate de Jonas Savimbi, seu líder histórico.

José Eduardo dos Santos, no governo do país desde 1979 após a morte de Agostinho Neto, é também presidente do MPLA, que ainda possui predomínio político, tendo vencido as eleições de 1992, 2008 e 2012 contra seu principal partido de oposição, a Unita.

A guerra civil terminou com cerca de 500.000 mortos, uma das mais prolongadas no período da Guerra Fria. Após 14 anos de guerra de independência e 27 anos de guerra civil, Angola teve como fruto de sua reconstrução material o crescimento econômico e global, embora ainda conte com larga desigualdade social.

#### 1.4. Passos históricos portugueses

Quinto  
NEVOEIRO  
Nem rei nem lei, nem paz nem guerra,  
Define com perfil e ser  
Este fulgor baço da terra  
Que é Portugal a entristecer –  
Brilho sem luz e sem arder,  
Como o que o fogo-fátuo encerra.

*Valete, Frates*  
Fernando Pessoa

Períodos gloriosos e de decadência marcam a história de Portugal. Abordada nos poemas de Fernando Pessoa em *Mensagem*, a nação lusitana será retratada enfocando os períodos das navegações e do século XX, considerando as relações de Portugal com o continente africano e, especificamente, com Angola.

A área que hoje corresponde ao território português já era habitada há cerca de 500 mil anos. Em 29 a. C. houve a criação da província dos Lusitanos, povos de origem indo-europeia, que resistiram por longo tempo à invasão romana da península ibérica. A invasão romana fez com que a área passasse a fazer parte da história da escrita e, apesar de ter criado a língua, influenciado as leis e a religião, os romanos não foram os únicos a constituir a cultura portuguesa, houve também a presença dos povos germânicos e árabes com o declínio do Império Romano.

O reino de Portugal originou-se em 1139 d. C. a partir do condado Portucalense e, em 1249 Portugal, se torna o primeiro Estado-nação europeu a partir da estabilização de suas fronteiras. Nos séculos XV e XVI, Portugal vive um período de ascensão com a exploração marítima e, por consequência, a tomada de novos territórios, como áreas do continente africano e da América do Sul.

A morte do rei D. Sebastião, último rei da dinastia de Avis instalou uma crise no final do século XVI. Não tendo herdeiros e com seu desaparecimento na batalha de Alcácer-Quibir, D. Sebastião deixa Portugal com sua independência comprometida e faz nascer o mito do sebastianismo, propagado na cultura portuguesa ao longo de séculos, incorporando na literatura, como o faz Pessoa com uma parte de *Mensagem* voltada para a questão do mito e da reascensão portuguesa:

Terceiro  
O DESEJADO

Onde quer que, entre sombras e dizeres,  
Jazas, remoto, sente-se sonhado,  
E ergue-te do fundo de não-seres  
Para teu novo fado!

Vem, Galaaz com pátria, erguer de novo,  
Mas já no auge da suprema prova,  
A alma penitente do teu povo  
A Eucaristia Nova.

Mestre da Paz, ergue teu gládio ungido,  
Excalibur do Fim, em jeito tal  
Que sua Luz ao mundo dividido  
Revele o Santo Gral!  
(PESSOA, 1992, p. 84)

Após o desaparecimento de D. Sebastião, D. Henrique I, seu tio avô, assume o trono em 1578 e, por ser cardeal na Igreja Católica, não foi liberado dos votos ao assumir o trono para que pudesse se casar e ter descendentes. De qualquer modo, sua idade já era avançada, o que ocasionaria em pouco tempo a mudança administrativa do império português. Com sua morte em 1580, a crise dinástica voltou e o trono passou a ser disputado pelos parentes mais próximos, entre eles, D. Filipe II da Espanha que subiu ao trono em 1582, sendo nomeado D. Filipe I de Portugal.

Neste período, Portugal passa a ser controlado pela Espanha, o que provoca a perda de riquezas, o prestígio e, por não ser possível se defender dos ataques holandeses, a autonomia na administração de suas colônias. O empobrecimento, a perda de *status* e a sujeição dos nobres portugueses aos espanhóis fortaleceram o sentimento de revolta e a ideia de recuperar o domínio da coroa. Assim, em 01º de dezembro de 1640, um grupo de nobres que já se reunia planejando uma conspiração para retirar os espanhóis do trono, invade o Palácio Real, obrigando a Duquesa de Mântua, que no momento ocupava o cargo de vice-Rei, a render suas tropas. A Casa de Bragança elege D. João IV como novo rei e funda a Dinastia de Bragança, ou Quarta Dinastia Portuguesa.

Ao longo de 28 anos, os filipinos ainda tentaram retornar ao trono por meio de batalhas, que findaram com a assinatura de um acordo de paz em 1668. A Dinastia de

Bragança comandou Portugal por três séculos, trazendo a restauração tanto física dos territórios portugueses, quanto a autonomia e o crescimento do comércio em suas colônias no Brasil, Angola e São Tomé e Príncipe.

O século XVIII foi marcado por transformações na história portuguesa. Inicialmente, houve ascensão econômica devido à descoberta de ouro e pedras preciosas no Brasil colônia, contudo, na segunda metade do século, houve uma devastação seguida do início da modernização europeia.

Em 1º de novembro de 1755 Portugal é atingido por um terremoto seguido de um maremoto, destruindo quase que completamente a cidade de Lisboa e chegando à parte do litoral de Algarve. Considerado um dos maiores abalos sísmicos da História, provocou importantes mudanças políticas, econômicas e científicas para Portugal, inaugurando a Sismologia e inovando os estudos filosóficos.

A reconstrução de Lisboa foi administrada pelo Marquês de Pombal, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e futuro primeiro ministro. Devido à sua rápida articulação, em um ano Lisboa estava sem ruínas e quase toda reconstruída com ruas e praças mais largas, novas e modernas. No aspecto religioso, o terremoto marcou a sociedade europeia como um todo pelo fato de ter ocorrido em um dia santo, quando as igrejas estavam todas cheias ocasionando a morte de muitos católicos. Nas relações políticas, a eficiência do Marquês de Pombal garantiu-lhe mais poder junto ao então rei D. José I, inaugurando a conhecida era pombalina e instituindo o absolutismo. O período que contou com a administração do Marquês de Pombal é descrito por Oliveira Martins em *História de Portugal* (1879) como a continuação do terremoto de 1755:

Dessa hecatombe nasceu o poder do marquês de Pombal; e o acaso, aterrando os ânimos com o pavoroso acontecimento, preparou-os para aceitarem submissamente o jogo do tirano, que ia consumir o terramoto político, depois da natureza ter consumado a ruína da cidade perdida de D. João V. A decisão do ministro, nas horas do cataclismo, dera a medida da sua força, conquistando-lhe para logo a absoluta obediência do rei D. José. Lisboa era um acampamento; e tudo havia a refazer, tudo se podia executar, nesse momento único da destruição total do passado. O terramoto era o fim de um mundo. Antes de criar, porém, o ministro precisava consagrar a destruição, nas esferas onde a natureza não chega – na sociedade, nas instituições – para que a futura Salento fosse um cidade nova em todos os sentidos. O terramoto fez-se pois homem, e encarnou em Pombal, seu filho. (MARTINS, 1972, p. 461)

A queda da era pombalina viria com a morte do rei em 1779 e com subida ao trono de D. Maria I de Portugal e seu marido D. Pedro III, não garantindo grandes modificações administrativas. Neste final do século XVIII, as insatisfações da colônia brasileira com relação à sujeição a Portugal acenavam as primeiras manifestações de revoltas. O século XVIII encerra com o declínio tanto pelo terremoto que arrasou Portugal econômica e politicamente quanto pelas invasões francesas e espanholas.

A corte portuguesa havia iniciado sua transferência para o Rio de Janeiro no primeiro decênio do século XIX devido às invasões francesas. O apoio britânico desestabilizou o comércio das cidades do Porto e de Lisboa devido à assinatura do Decreto de Abertura dos Portos às nações amigas, que garantia vantagens alfandegárias aos produtos vindos de fora. Além disso, o exército de Portugal era controlado pelos militares britânicos, alastrando o mal estar.

Em 1817, deu-se início à Conspiração de Lisboa, visando retirar os militares britânicos, restaurar a independência portuguesa e introduzir o liberalismo em Portugal. Contando com a participação de membros do exército e da Maçonaria a conspiração foi finalizada com a prisão e morte de doze acusados de participarem do grupo. Em janeiro de 1820, uma revolução na Espanha alimentou os ideais liberais em Portugal, e em agosto do mesmo ano teve início uma movimentação contando com membros do Clero, Nobreza e Exército Português, visando o retorno da Corte portuguesa e a reinstalação do Pacto Colonial. Em setembro de 1820 criou-se um governo provisório objetivando organizar as eleições para as Cortes Constituintes. Em 1821 a corte retorna a Portugal, menos D. Pedro, filho de D. João VI, que em setembro de 1822 proclamou a independência do Brasil. Ainda em setembro de 1822 foi aprovada a primeira Constituição Portuguesa, isto é, a primeira lei portuguesa com intuito de acabar com o Absolutismo. A partir da Constituição foi estabelecida a Monarquia Constitucional e, embora tenha havido um lento processo de estabilização da mesma, este pode ser considerado o início da luta pela democracia portuguesa. A destituição da monarquia só viria no início do século XX por meio da revolução que durou do dia 02 ao dia 05 de outubro de 1910 e estabeleceu o regime republicano. O poema “Quinto Império” de *Mensagem* resume o sonho mítico português do restabelecimento da coroa.

Segundo  
O QUINTO IMPÉRIO

Triste de quem vive em casa,  
Contente com o seu lar,  
Sem que um sonho, no erguer de asa,  
Faça até mais rubra a brasa  
Da lareira a abandonar!

Triste de quem é feliz!  
Vive porque a vida dura.  
Nada na alma lhe diz  
Mais que a lição da raiz –  
Ter por vida a sepultura.

Eras sobre eras se somem  
No tempo que em eras vem.  
Ser descontente é ser homem.  
Que as forças cegas se domem  
Pela visão que a alma tem!

E assim, passados os quatro  
Tempos do ser que sonhou,  
A terra será teatro  
Do dia claro, que no atro  
Da erma noite começou.

Grécia, Roma, Cristandade,  
Europa – os quatro se vão  
Para onde vai toda idade.  
Quem vem viver a verdade  
Que morreu D. Sebastião?  
(PESSOA, 1992, p. 82-83)

A princípio, com o declínio da monarquia, foi formado um governo provisório com Dr. Joaquim Teófilo Braga na presidência. Modificaram-se as nomenclaturas dos ministérios, os símbolos nacionais, a bandeira, e foi criado um novo hino nacional em 1911, aprovado apenas em 1957 como oficial. Outra medida importante, que já era discutida desde o século XIX era o laicismo do Estado. A separação de Estado e Igreja foi alimentada principalmente por compreender que a união relacionava-se ao regime monárquico.

Durante os primeiros anos da República deram-se várias tentativas de restaurar a Monarquia, e o Rei no exílio continuou a representar, para um reduzido mas altamente mobilizado sector, a principal referência. A Igreja Católica, por outro lado, sofrendo as desventuras do anticlericalismo republicano, constituiu outra fonte de legitimação das alternativas autoritárias. (PINTO, 2010, p. 40)

A primeira república teve fim com o Golpe de Estado de 28 de maio de 1926 que impôs a Ditadura Militar e instituiu o Estado Novo a partir da aprovação da Constituição de 1933. Um dos motivos da desestabilização da república foi a participação portuguesa ao lado dos aliados na Primeira Guerra Mundial, que antecedeu o Golpe de Estado. Portugal temia que os ingleses fizessem um acordo de paz com os alemães em troca das colônias portuguesas em África, deste modo, a entrada ao poder de Sidónio Pais, professor da Universidade de Coimbra, membro do Parlamento e antigo militar, fez-se visando à saída de Portugal da guerra.

Apesar de ter chegado ao Poder com o apoio decisivo dos partidos conservadores, Sidónio enveredaria por um regime ditatorial muito apoiado na sua própria figura.

Após algumas hesitações programáticas, Sidónio enviou para o exílio parte da elite republicana, rompeu com a Constituição de 1911 e tentou institucionalizar uma ditadura presidencialista plebiscitária. Depois de uma triunfante visita à província, onde foi proclamado <<salvador de Portugal>> por grandes multidões majoritariamente mobilizadas pelo clero, Sidónio Pais introduziu o sufrágio universal, conseguiu ser eleito Presidente sem oposição e tomou o controlo de todo o executivo que os partidos republicanos conservadores tinham deixado. Criou então um esboço de *Partido Nacional Republicano* (PNR). Nenhum partido republicano contestou as eleições. Para além do PNR, apenas os monárquicos e os católicos estavam representados no Parlamento. Os primeiros apoiaram o regime e foram reinstalados em inúmeras instituições, como a militar; os últimos apoiaram Sidónio até ao fim, devido à sua intenção de revogar a legislação anti-clerical mais radical e de restabelecer relações com o Vaticano. (PINTO, 2010, p. 40-41)

A imagem de Sidónio começava a ser admirada e a ter grande carisma quando foi assassinado em Dezembro de 1918. O sidonismo foi o ponto de partida para a formação de partidos que citavam Mussolini como modelo a ser seguido em Portugal, entretanto, na década de 1920 praticamente não havia espaço para tais partidos com viés fascista. Em “Memória do Presidente Sidónio Pais”, Pessoa demonstra sua visão nacionalista com um longo poema sobre o presidente após sua morte e reitera a perspectiva portuguesa de restauração de Portugal por meio do retorno de um administrador, fazendo com que se tenha a visão de Sidónio como aquele que viria a reerguer a nação.

## À MEMÓRIA DO PRESIDENTE-REI SIDÓNIO PAIS

Longe da fama e das espadas,  
Alheio às turbas ele dorme.  
Em torno há claustros ou arcadas?  
Só a noite enorme.

Porque para ele, já virado  
Para o lado onde está só Deus,  
São mais que Sombra e que Passado  
A terra e os céus.

Ali o gesto, a astúcia, a lida,  
São já para ele, sem as ver,  
Vácuo de acção, sombra perdida,  
Sopro sem ser.

Só com sua alma e com a treva,  
A alma gentil que nos amou  
Inda esse amor e ardor conserva?  
Tudo acabou?

No mistério onde a Morte some  
Aquilo a que a alma chama a vida,  
Que resta dele a nós — só o nome  
E a fé perdida?

Se Deus o havia de levar,  
Para que foi que no-lo trouxe  
Cavaleiro leal, do olhar  
Altivo e doce?

Soldado-rei que oculta sorte  
Como em braços da Pátria ergueu,  
E passou como o vento norte  
Sob o ermo céu.

Mas a alma acesa não aceita  
Essa morte absoluta, o nada  
De quem foi Pátria, e fé eleita,  
E ungida espada.

[...]

(PESSOA, 1920, p. 24-30)

O golpe de 1926 pelos militares foi resultado de “apelos constantes à sua intervenção por parte da elite conservadora” (PINTO, 2010, p. 41) e ocorreu após diversas tentativas. Não havia um ditador e a subida de Salazar ao poder ocorreu gradualmente. Embora tenha sido convidado a ocupar o cargo de Ministro das Finanças ainda em 1926, após o golpe militar, Salazar ocupou o cargo por poucos dias e renunciou por não considerar as condições adequadas para o trabalho. Reassume o

cargo posteriormente em 1928, tendo suas exigências atendidas, articulando de maneira a ser o ministro mais importante para o período ditatorial, visto que tinha total controle das contas de todos os ministérios.

Em 1930 Salazar funda o partido único *União Nacional* (UN) tendo o intuito apenas de fazer o recrutamento de novos componentes à Câmara dos Deputados por meio de eleições não competitivas, que ocorriam frequentemente ao longo do regime. As oposições eram feitas clandestinamente e eram perseguidas pelo regime. A censura à imprensa e os intelectuais à margem do regime coíbiam o diálogo político e impossibilitavam qualquer mudança ideológica política.

No ano de 1932 era publicado um projeto de uma nova Constituição que seria aprovada em 1933 sendo por meio dela que Salazar cria o Estado Novo.

A Constituição de 1933 representa um regresso à atitude política da Carta Constitucional, do mesmo modo que a de 1911 estava impregnada do sentido da Constituição de 1822. O novo texto constitucional era fortemente influenciado pela *reação contra o parlamentarismo*, em moda nos anos 30. Definia que a soberania reside na Nação (ideia comum à de 1911), mas, ao passo que nesta última se dizia que a soberania se devia exercer através de três órgãos (poder legislativo, executivo e judicial) a primeira mencionava quatro órgãos (chefe do Estado, Assembleia Nacional, Governo e tribunais). (SARAIVA, 1984, p. 358)

Avesso ao carisma, portanto, despreocupado em agradar o popular, Salazar fez-se ditador por meio do controle dos ministérios, com apoio da Igreja Católica e de alguns militares. Em 1933, já ocupando o cargo de Presidente do Conselho de Ministros, isto é, Primeiro Ministro, tinha conhecimento de quase todos os decretos-lei e não permitia aos ministros mais que o necessário de decisões. Na busca de concentrar o máximo possível de poder em suas mãos, Salazar foi Ministro das Finanças, dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, tendo o controle militar e exercendo certa dependência por parte dos demais ministros e do próprio presidente da república.

A estabilidade econômica o estigmatizou como um “salvador da pátria”, apesar disso, seu controle excessivo também ocasionou no bloqueio do desenvolvimento de Portugal no que diz respeito às questões dos territórios ultramarinos e no investimento industrial, que provocou altos números de emigrações para França e Alemanha.

O modo como Salazar centralizou o processo de tomada de decisões justifica amplamente o uso da expressão <<ditador forte>>, usada em qualquer caracterização do poder por ele exercido. Frio e distante dos seus ministros e apoiantes e tendo cultivado um reduzido círculo de “conselheiros políticos”, Salazar cunhou o seu próprio estilo na direcção do Governo e na política. A principal característica do seu estilo era uma preocupação quase obsessiva pela minúcia em todas as áreas de governação. Enquanto outros ditadores concentraram áreas de importância central nas suas pessoas – geralmente a política externa, a segurança interna e as forças armadas – Salazar adicionalmente controlou também as pastas mais “técnicas”, pelo menos durante o período em questão. (PINTO, 2010, p. 48)

O domínio salazarista se encerra em 1968, após o ditador sofrer um acidente doméstico que o levaria ao coma e em pouco tempo à morte. Seu substituto na chefia do Conselho de Ministros foi o professor Marcelo Caetano que fez investimentos em reformas económicas e sociais, embora ainda se mantivessem a ditadura e as guerras coloniais.

A revolução dos cravos de 25 de abril de 1974 marca o fim da ditadura e o início da Terceira República, sendo um fator decisivo para a independência das colónias africanas, como já visto na revisitação à história de Angola. O golpe teve seu preparo dias antes com uma tentativa falhada de derrubar o poder ditatorial em 16 abril, ficando o episódio conhecido como golpe das Caldas da Rainha. A revolta de 25 de abril foi organizada por um pequeno número de oficiais que compunham um movimento chamado Movimento das Forças Armadas. O MFA nasceu em 1973 com o lema “Democratizar, Descolonizar e Desenvolver” e estabeleceu um roteiro de ações, preocupando-se com o domínio dos meios de comunicação para que houvesse divulgação e apoio popular. A organização do golpe evidenciava que havia o objetivo de refazer o ambiente político em Portugal. Diversos comunicados pela televisão e pelo rádio pediam que a população permanecesse em casa e que apenas funcionários de hospitais fossem trabalhar para socorrer possíveis feridos de um confronto militar.

A resistência do governo ditatorial foi quase nula, dada à recusa de atirarem nos revoltosos. Ao final da tarde os manifestantes divulgaram os objetivos políticos do levante militar: democráticos e antifascistas. Apesar disso, o governo provisório da Terceira República era inicialmente composto por militares e, posteriormente, dirigido pela esquerda.

Serão o Partido Socialista (OS) e o Partido Comunista Português (PCP) as forças principais da consolidação do processo revolucionário português. Por quê? Em primeiro lugar, foram os que tinham (ou passaram a ter) maior nível de organização e influência social no campo da esquerda. Ora, as forças de esquerda pareciam representar o futuro de um país liberto da extrema direita. E haviam sido quase monopolizadoras da oposição do antigo regime. Em segundo lugar, apoiaram logo no início o golpe do MFA. Para a nova Junta governista, pareceu necessário institucionalizar o regime com os partidos políticos existentes, dada a onda de protestos e ações ilegais surgidas numa sociedade civil cujas demandas estavam represadas havia vários decênios [...] A maneira encontrada para breçar as movimentações espontâneas foi uma aliança informal com a chamada esquerda: primeiro os comunistas e, no final do processo, os socialistas. (SECCO, 2004, p.121)

Pertencendo ainda ao governo provisório, o general António Spínola tornara-se presidente da república ainda em 1974. Divisões entre militares conservadores apoiando Spínola e outros de perfil socialista ao lado do Primeiro Ministro Vasco Gonçalves, refletem na instabilidade política, administrativa e econômica. Os constantes entraves entre a esquerda e a direita geraram receios de guerras civis e a tentativa de um golpe de estado em 11 de março de 1975 por parte de Spínola, o leva a ser exilado no Brasil.

Na administração esquerdista foi eliminada a censura, ocorreu a libertação dos presos políticos e das instituições pertencentes ao Estado Novo e também reconhecida a independência às colônias ultramarinas ocasionando o êxodo dos portugueses que ocupavam terras africanas.

As primeiras eleições livres ocorrem em abril de 1975, um ano após a revolução, visando à elaboração de uma nova Constituição que foi aprovada em 1976 tendo o socialismo como nova forma de governo português. As eleições legislativas de 1976 levaram ao poder o Partido Socialista Português, com Mário Soares como Primeiro Ministro e em 1979 são eleitos parlamentares de centro-direita, que buscam entrar em um acordo com a oposição para rever a constituição que seria rerepresentada em 1982, trazendo algumas alterações e fazendo com que os ideais socialistas fossem perdendo terreno.

O trajeto histórico percorrido por Portugal apresenta ligações profundas com a história africana, portanto, as histórias portuguesa e angolana estão relacionadas de forma a constituir identidades nacionais plurais e colocam em evidência misérias, repressões, guerras e conquistas.

**CAPÍTULO II**  
**EXALTAÇÃO ÀS IDENTIDADES NACIONAIS**

## 2.1. O resgate das identidades africanas pela Negritude

### Grito Negro

Eu sou carvão!  
E tu arrancas-me brutalmente do chão  
e fazes-me tua mina, patrão.

Eu sou carvão!  
E tu acendes-me, patrão,  
para te servir eternamente como força  
motriz

mas eternamente não, patrão.

[...]

José Craveirinha

Os aspectos coloniais explorados anteriormente introduzem ao surgimento dos movimentos de negritude. Isto porque na leitura da ligação tirana entre colonizador e colonizado compreende-se a necessidade de exaltação dos negros. Não houvesse na história dos povos africanos a colonização e a escravidão, não haveria o preconceito e as diversas formas excludentes na sociedade contemporânea, tampouco a necessidade de autoafirmação.

A colonização em territórios africanos não pode ser justificada pela tentativa de organizar a administração política, visto que essa já possuía níveis elevados. A ocupação e exploração facilitadas dos europeus ocorreram pelo desenvolvimento de tecnologia de guerra, que não era tão avançado. O período das primeiras viagens ao continente africano coincide com a ocupação da América, o que acumulou interesse europeu ao que lhe figurava como um reservatório de escravos.

A ignorância em relação à história antiga dos negros, as diferenças culturais, os preconceitos étnicos entre duas raças que se confrontam pela primeira vez, tudo isso mais as necessidades econômicas de exploração predisuseram o espírito do europeu a desfigurar completamente a personalidade moral do negro e suas aptidões intelectuais.

Negro torna-se, então sinônimo de ser primitivo e inferior, dotado de uma mentalidade pré-lógica. E, como o ser humano toma sempre o cuidado de justificar sua conduta, a condição social do negro no

mundo moderno criará uma literatura descritiva dos seus pretendidos caracteres menores. (MUNANGA, 1988, p. 9)

Neste contexto opressivo, a ideologia do Pan-africanismo faz nascer a luta pela união entre os povos africanos. Como movimento político global, o Pan-africanismo também contribuiu para o surgimento do movimento de negritude, quando muitos negros, alienados no discurso europeizado de sua inferioridade, perdem a confiança em suas capacidades e habilidades humanas, assumindo os preconceitos direcionados a eles. Vale ressaltar que “O contato com a cultura europeia iria fatalmente despertar nos africanos o interesse pela própria história.” (GIORDANI, 1997, p.11).

O movimento da negritude foi desenvolvido nos anos trinta do século XX pelos intelectuais Leopold Sédar Senghor e Aimé Césaire e Damas surgindo como “revelador das qualidades artísticas do homem negro”. Era a busca do resgate da presença negra na cultura mundial. Para Senghor a poesia negra era feita “da carne da terra”. O movimento de negritude repercutiu fortemente nas literaturas africanas de língua portuguesa (em especial, Angola e Moçambique), gerando a aproximação do intelectual africano (colonizado e formado na Europa) com os negros, que habitam em distintos locais do mundo.

Perpassando questões culturais, biológicas, psicológicas, entre outras, a negritude se fez presente em África, Estados Unidos, Brasil, França, Portugal, entre outros países, que se tornaram locais de morada da exaltação das culturas africanas, reforçando o caráter universal da luta dos oprimidos nos sistemas coloniais. São as vozes levantadas contra o preconceito fortalecendo-se para que haja além do reconhecimento de uma identidade nacional, mas a valorização das identidades negras.

A exaltação da cultura africana negra, dada por meio do movimento de negritude, tornou-se modo de rechaçar o poder do colonizador opressor e a supremacia do branco sobre o negro. Como um canto novo à ancestralidade, formou-se o movimento de negritude, que existiria em qualquer país onde houvesse negros intelectuais, ainda que não possuísse o mesmo nome, isto devido ao constante enfrentamento de preconceito e marginalização do negro nas sociedades mundo afora.

W.E.B. Du Bois (nascido em 1863) fez seus estudos nas Universidades de Fusk, Harvard e Berlim, onde se doutorou em Filosofia. Seus trabalhos como historiador revelaram aos companheiros negros um passado africano do qual não se deviam envergonhar. [...] Em 1900, foi secretário do Primeiro Congresso *Pan-africano*, convocado em Londres por um advogado de Trindade, Henry Silvester Williams, movimento do qual se tornou presidente depois da morte deste último. É considerado o pai do pan-africanismo contemporâneo, que, antes dos africanos, protestou contra a política imperialista na África, em favor da independência, na perspectiva de uma associação de todos os territórios para defender e promover sua integridade. Sem pregar a volta para a África dos negros americanos, defendia os direitos destes enquanto cidadãos da América e exortava os africanos a se libertarem em sua própria terra. Por ter defendido a volta às origens, Du Bois merece também o nome de Pai da *Negritude*. (MUNANGA, 1988, p. 36)

Desfiguradores da identidade africana e de suas capacidades intelectuais, o reconhecimento estrangeiro às nações africanas ocorreu em um lento processo. A resistência às culturas externas (principalmente a de Portugal por meio das artes e da literatura) visava a autoapreciação das raízes primeiras do eu coletivo e a tomada de posse de sua identidade. O conceito de negritude embasado na negação da inferioridade do negro e na luta por seus direitos promove o combate à discriminação, torna mais aprofundado o conhecimento de suas origens e, conseqüentemente, favorece a construção das identidades coletivas africanas.

Assim como o Pan-africanismo, o movimento de negritude promove um enlace universal e uma teia de relações entre os povos, nos discursos políticos e literários. Nesta linha, Agostinho Neto figura como porta-voz poético para o reconhecimento da identidade nacional africana. O poema “O caminho das estrelas”, que será analisado posteriormente, delinea em sua estrutura a liberdade da produção estética da literatura africana, marcando o descompromisso com a literatura do colonizador, além de reunir diversos elementos caros aos negros: a música, a memória da escravidão, a cor, a relação com a natureza, a esperança na liberdade, etc.

### **O caminho das estrelas**

Seguindo

o caminho das estrelas  
pela curva ágil do pescoço da gazela  
sobre a onda sobre a nuvem

com as asas primaveris da amizade

Simples nota musical  
Indispensável átomo da harmonia  
partícula  
germe  
cor  
na combinação múltipla do humano

Preciso e inevitável  
como o inevitável passado escravo  
através das consciências  
como o presente

Não abstracto  
incolor  
entre ideais sem cor  
sem ritmo  
entre as arritmias do irreal  
inodoro  
entre as selvas desaromatizadas  
de troncos sem raiz

Só

Mas concreto  
vestido do verde  
do cheiro novo das florestas depois da chuva

da seiva do raio do trovão  
as mãos amparando a germinação do riso  
sobre os campos de esperança

A liberdade nos olhos  
O som nos ouvidos,  
das mãos ávidas sobre a pele do tambor  
num acelerado e claro ritmo  
de Zaires Calaáris montanhas luz  
vermelha de fogueiras infinitas nos capinzais  
violentados  
harmonia espiritual de vozes tam-tam<sup>1</sup>  
num ritmo claro de África

Assim  
o caminho das estrelas  
pela curva ágil do pescoço da gazela  
para a harmonia do mundo.  
(NETO, 1974, p. 82-83)

---

<sup>1</sup> Tam-tam: Instrumento musical africano; tambor africano (Anexos p. 138).

Agostinho subjetiva a necessidade da articulação com o mundo para que haja a harmonia de África. Como em muitos de seus poemas, a exaltação à cor e à cultura negra forma um hino de reencontro com a pluralidade das identidades africanas. Em “À reconquista”, o poeta convida os africanos a viver para além das lamentações do passado, mas a conduzir o olhar aos efeitos causados pelos anos de colonização, às harmonias forjadas e à sua condição no mundo.

### **À reconquista**

Não te voltes demasiado para ti mesma  
Não te feches no castelo das lucubrações<sup>2</sup> infinitas  
Das recordações e sonhos que podias ter vivido

Vem comigo África de calças de fantasia  
desçamos à rua  
e dancemos a dança fatigante dos homens  
o batuque simples das lavadeiras  
ouçamos o tam-tam angustioso  
enquanto os corvos vigiam os vivos  
esperando que se tornem cadáveres

Vem comigo África dos palcos ocidentais  
descobrir o mundo real  
onde milhões se irmanam na mesma miséria  
atrás das fachadas de democracia de cristianismo  
de igualdade

Vem comigo África dos gabinetes de estudo  
e reentremos na casinha de latas esquecida no  
musseque da Boavista  
até onde já nos empurraram  
ao nos quebrarem as casas de meia água do Cayatte  
e à volta do fogo consolador das nossas aspirações  
mais justas  
examinemos a injustiça inoculada no sistema vivo  
em que giramos.

Vem comigo África de colchões de molas  
regressemos à nossa África  
onde temos um pedaço da nossa carne calcado sob  
as botas dos magalas<sup>3</sup>  
onde caíram gratuitamente as gotas do suor do  
nosso rosto  
- a nossa África.

---

<sup>2</sup> Lucubrações: trabalhar a luz da noite ou dedicar-se a longos trabalhos intelectuais.

<sup>3</sup> Magalas: Soldados rasos.

Vem comigo África do jitterbug  
até a terra até o homem até o fundo de nós  
ver quanto de ti e de mim faltou  
quanto da África esqueceu  
e morreu na nossa pele mal coberta sob o fato  
emprestado  
pelo mais miserável dos ex-fidalgos.

Não chores África dos que partiram  
Olhamos claro para os ombros encurvados do povo  
que desce a calçada  
negro negro de miséria negro de frustração negro  
de ânsia  
e dêmo-lhe o coração  
entreguemo-nos  
através da fome da prostituição das cubatas<sup>4</sup>  
esfuracadas<sup>5</sup>  
das chanfalhadas<sup>6</sup> dos sipaios<sup>7</sup>  
através dos muros das prisões através da Grande  
Injustiça.

Ninguém nos fará calar  
Ninguém nos poderá impedir  
O sorriso dos nossos lábios não é agradecimento  
pela morte  
com que nos matam.

Vamos com toda a Humanidade  
Conquistar o nosso mundo e a nossa Paz.  
(NETO, 1974, p. 84-85)

O eu lírico demonstra extrema consciência da colocação social dos africanos e afrodescendentes e das lutas cotidianas e necessárias. Em todo o poema, o direcionamento ao receptor “África” em distintos locais do mundo faz provar que o compromisso com a discriminação dos negros está em todos os lugares, enfatizando a batalha da negritude como universal.

Muitos são os poemas de Agostinho que denunciam os sofrimentos seculares dos povos africanos colonizados e do negro de todas as nações, fazendo como celebrações da cultura negra nos versos, ainda que seja por meio da exposição de violências. O

---

<sup>4</sup> Cubata: moradia rústica africana, coberta com palha. (Ver anexos p. 138 )

<sup>5</sup> Esfurucadas: esburacadas.

<sup>6</sup> Chanfalhadas: ferimentos com chanfalho (faca, espada ou instrumento que não corta).

<sup>7</sup> Sipaios: Policial ou militar indígena recrutado nas colônias portuguesas para o policiamento local.

poeta angolano une corajosas acusações aos preconceitos e abusos coloniais (dado o contexto histórico em que estava inserido) e louvor às qualidades de seus irmãos, como a resistência e a força ao trabalho; dissemina o orgulho negro por meio da promoção das culturas africanas. O poema “Na pele do tambor” retrata com pormenores tais afirmações.

### **Na pele do tambor**

As mãos violentas insidiosamente batem  
no tambor africano  
e a pele percutida solta-me tantãs gritantes  
de sombras atléticas  
à luz vermelha do fogo de após trabalho

Esmago-me na pele batida do tambor africano  
vibro em sanguinolentas deturpações de mim mesmo  
à vontade das percussões alcoólicas  
sobre a pele esticada do meu cérebro

Onde estou eu? quem sou eu?

Vibro no couro pelado do tambor festivo  
em europas sorridentes de farturas e turismos  
sobre a fertilização do suor negro  
nas áfricas envelhecidas pela vergonha de serem áfricas  
nas áfricas renovadas do brilho firme do sol e da transformação  
sedosa e explosiva do universo  
dentro do movimento de mim mesmo na vibração ritmada  
da pele cerebral do tambor africano  
ritmada para o esforço de dançar a dança suave das palmeiras

Vibro  
em áfricas humanas de sons festivos e confusos  
(que línguas pronunciais em mim irmãos  
que não vos entendo neste ritmo?)

Nunca me pensei tão pervertido  
ó impureza criminosa dos séculos coloniais  
(que história é essa da lebre e da tartaruga  
que contas neste novo ritmo de fogueira  
à noite  
minha avozinha de pele negra de África)

Mas não tão longe nem tão pervertido  
quanto as vibrações  
da pele do meu cérebro  
esticada no tambor das minhas mãos  
pela África humana

As mãos entrelaçadas sobre mim  
em gozo de vida em gargalhadas em alegrias  
de lagos libertados por amplos verdes  
para os mares  
dão-me o tom da minha África  
dos povos negros do continente que nasce

fora dos abismos escurecidos da negação  
ao lado de ritmos de dedos congestionados  
sobre a pele envelhecida do tambor  
dentro do qual vivo e vibro e clamo:

avante!

1953  
(NETO, 1974, p. 88-89)

Novamente, jogando com cores, sons, oposições entre claro e escuro, tristeza e alegria, retratando a beleza da força negra e das culturas africanas, Agostinho pinta um cenário de festa e celebração em meio ao cansaço do trabalho e da exploração, o que reafirma a concepção da fé em suas origens e de engrandecimento da cultura e da luta negra pela libertação.

Neste poema, o questionamento da identidade e dos preconceitos dirigidos aos seus, promovido pelos séculos de domínio colonial, é mostrado claramente em versos que marcam o desconhecimento das culturas africanas e da denominação inferior recebida:

(que línguas pronunciais em mim irmãos  
que não vos entendo neste ritmo?)

Nunca me pensei tão perverso  
ó impureza criminosa dos séculos coloniais  
(que história é essa da lebre e da tartaruga  
que contas neste novo ritmo de fogueira  
à noite  
minha avozinha de pele negra de África)

A pergunta inserida logo no início do poema, “Onde estou eu? quem sou eu?”, é respondida ao longo dos versos que expressam suas origens africanas, a necessidade do autorreconhecimento da identidade nacional e a presença dos africanos espalhados em diversos lugares do mundo. Agostinho fecha o poema incitando o avanço, demonstrando mais uma vez que a poesia faz como um chamado à luta da negritude.

“Na pele do tambor” desmonta a concepção preconceituosa sobre o negro com os mesmos atributos usados para o inferiorizar:

A desvalorização e a alienação do negro estende-se a tudo aquilo que toca a ele: o continente, os países, as instituições, o corpo, a mente, a língua, a música, a arte, etc. Seu continente é quente demais, de clima viciado, malcheiroso, de geografia tão desesperada que o condena à pobreza e à eterna dependência. O ser negro é uma degeneração devida à temperatura excessivamente quente. (MUNANGA, 1988, p. 21)

Muitos foram os escritores que imitavam a forma europeia de escrita, sendo rejeitados por escritores que militavam em favor das questões negras. Os escritores de negritude produziam discursos que salientavam a emancipação de seus povos e das identidades negras africanas, assim promovendo protestos contra o sistema colonial e suas ideologias discriminatórias.

Durante e depois da Segunda Guerra Mundial o espírito político tomou maiores proporções no movimento devido ao grande esforço dos colonizados em uma guerra que não lhes pertencia e a “criação poética torna-se um ato político, uma revolta contra a ordem colonial, o imperialismo e o racismo.” (MUNANGA, 1988, p. 47). Com a independência colonial, o movimento passou a ter um perfil mais ideológico com foco na unidade africana, pensando também no desenvolvimento e na valorização cultural de seus países. Impulsionada pelos líderes políticos dos países libertos, acreditava-se que a busca da identidade não poderia abarcar todos os cidadãos negros espalhados pelo mundo, “não era fácil, no entanto, realizar um acordo sobre questões de opção e orientação política, escolha do modelo de desenvolvimento e do tipo de relação a se manter com as antigas metrópoles e os grandes blocos ideológicos.” (MUNANGA, 1988, p. 48).

As características diversas para o movimento (psicológica, política, cultural, mitológica), acabaram por criar uma ideia ambígua sobre a negritude. A tentativa de unificar geográfica, histórica e culturalmente os povos negros foi criticada por serem distintos os contextos econômicos e políticos.

Se do ponto de vista político, sócio-econômico e geográfico não é possível conceber uma unidade entre todos os negros do mundo, histórica e psicologicamente ela pode ser estabelecida. Na história da humanidade, os negros são os últimos a serem escravizados e colonizados. E todos, no continente como na diáspora, são vítimas do racismo branco. A nível emocional, essa situação comum é um fator de unidade, expressa pela solidariedade que ultrapassa as outras fronteiras. (MUNANGA, 1988, p. 57)

Apesar das críticas e das diferenças nacionais, é inegável a proximidade e a realidade dos negros tanto no século XX, como ainda no século XXI. Se no período de estabelecimento do movimento de negritude, o preconceito era declarado nas sociedades ocidentais e havia muitos direitos a se conquistar, atualmente, a discriminação é camuflada no cotidiano dos negros no Brasil e ao redor do mundo. Os resquícios dos muitos anos de colonizações e animalizações dos negros permanecem vivos de formas variadas, portanto, a luta pelo respeito e a construção da identidade nacional afro permanece, pontuando que, neste caso, a identidade supera as linhas geográficas e estão relacionadas à questão histórica e psicológica.

O movimento encorpa a discussão de fatores significativos para a escrita de muitos autores das literaturas africanas no século XX e principalmente para os poemas de *Sagrada Esperança*, como a questão histórica, política, ideológica, psicológica e mitológica - essa última se enlaça a um ponto que será posteriormente discutido, o messianismo. Deste modo, no contexto deste trabalho, a negritude se faz presente como uma das peças fundamentais para a reflexão das construções de identidades africanas.

## **2.2. Angola e Portugal: identidades plurais que dialogam**

No início deste trabalho foi colocado que as identidades, principalmente as coletivas, são passíveis de transformações. Inseridas em contextos políticos e sociais, elas se alteram no correr da história, somando, diminuindo ou renovando seus atributos. As identidades coletivas se pluralizam ao cruzar as fronteiras geográficas no contato com o externo, seja por meio do movimento migratório, seja por meio do contato com o outro em seu próprio território. O intercâmbio entre as nações é motivo de renovação ou de repressão das identidades de um grupo, dependendo das relações estabelecidas.

No contexto colonial, seja para o colonizado que tem sua cultura repudiada e seus territórios empossados, seja para o colonizador, dominador que autoritariamente impõe seus costumes e se enriquece de maneira arbitrária, a identidade é atravessada por marcas condenáveis. Para o colonizado, por ser diminuído mesmo após a descolonização e, para o colonizador, pela violência com que construiu suas riquezas.

Revisitando o terreno histórico de Portugal e Angola complementa-se o entendimento da questão identitária e, naturalmente, no decorrer da ilustração dos fatos cruza-se a história de um país com o outro, visto que ambas estão interligadas. Os conceitos iniciais já abordados sobre identidade, sobre as relações entre colonizador e colonizado e sobre negritude norteiam a relação dos dois países. Angola e Portugal se encontram historicamente pela colonização, mas também em pontos que constituem suas identidades nacionais. O patriotismo, a mitologia, entre outros pontos que serão vistos em seguida espelham a proximidade identitária.

As identidades angolanas remontam a muitas origens por se tratar de um país inicialmente formado por diversos reinos e etnias. Com a presença portuguesa, e de outros europeus, além do tráfico de escravos, a imposição de costumes e, principalmente, a língua e a religião, as culturas africanas foram mais que rechaçadas pelo colonizador, mas colocada em menor patamar, coibindo processos de autoconhecimento e atraso econômico para os angolanos, como nos diz Jane Tutikian (2006):

Nas ex-colônias portuguesas da África – tomando como paradigma Angola e Moçambique – o poder econômico e coercitivo do Estado mascara e impede o florescimento de uma identidade territorial, política e cultural.” (p.38)

Em Angola a resistência territorial ocorreu como forma de lutar pela identidade do povo. Embora alguns reinos tenham vivido muitos anos em relações econômicas com Portugal por meio do tráfico de escravos, a relação dos angolanos com seus colonizadores foram frequentemente de resistência, ora fazendo acordos comerciais para beneficiar ao país, ora guerreando contra a tentativa de infiltração portuguesa, Angola lutava constantemente pela sua independência econômica e conseqüentemente pela sua independência cultural.

Aos portugueses, embora tenham colonizado diversos países, a construção identitária está calcada tanto em derrotas quanto em vitórias, devido às dificuldades econômicas geradas pelas crises de governos (monárquico e republicano), à perda da autonomia pela dominação espanhola, francesa e inglesa e, também, nos diversos problemas históricos. O nacionalismo, assim como para os angolanos, é chave fundamental para reerguer a nação e a reconstrução da memória por meio de mitos é também usada na tentativa de responder às questões sobre identidade.

No próximo tópico serão vistas as primeiras análises de poemas de Fernando Pessoa e Agostinho Neto, visando evidenciar esta reflexão acerca do diálogo das identidades e discursos poéticos, bem como o confronto da relação entre colonizador e colonizado.

### 2.3. As identidades coletivas em Agostinho e Pessoa: exaltação à nacionalidade

A arte subjetiva o tempo com a produção estética de questões da humanidade. O poema, lido e interpretado isolado do tempo, desliga-se de parte de sua essência, sofre a abstração estrutural e temática, resultando na análise em desacordo com sua origem. O tempo é indispensável à linguagem poética. A forma da palavra e seu encaixe na estrutura do verso incorrem na cronologia social. Em *O ser e o tempo da poesia* (2010) Alfredo Bosi aborda o cerne do fazer poético, registrando sua inserção temporal e explorando suas densas significações na existência. Bosi afirma que:

[...] a instância poética parece tirar do passado e da memória o direito à existência; não de um passado cronológico puro – o dos tempos já mortos – mas de um passado presente cujas dimensões míticas se atualizam no modo de ser da infância e do inconsciente. A épica e a lírica são expressões de um *tempo forte* (social e individual) que já se adensou para ser reevocado pela memória da linguagem. (p.131)

A meditação teórica da poesia conduz a uma revisão da forma textual de obras como as de Agostinho Neto e Fernando Pessoa. É fundamental que se pontue a existência no tempo para que se visualize a inserção da temática histórica nas obras *Sagrada Esperança* (1974) e *Mensagem* (1934). Ambas reproduzem as construções das identidades nacionais de Angola e Portugal e, se em conteúdo se assemelham, se distanciam pela forma.

A obra de Agostinho Neto é composta por quarenta e oito poemas e retrata a identidade angolana com a quebra da linearidade na organização dos poemas e na forma. *Sagrada Esperança* não é envolvida em uma estrutura organizada, mas é resultado de uma coletânea de poemas, em sua maioria publicados anos antes. Não há em sua obra uma subdivisão como em *Mensagem*, contudo, o uso das simbologias e as descrições de passado e presente se fazem por meio da narrativa do cotidiano nas periferias angolanas, da partida para o trabalho de contrato, da exploração dos negros, das prisões, do transporte de escravos, do dia a dia da quitandeira, enfim, da vida e da luta do negro africano. O poeta mescla passado e presente, mostrando que o sofrimento

dos que foram traficados permanecia no dia a dia dos musseques<sup>8</sup>, dos trabalhadores por contrato, de todos os negros que viviam em diversos países. A escrita do angolano se faz de maneira a dar vazão ao seu engajamento, entretanto, não se restringe em discursos apenas políticos, traceja falas de amor à tristeza de quem é preso, costurando as mazelas com o cotidiano, apresentando o continente africano ao leitor.

Em *Sagrada Esperança* há a exposição das contradições da identidade angolana, produto de anos de colonização e principalmente a exaltação das tradições africanas. O poeta nos mostra em poemas como “Para além da poesia”, que as identidades africanas superam os acontecimentos trágicos das histórias dos povos colonizados. Rico em símbolos atrelados à constituição do ser africano, “Para além da poesia” aponta uma perspectiva lírica para o contexto histórico oprimido vivenciado pelos povos africanos e reforça a interrogação sobre as identidades do colonizado.

### **Para além da poesia**

Lá no horizonte  
o fogo  
e as silhuetas escuras dos imbondeiros  
de braços erguidos  
No ar o cheiro verde das palmeiras queimadas

#### Poesia africana

Na estrada  
a fila de carregadores bailundos<sup>9</sup>  
gemendo sob o peso da crueira<sup>10</sup>  
No quarto  
a mulatinha de olhos meigos  
retocando o rosto com rouge e pó-de-arroz  
A mulher debaixo dos panos fartos remexe as ancas  
Na cama o homem insone pensando  
em comprar garfos e facas para comer à mesa

No céu o reflexo do fogo  
e as silhuetas dos homens negros batucando  
de braços erguidos  
No ar a melodia quente das marimbas<sup>11</sup>

---

<sup>8</sup> Designação dada aos bairros aos arredores de Luanda. Antigos bairros negros, atualmente os bairros humildes.

<sup>9</sup> Bailundos: Indivíduos pertencentes aos grupos étnicos dos Bailundos, de Angola.

<sup>10</sup> Crueira: Resíduos de mandioca ralada que ficam na peneira.

## Poesia africana

E na estrada os carregadores  
no quarto a mulatinha  
na cama o homem insone  
Os braseiros consumindo  
consumindo  
a terra quente dos horizontes em fogo  
(NETO, 1974, p. 54-55)

“Para além da poesia” pode ser considerado representativo dos povos africanos colonizados. Diferente de outros escritos por Agostinho, o poema não apresenta apenas os sofrimentos dos negros colonizados, mas também as particularidades de sua cultura. O eu lírico inicia apresenta como uma imagem da natureza, comparando as árvores típicas do continente africano (os imbondeiros ou baobás; anexos p. 138) com humanos, pois fala de “braços erguidos” para remeter aos galhos e “silhuetas escuras” para falar da sombra dessas árvores. O poeta evidencia nestes versos a relação dos africanos com a natureza, em especial com as árvores que neste poema são humanizadas, demonstrando seu valor sentimental. Necessário também pontuar que a presença sinestésica de “cheiro verde” e a citação do fogo garantem à estrofe a presença de cores com estreita ligação à luta africana pela liberdade.

Lá no horizonte  
o fogo  
e as silhuetas escuras dos imbondeiros  
de braços erguidos  
No ar o cheiro verde das palmeiras  
queimadas

Na segunda estrofe, novos ambientes são apresentados como a estrada, um quarto e a cama trazendo distintas visões do povo: trabalhadores que sofrem, a mulata como representante da miscigenação e da vaidade feminina da mulher afro, o homem africano com ideias e desejos estrangeiros como o de “comprar garfos e facas para comer”. Há ainda o ambiente não retratado concretamente que é a vestimenta da

---

<sup>11</sup> Marimbas: 1. Instrumento musical formado por placas de madeira ou de metal, graduadas em escala sobre cabaças, que percutem com baquetas. 2. Espécie de tambor dos cafres. (Anexos p. 138)

mulher: “A mulher debaixo dos panos fartos remexe as ancas”, representando, portanto, a musicalidade e a alegria do povo que dança.

Na estrada  
a fila de carregadores bailundos  
gemendo sob o peso da crueira  
No quarto  
a mulatinha de olhos meigos  
retocando o rosto com rouge e pó-de-  
arroz  
A mulher debaixo dos panos fartos  
remexe as ancas  
Na cama o homem insone pensando  
em comprar garfos e facas para comer  
à mesa

Na terceira estrofe o eu lírico faz como um encontro entre o humano e a natureza, abordando os elementos “céu”, “No céu o reflexo do fogo” e “ar”, “No ar a melodia quente das marimbas”, isto é, a música produzida pelos homens em contato com o ar e o fogo também produzido por eles refletindo no céu. E em “as silhuetas dos homens negros batucando de braços erguidos” pode ser considerado como uma retomada ou uma lembrança/semelhança dos baobás descritos na primeira estrofe, reforçando a ideia do encontro e pertença entre a espécie humana e a natureza.

No céu o reflexo do fogo  
e as silhuetas dos homens negros  
batucando  
de braços erguidos  
No ar a melodia quente das marimbas

A quarta e última estrofe aparece como um eco repetindo trechos da segunda estrofe, remetendo à ideia da musicalidade disseminada em todo o poema e construindo ainda um olhar de desfecho para a poesia quando repete trechos dos versos e quando fornece novamente a imagem da natureza em “Os braseiros consumindo/consumindo/a terra quente dos horizontes em fogo”, além da ideia de circularidade, pois o poema começa e termina falando de horizonte.

E na estrada os carregadores  
no quarto a mulatinha  
na cama o homem insone  
Os braseiros consumindo  
consumindo  
a terra quente dos horizontes em fogo

Norma Goldstein em *Versos, Sons, Ritmos* (2000) afirma que:

Na elaboração do texto literário, ocorre uma outra operação, tão importante quanto a primeira: a seleção e a combinação de palavras se fazem muitas vezes por parentesco sonoro. Por isso se diz que o discurso literário é um discurso específico, em que a seleção e a combinação das palavras se fazem não apenas pela significação, mas também por outros critérios, um dos quais, o sonoro. (p. 5)

A sonoridade, ou a musicalidade, está presente no poema na temática e é destacada também na forma tanto pelas repetições de uma estrofe para outra, como pelos versos “Poesia africana” que cortam ou cruzam as estrofes trazendo a ideia de refrão e reafirmando o título “Para além da poesia”. O título constitui a temática da poesia no que diz respeito à poesia africana não abordar apenas o sofrimento, mas as culturas dos povos africanos e há além de tudo a universalidade, pois a África é também universal. As cenas trazidas por Neto neste poema sobre a identidade dos povos africanos em distintas perspectivas liga o Ser africano com a própria terra e com o universo que o cerca.

Outro poema de *Sagrada Esperança* que joga com símbolos diversos – partes de corpo, elementos de natureza, música, cores, matérias, etc. – criando uma espécie de mosaico para narrar a luta africana é “Caminho das estrelas”. Escrito em 1953, figura o africano nutrido de esperanças e em busca da construção de sua identidade nacional.

### **O caminho das estrelas**

Seguindo  
o caminho das estrelas  
pela curva ágil do pescoço da gazela  
sobre a onda sobre a nuvem  
com as asas primaveris da amizade

Simple nota musical  
Indispensável átomo da harmonia  
partícula  
germe  
cor  
na combinação múltipla do humano

Preciso e inevitável  
como o inevitável passado escravo  
através das consciências  
como o presente

Não abstracto  
incolor  
entre ideais sem cor  
sem ritmo  
entre as arritmias do irreal  
inodoro  
entre as selvas desaromatizadas  
de troncos sem raiz

Só

Mas concreto  
vestido do verde  
do cheiro novo das florestas depois da chuva

da seiva do raio do trovão  
as mãos amparando a germinação do riso  
sobre os campos de esperança

A liberdade nos olhos  
O som nos ouvidos,  
das mãos ávidas sobre a pele do tambor  
num acelerado e claro ritmo  
de Zaires Calaáris montanhas luz  
vermelha de fogueiras infinitas nos capinzais  
violentados  
harmonia espiritual de vozes tam-tam  
num ritmo claro de África

Assim  
o caminho das estrelas  
pela curva ágil do pescoço da gazela  
para a harmonia do mundo.  
(NETO, 1974, p. 82-83)

O poema apresenta gráfica e formalmente a visão de um caminho, como se tem no próprio título do poema. Constitui-se de oito estrofes com versos em números diversos, portanto, não há linearidade em sua estrutura poética. Na primeira estrofe, há

cinco versos representando a introdução, o início do caminho a ser percorrido. O eu lírico compara o caminho das estrelas com a curva do pescoço de uma gazela, animal mamífero bovídeo existente na África, esboçando desde o início do poema a forte relação da identidade coletiva com a natureza, como se buscasse evidenciar onde se concentra a origem, a raiz. A natureza é, portanto, elemento chave para compreensão do “eu” e reflexão acerca da memória.

Logo no primeiro verso, o verbo “seguir” no gerúndio, pode ser indicativo de uma ação que está se fazendo, que está acontecendo, refletindo algo que está em andamento, que ainda não terminou e, assim, o poema segue com ritmo de caminhada. Apenas na primeira e na sexta estrofe há presença de verbo, formando uma teia de adjetivos que adornam o caminho e a poesia:

Seguindo  
o caminho das estrelas  
pela curva ágil do pescoço da gazela  
sobre a onda sobre a nuvem  
com as asas primaveris da amizade

Outros elementos naturais aparecem nesta primeira estrofe remetendo o pensamento ao movimento e à natureza: “onda”, que também reflete a presença do mar e da água; “nuvem” e “asas”. As asas são “primaveris”, adicionando a suavidade e o belo, como costuma ser na estação Primavera. Nesta primeira estrofe, a impressão que se tem é de que a voz lírica está a observar a gazela e constrói o início de um percurso, que só pode ser compreendido a partir da adjetivação que se discorre nas demais estrofes.

Simples nota musical  
Indispensável átomo da harmonia  
partícula  
germe  
cor  
na combinação múltipla do humano

Na segunda estrofe, o eu lírico mescla elementos que reportam à música, novamente à natureza e mais que isso, à origem das matérias quando menciona

“átomo”, “partícula”, “germe” e “cor”. A palavra “cor” começa a aferir às identidades africanas, mas não de maneira segregada, antes de forma a universalizar como se confirma no verso onze “na combinação múltipla do ser humano”.

A estrofe seguinte também é unida por meio de *enjambement* à anterior e dá continuidade à adjetivação, isto é, à descrição deste caminho.

Preciso e inevitável  
como o inevitável passado escravo  
através das consciências  
como o presente

Nesta terceira estrofe, verifica-se a presença do cruzamento de tempos. O eu lírico recupera a memória para refletir sobre o presente. O tempo atual é reflexo dos fatos ocorridos outrora e, segundo ele, tais acontecimentos eram inevitáveis. Nota-se, portanto, um claro apontamento à identidade africana. Esta estrofe mostra-se como se o eu lírico lembrasse o passado dos povos africanos ao fazer o caminho das estrelas.

Não abstracto  
incolor  
    entre ideais sem cor  
sem ritmo  
entre as arritmias do irreal  
inodoro  
    entre as selvas desaromatizadas de troncos sem raiz

A quarta estrofe, última da primeira parte do poema nos traz a percepção de ausência. Há a falta de forma, ideais com cor, isto é, com sentimento ou vida, sem ritmo, ou seja, sem música, ou ainda sem cadência, sem cheiro, sem sabor e, por fim, a não existência de raízes. O eu lírico reforça a cada verso a ideia do anterior com a repetição temática como se visasse mostrar ao leitor a força da negação, privação ou da pobreza do caminho.

Separando o poema há um verso solto composto de um vocábulo curto e simples “Só”. Esta divisão corrobora a ideia de ausência graças ao uso de um termo formado por

apenas duas letras e não integrado à estrofe alguma, enfatizando os aspectos de solidão e falta.

A segunda parte do poema nos aparece de forma a revigorar os sentidos deste caminho, ou ainda de colocar novo ritmo, com olhares de esperança. Inicia-se com conjunção adversativa “Mas” logo após o “Só” do verso solto já citado, emergindo para a contrariedade, ou ainda, retomando a imagem de esperança, fomentada pelo “verde esperança”, “cheiro novo das florestas” e “chuva”. É importante salientar que a chuva pode simbolizar a renovação e a fortificação, primeiramente por ser água que, segundo o dicionário de símbolos de Chevalier é “fonte de vida, meio de purificação, centro de regenerescência.” (CHEVALIER, GHEERBRANT, 1991, p. 15) segundo que, de acordo com a mesma bibliografia “a chuva é universalmente considerada o símbolo das influências celestes recebidas pela terra. É um fato evidente o de que ela é o agente fecundador do solo, o qual obtém a sua fertilidade dela[...].” (CHEVALIER, GHEERBRANT, 1991, p. 235).

A sexta estrofe estando atrelada à quinta, fala de “seiva do raio do trovão”, isto é, a seiva, que segundo dizem os estudos simbólicos, significa o alimento e a essência da vida. Já o raio e o trovão estariam relacionados ao divino, pois o trovão seria a voz do deus que está no céu e o raio sua arma. O uso de tais elementos e fenômenos de origens naturais alude tanto ao princípio da vida, como à relação da esperança com o sagrado, o sublime e o sobrenatural. Os indícios dessa relação com o sacro e com a concepção de futuro promissor estão também nos versos “as mãos amparando a germinação do riso/sobre os campos de esperança”.

As duas primeiras estrofes da segunda parte descrevem a concretude do “caminho das estrelas” a ser percorrido: ainda que só, é formado por confiança e é um caminho santo.

Mas concreto  
vestido do verde  
do cheiro novo das florestas depois da chuva

da seiva do raio do trovão  
as mãos amparando a germinação do riso  
sobre os campos de esperança

A esperança é propagada nesta segunda parte do poema como se examina na formação da quinta e da sexta estrofe, entretanto, observa-se que na sétima estrofe o eu lírico se opõe a quarta e última da primeira parte. Se naquela havia a falta de presenças, nessa sétima estrofe a esperança retoma o ritmo, os sons e as cores surgem fortes e claramente visíveis, retratando a vida existente para a luta e para a caminhada.

A liberdade nos olhos  
O som nos ouvidos,  
    das mãos ávidas sobre a pele do tambor  
num acelerado e claro ritmo  
de Zaires Calaáris montanhas luz  
vermelha de fogueiras infinitas nos capinzais  
    violentados  
harmonia espiritual de vozes tam-tam  
num ritmo claro de África

Os olhos possuem a liberdade, os ouvidos (enfim) podem ouvir e as mãos são insaciáveis pelo toque do tambor, num “acelerado e claro ritmo/de Zaires Calaáris...”, revelam o recomeço ou o caminhar com vitalidade. Neste ponto é necessário situar o leitor de que Zaire, além de ser uma província de Angola, é também o segundo maior rio da África e o território angolano inclui parte dos sistemas hidrográficos do Zaire. E, Calaári, é um deserto localizado na zona sudeste de Angola, possuindo como características baixas temperaturas mesmo durante a estação quente. Deste modo, é possível compreender que há referência ao elemento areia (do deserto) e novamente de água (em rio).

A menção ao rio e ao deserto pode refletir a ligação com a pátria, assim como o tambor que simboliza a musicalidade, o ritmo do universo, a relação com a ancestralidade africana e é um anúncio da guerra. Zaire e Calaári estão no plural e são utilizados para designar as “montanhas”, caracterizando as montanhas e marcando a pertença das mesmas à região. Em “luz / vermelha de fogueiras infinitas nos capinzais violentados”, a princípio ocorre a união semântica dos versos mais uma vez pelo uso de *enjambement* e o não emprego de vírgula entre “montanhas” e “luz”, podendo sugerir que “luz” adjetiva montanhas, todavia, numa leitura e análise minuciosa, entende-se “luz” como substantivo para “vermelha”. A cor vermelha, como se sabe, possui muitos símbolos, e o que fica bastante evidente aqui é a marca de sangue, violência e também

de vida, já que este é o momento de renascimento da coragem e da luta. O vermelho adjetiva luz das fogueiras feitas dos capinzais que foram violentados, o que traria o sentido de capinzais que se encontram vermelhos, pois foram violentados (fazendo cruzamento entre o humano e o natural) ou ainda porque receberam sangue humano. A estrofe encerra ainda com musicalidade, falando em “vozes tam-tam” e “ritmo claro de África”, oficializando o fortalecimento das culturas africanas e evidenciando a harmonia pelo encontro e reconhecimento da própria identidade.

Assim

o caminho das estrelas  
pela curva ágil do pescoço da gazela  
para a harmonia do mundo.

A oitava e última estrofe do poema retoma o início da primeira estrofe, clarificando a intenção musical, potencializando a circularidade existente no poema e concluindo com o verso “para a harmonia do mundo”, dando vista à universalidade do conhecimento das origens africanas. Assim, parece-nos que o caminho foi sendo percorrido em busca do “eu coletivo” e para isso foram descritos os sentimentos e características desse caminho árduo em busca da libertação e da identidade. O caminho das estrelas, nada mais é, que o caminho da reflexão da nação, do conhecimento histórico e do reconhecimento da própria identidade coletiva.

Um terceiro poema que explora os traços das identidades culturais de África será analisado: “Mãos esculturais”. É um poema que não aborda especificamente a partida, a ida para uma viagem sem noção de regresso, mas a questão identitária que perpassa pela situação de saída do local de origem e, ainda, a ideia de identidades, que estão para além do que se vê, tanto por sofrerem com rotulações, quanto por serem constituídas ao longo do futuro e das vivências dolorosas.

### **Mãos esculturais**

Além deste olhar vencido  
cheio dos mares negreiros  
Fatigado  
e das cadeias aterradoras que envolvem lares  
além do silhuetar mágico das figuras

nocturnas  
após cansaços em outros continentes dentro de África

Além desta África  
de mosquitos  
e feitiços sentinelas  
de almas negras mistério orlado de sorrisos brancos  
adentro das caridades que exploram e das medicinas  
que matam

Além África dos atrasos seculares  
em corações tristes

Eu vejo  
as mãos esculturais  
dum povo eternizado nos mitos  
inventados nas terras áridas da dominação  
as mãos esculturais dum povo que constrói  
sob o peso do que fabrica para se destruir

Eu vejo além África  
amor brotando virgem em cada boca  
em lianas invencíveis da vida espontânea  
e as mãos esculturais entre si ligadas  
contra as catadupas demolidoras do antigo

Além deste cansaço em outros continentes  
a África viva  
sinto-a nas mãos esculturais dos fortes que são povo  
e rosas e pão  
e futuro.  
(NETO, 1974, p. 94 - 95)

O poema “Mãos esculturais” é cercado de símbolos como “mãos” e “cadeias” para definir o SER africano. Apresenta, a princípio, a identidade coletiva estigmatizada e posteriormente desconstrói por meio do olhar que ultrapassa as primeiras impressões.

A estrutura do poema é formada por vinte e nove versos distribuídos em seis estrofes sem métrica e rima, portanto versos livres. Concentra no título a imagem e a beleza da africanidade quando adjetiva mãos como esculturais, isto é, como mãos que são como obras de arte. Além disso, segundo Chevalier e Gheerbrant (1991):

A mão exprime as ideias de atividade, ao mesmo tempo que as de poder e de dominação. Nas línguas do Extremo Oriente, expressões tais como *meter a mão*, *tirar a mão*, têm o sentido corrente de começar, terminar um trabalho. [...]É preciso lembrar ainda que a palavra manifestação tem a mesma raiz que mão; manifesta-se aquilo

que pode ser seguro ou alcançado pela mão. A mão é um emblema real, instrumento da maestria e signo de dominação. A mesma palavra em hebreu, *yad*, significa ao mesmo tempo *mão* e *poder*. (p.682)

Pela concepção de mão como símbolo de trabalho e de manifestação, o título denota a força, o valor do trabalho e ainda a força da união dos africanos. As identidades africanas são retratadas no poema por meio de símbolos que delineiam as características e vivências desses povos. As três primeiras estrofes trazem a figura da África aparente, aquela que vemos por meio dos óculos estrangeiros; trata-se de uma visão parcial do que é a identidade segundo o que afirma o eu lírico quando se utiliza do advérbio “Além”.

O poema é iniciado apresentando o olhar vencido e cansado que carrega a memória de tempos difíceis de exploração. Traz a imagem do mar formando uma simbiose com o ser africano a partir da adjetivação “mares negreiros”. Relata o sentimento de aprisionamento e medo vivido nos lares e do cansaço daqueles que foram para outros países no continente africano, mas que por possuírem a dúvida do retorno, sentiam-se como que em outros continentes. Podendo ser compreendido também como o negro que sai do continente africano para trabalhar e prosperar fora e ainda assim carrega a África consigo. A ideia de separação e distanciamento é fortalecida pelo emprego do mar como elemento que guarda vivências dolorosas.

A segunda estrofe traz o retrato da África de miséria, quando cita “Além desta África/de mosquitos”, dos contrastes existentes, quando fala de “almas negras” enfeitadas de “sorrisos brancos” e de caridades e medicinas que matam. E por fim, na terceira estrofe tem-se a continuidade das ideias negativas com “África de atrasos seculares e corações tristes”.

A quarta e quinta estrofes compõem a verdadeira África vista pelo eu lírico: aquela que possui beleza, força, amor, trabalho e, portanto, produtividade. O eu lírico afirma que vê além, ou seja, vê o futuro e o que há de bom no continente explorado. Fala do amor que nasce da boca virgem, indicando que vem da fala pura, das lianas (cipós ou trepadeiras) que designariam os laços com a natureza, com a origem e, ainda, podem ser compreendidos como o amor que cresce e se difunde e floresce como uma planta trepadeira.

Unindo-se à ideia de entrelaçamento e florescimento há finalmente a descrição das mãos esculturais, que estão ligadas contra “as catadupas demolidoras do antigo”. É possível compreender as mãos, como metáfora para o trabalho e as catadupas (saída ou corrente impetuosa de algo) como a violência do passado. Assim, entende-se o trabalho coletivo como forma de extirpar o mal ocorrido em outros tempos e o fazer algo novo.

Na última estrofe do poema o eu lírico faz uma conclusão de seu olhar para a África: além do cansaço vivido, ela é viva e ele (eu poético) a sente nas mãos dos que resistiram (dos fortes) e se fundem com amor (rosa) e alimento (pão), sendo, portanto, o futuro.

Este terceiro poema analisado tematiza a identidade nacional de África como formada para além dos estigmas. Reporta-se ao passado sofrido como forma de estabelecer povos fortalecidos, conferindo-lhes a responsabilidade de fazer um futuro independente. É importante destacar que os versos são unidos pelas oposições para fomentar o conceito de superação dos povos colonizados.

Os poemas analisados em forma e conteúdo delineiam os processos constitutivos das identidades colonizadas. O conceito Ser africano é ferramenta utilizada por Agostinho em discursos poéticos e políticos, compreendendo sua escrita como um diálogo com os povos africanos e para a exaltação dos negros. Percorrendo *Sagrada Esperança*, observa-se que a construção de identidades está inserida em muitos e distintos elementos, deixando rastros das diversas culturas de que são dotadas as sociedades africanas. O título da obra está regado em cada um dos poemas, fortalecendo a mensagem e as atitudes de resistência e confiança como marcas registradas dos africanos.

Recontando acontecimentos importantes para a História de Portugal, Fernando Pessoa também reveste seus poemas de mitos e simbologia, adéqua suas poesias ao contexto literário vigente e busca resgatar o passado de forma organizada para explicar a identidade portuguesa. A estrutura poética de *Mensagem*, seguindo métrica, rima e com divisão em partes transpõe a organização da perspectiva histórica dos portugueses sob suas identidades e remete ao trabalho de Camões em “Os Lusíadas”.

*Mensagem* possui quarenta e quatro poemas que são distribuídos em três partes denominadas “Brasão”, “Mar Português” e “O Encoberto”. A primeira e a terceira parte

são subdividas em blocos; “Brasão” em cinco e “O Encoberto” em três, além disso, são as partes com maior número de poemas, enquanto “Mar Português” é compacto e por isso não possui subdivisões.

No início de cada uma das partes, assim como no início da obra há uma epígrafe em latim introduzindo a temática. A epígrafe inicial da obra: “Benedictus Dominus Deus Noster Qui Dedit Nobis Signum” traduzida por “Bendito seja Deus Nosso Senhor que nos deu o sinal”, podendo significar a existência da obra de Fernando Pessoa como um presente divino se aludida ao significado de “sinal” a aviso, alerta e mensagem, portanto, ao próprio nome da obra. *Mensagem* seria, portanto, o sinal divino do reestabelecimento da identidade portuguesa?

A epígrafe de “Brasão”, “Bellum Sine bello” (Guerra sem combate), traz ideias contraditórias, iniciando o leitor no truncamento dos conteúdos que serão representados por meio dos poemas que seguirão e refletindo que a “guerra proposta pelo Poeta é diferente daquela que será retratada nos campos dos Castelos – não será um combate sangrento, mas um combate espiritual que caminhará em direção a um império.” (CAMOCARDI, 1996, p.13). A primeira parte da obra, “Brasão”<sup>12</sup>, é elaborada com dezenove poemas distribuídos em cinco partes: I – Os Campos, II – Os Castelos, III – As Quinas, IV – A Coroa, V – O Timbre.

Em “Mar Português”, a epígrafe “Possessio Maris” (Domínio dos mares), remete à dominação portuguesa por meio das expedições marítimas, traduzindo as conquistas e o poder português. Revela-se, nesta segunda parte, a função simbólica do mar como transporte para a construção das riquezas (roubadas), do orgulho e da identidade portuguesa. Neste ponto, os poemas exploram o lado dito glorioso por Portugal, com lamentos pelos resultados negativos das navegações.

Na última parte da obra, “O Encoberto”, a epígrafe “Pax in Excelsis” (Paz nas alturas), assim como na primeira parte, traz a imprecisão devido ao seu revestimento do transcendental. Nesta terceira parte há a espera do mito que reconstituirá Portugal como nação potente e autônoma. O título desta parte da obra reverbera o renascimento do país

---

<sup>12</sup> O título desta primeira parte adorna a epígrafe utilizada por Pessoa, lembrando que brasão é um escudo de armas para nobres, fazendo sentido a denominação para compreensão do olhar do poeta e do português à sua nação, que é nobre e luta.

por meio do Quinto Império e o misticismo adentra articulando o império com o espiritual e o cultural.

Ornado por símbolos, esoterismo e narrações poéticas históricas, *Mensagem* tinha o intuito de:

[...] enaltecer a Pátria transmitindo uma mensagem de fé nos destinos da nação, por acreditá-la predestinada. Como projeto de apologia, Fernando Pessoa tentava um empreendimento nos moldes da poesia épica moderna dos fatos enaltificados. Diferentemente da epopeia camoniana, Pessoa faz o elogio do povo lusitano não como reencarnação dos antigos, mas orientado pela ideia de que a ‘A Nação é a escola presente para a Super-Nação futura’. Assim concebeu **Mensagem** como um ritual de afirmação nacional, combinando elementos de espiritualidade, misticismo e patriotismo. (CAMOCARDI, 1996, p. 11)

O “D. João Infante de Portugal”, localizado em “As Quinas”, terceira subdivisão da primeira parte da obra, confirma a forma histórica e a exaltação nacionalista.

QUARTA  
D. JOÃO, INFANTE DE PORTUGAL

Não fui alguém. Minha alma estava estreita  
Entre tão grandes almas minhas pares,  
Inútilmente eleita,  
Virgemmente parada;

Porque é do português, pai de amplos mares,  
Querer, poder só isto:  
O inteiro mar, ou a orla vã desfeita –  
O todo, ou o seu nada.  
(PESSOA, 1992, p. 44)

O poema “D. João Infante de Portugal” é estruturado em duas quadras com versos livres, portanto, com rimas e número de sílabas distintas, sua composição se faz por meio de antíteses para denominar o Ser português. O título remete ao Infante D. João da dinastia de Avis, Condestável de Portugal que sucedeu a Nuno Álvares<sup>13</sup>. D.

---

<sup>13</sup> Nuno Álvares foi um nobre guerreiro português com papel importante na crise dinástica de 1383-1385, entre outros títulos, foi o 2º Condestável de Portugal.

João não foi infante de grande notoriedade, salvo por ter sido consultado sobre a guerra da África. Como no poema composto por opositos, sua opinião se dividia entre a lealdade e a obediência ao irmão D. Duarte e o desacordo com a guerra do Marrocos.

Na primeira quadra, o eu lírico fala da pouca fama e, assim a ausência de uma identidade portuguesa no infante se comparada a de seus irmãos por meio dos versos “Não fui alguém. Minha alma estava estreita/Entre tão grandes almas minhas pares” e, nos versos seguintes, “Inutilmente eleita/Virgemmente parada”, marca sua falta de prestígio e de funções/trabalhos para suas titulações. Na segunda quadra, o poeta utiliza a conjunção “Porque”, como que explicando e reforçando a falta de valor social do infante no cenário nacional ao afirmar as características próprias do português como ser “pai de amplos mares”, querer tudo ou nada, “Querer, poder só isto: /O inteiro mar, ou a orla vã desfeita/O todo, ou o seu nada.”, marcando o domínio marítimo e o poder da identidade portuguesa.

A angústia sobre a identidade de D. João refletida nos versos parece retomar a ânsia portuguesa no delinear de sua própria identidade para se reconhecer como nação potente e autônoma. Neste pensamento, Pessoa adiciona um novo elemento de contribuição identitária à construção poética da obra nacionalista.

Tendo o foco poético no roteiro marítimo, a segunda parte da obra narra acontecimentos que exaltam a identidade portuguesa, a exemplo disso, o sexto poema, que lança olhar para o que seria uma perda para Portugal, indica certa ironia na voz do eu lírico ao abordar seus predicados.

## VI OS COLOMBOS

Outros haverão de ter  
O que houvermos de perder.  
Outros poderão achar  
O que, no nosso encontrar,  
Foi achado, ou não achado,  
Segundo o destino dado.

Mas o que a eles não toca  
É a Magia que evoca  
O Longe e faz dele história.  
E por isso a sua glória  
É justa auréola dada

Por uma luz emprestada.  
(PESSOA, 1992, p. 67)

O poema “Colombos”, sexto poema da segunda parte denominada “Mar Português”, é formado por dois sextetos com rimas emparelhadas. O eu lírico em primeira pessoa do plural indica a voz do coletivo falada pelo poeta. O título, também no plural, remete a Cristóvão Colombo, desbravador da América e também aos demais navegadores estrangeiros, que graças a Portugal obtiveram lucro para seus países.

A temática do poema indica o momento da descoberta do continente americano realizado por Colombo, expedição que teria sido financiada pelo reino português caso D. João II não tivesse recusado a proposta de contribuir com a missão. Tendo posse da informação das descobertas do navegador, o rei português pede para que haja o reconhecimento do território, por acreditar tratar-se de um espaço localizado nas terras ocidentais, já descobertas pelos portugueses. A primeira estrofe do poema refere-se à descoberta e às futuras conquistas dos outros países. O eu lírico fala por meio dos versos em nome dos portugueses sobre a descoberta inconclusa de Colombo por isso:

Outros haverão de ter  
O que houvermos de perder  
Outros poderão achar  
O que no nosso encontrar  
Foi achado [...]

Na segunda estrofe, o eu lírico expressa o orgulho e amor à pátria ao mencioná-la de maneira especial – “Mas o que a eles não toca/É a Magia que evoca” – e ao afirmar que a “luz”, isto é, a glória é emprestada, demarcando mais uma vez que a conquista dos navegadores estrangeiros é, na realidade, graças ao poder e às descobertas anteriores dos portugueses.

A presença do sentimento nacionalista em “Colombos” compõe a visão portuguesa de sua identidade e a visão do poeta sobre o seu país. Refazendo o caminho histórico e encontrando motivos de orgulho, ainda que nas fragilidades ou quando há perdas para o país, Pessoa elucida nos versos de *Mensagem* o patriotismo português e apresenta a composição da identidade coletiva permeada pela ideia quase fanática de

que a nação possui poderes, ou é como a escolhida divinamente para conduzir o mundo ao desenvolvimento.

Ainda por esse raciocínio, a terceira parte da obra sela a restauração do império português. Em “O Encoberto”, os treze poemas são divididos em três partes: I – Os Símbolos, II – Os Avisos e III - Os Tempos. O poema “Tormenta”, segundo de “Os Tempos” ilustra a busca por um novo Portugal, que será reencontrado por meio do transcendental.

#### TORMENTA

Que jaz no abismo sob o mar que se ergue?  
Nós Portugal, o poder ser.  
Que inquietação do fundo nos soergue?  
O desejar poder querer.

Isto, e o mistério de que a noite é o fausto...  
Mas súbito, onde o vento ruge,  
O relâmpago, farol de Deus, um hausto  
Brilha, e o mar ‘scuro’ struge.  
(PESSOA, 1992, p. 97)

O poema é formado por dois quartetos com rimas intercaladas (ABABCD). Na primeira estrofe há uma espécie de coro, onde o eu lírico questiona e responde suas próprias questões e a segunda estrofe é formada por uma síntese de reflexões. Os versos que questionam significam a inquietação pela perda da autonomia portuguesa com o desaparecimento pelo mar do rei D. Sebastião e as respostas às perguntas afirmam o desejo de reestabelecimento do império com a adjectivação de Portugal por “o poder ser” e com designação daquilo que os movimenta “O desejar poder querer.”. Além disso, os dois versos que respondem representam o potencial da nação, marcando mais uma vez o orgulho nacionalista do poeta português, visto que, embora assuma que Portugal está decaído, há a denominação de que o país é o próprio movimento de superação.

A segunda quadra aponta para a reflexão sobre a reviravolta. Com os dizeres “e o mistério de que a noite é o fausto”, o eu lírico traz a imagem da noite como a grande exibidora do mistério. Nos versos seguintes há como uma ruptura e, assim, o sobressalto, tão natural daquilo que advém do desconhecido ocorre: “Mas súbito, onde o vento ruge,/O relâmpago, farol de Deus, um hausto/Brilha, e o mar ‘scuro’ struge.” (p.

97). A presença de elementos da natureza como o relâmpago e o mar, e a irrupção que eles causam, traz o cruzamento do humano com o natural e, também, a consciência do poeta sobre o destino natural de sobrepor as dificuldades e de se reerguer da nação portuguesa.

Ainda na segunda estrofe, há o jogo de cores como claro e escuro por meio da presença de “relâmpago”, “brilha” e “noite”, “mar ‘scuro”, podendo ser associadas à decadência (decadência) e à ascensão nacional, por meio do “farol de Deus”, isto é, da mão divina, tão desejada “um hausto” (aspiração). O eu lírico mostra o desejo que a luz divina brilhe para que do mar, venha a recomposição do império. Seria possível associar esse soerguimento do império com a volta de D. Sebastião, já que muitos portugueses esperaram por anos seu retorno para a retomada autonomia da nação. É relevante atentar também para a figuração de movimentos como as perguntas e respostas, a interrupção do mistério pela ação do vento que produz barulho, da aparição do relâmpago e do “mar ‘scuro ‘struge” fazendo alusão à imersão do rei desaparecido.

A movimentação é registrada em “Tormenta” tanto pelos signos que são inseridos na narrativa poética semântica e sintaticamente, quanto pela junção entre passado, presente e futuro. A presença dos tempos, assim como denomina a subdivisão a que o poema pertence, demarca o caminho para questões de identidade a serem dissolvidas pela nação: do passado de glórias e derrotas, do presente decadente e do futuro renovado e promissor. Os três tempos expostos pelo poeta deixam pistas do trajeto para o revisitar e contemplar da identidade.

Esse entrelaçamento de tempos reflete ainda o círculo formado pelo poeta na construção de *Mensagem*. A circularidade parece indicar tanto o ponto de vista mítico, onde passado e futuro não são tão distantes (já que o futuro é retratado por Pessoa como um ideal já vivido no passado), quanto o saudosismo do poeta que deseja ver Portugal reintegrado.

Caminhando por esta direção de examinar poemas desvendando geografias, símbolos, mitos e histórias, serão expostas novas análises que trarão outros importantes elementos para contribuir na construção poética da identidade portuguesa em Agostinho Neto e Fernando Pessoa.

### **CAPÍTULO III**

#### **COMPARANDO E RECRIANDO O OLHAR SOB AS POESIAS – A ARTE CONVERSANDO COM A REALIDADE**

### 3.1. O messianismo na reconstrução das identidades

Na composição de perfis coletivos, verificam-se diversas questões históricas e mitológicas que são exploradas na literatura portuguesa e na literatura africana de língua portuguesa. O misticismo, envolvendo as formações do sujeito individual, é também latente na formação do eu coletivo. A relação humana com o místico é permeada pela elevação de poderes supremos a Deus:

o homem [...] elevou as categorias do seu conhecimento até Deus, supremo bem, o primitivo instituiu a sua escala de valores até Deus, supremo mal. Há nisso uma radical oposição de conduta. E tudo se prende à existência de dois hemisférios culturais que dividiram a história em Matriarcado e Patriarcado. Aquele é o mundo do homem primitivo. Este, o do civilizado. Aquele produziu uma cultura antropofágica, este uma cultura messiânica. (ANDRADE, 1995, p. 101-102)

O conceito de messianismo, originado dentro da religião israelita, se deu, primeiramente, “interpretando acontecimentos históricos [...] em seu primeiro significado, na luta do povo de Israel contra seus vizinhos e adquirindo sua conotação definitiva quando do cativeiro da Babilônia” (QUEIROZ, 1977, p. 25).

Entretanto por meio do desenvolvimento dos estudos históricos e especificamente da História Comparada das religiões, o conceito teológico cedeu lugar ao histórico, ou seja:

passa a designar uma categoria específica de líderes religiosos, com caracteres bem definidos, que teriam existido lendária ou realmente no passado, não em corrente religiosa determinada, mas em qualquer delas, e procurando reconstruir-lhes a história em seus detalhes, diagnosticando a que condições religioso-sociais se prendia seu aparecimento. (QUEIROZ, 1977, p. 4-5)

A existência da crença no Messias em distintas religiões está para além da espera de um deus, mas interligada ao ideal do regresso para a ascensão do povo. Para algumas culturas, o messias é um ícone divino, que tem como missão liderar o povo ao caminho do destino natural de desenrolar a história da nação e restaurar o país.

### 3.1.1. A *Mensagem* messiânica de Portugal e Pessoa

A crença messiânica, presente em diversas culturas, aparece em Portugal como um dos principais alicerces do patriotismo. Segundo J. Lúcio de Azevedo em *Evolução do Sebastianismo* (1947), ela surge em período de aparente grandeza, quando há o declínio do brilho de África e Índia para Portugal, afirma-se quando os portugueses perdem a autonomia de sua nação e fortifica-se nos difíceis momentos de sujeição ao reino de Castela; assim sendo, ocorre muito antes do famoso mito do sebastianismo, por já haver “a esperança na vinda de um rei predestinado, e os anelos do que ele havia de realizar.” (AZEVEDO, 1947, p. 8). O primeiro profeta a predizer a vinda de um líder que elevaria o povo português foi Gonçalo Anes, o Bandarra, sapateiro de Trancoso que fazia suas revelações por meio de trovas.

António Machado Pires em *D. Sebastião e O Encoberto* (1982) nos coloca que: “O messianismo português (de que o sebastianismo é uma fase) originou-se não de uma psicologia de raça, mas de condições sociais semelhantes às dos judeus.” (p. 17). O mito messiânico criado em torno do rei D. Sebastião está relacionado à libertação do povo português já que no caso do regresso garantiria a independência, coloca-se, portanto, em D. Sebastião as esperanças da libertação pela necessidade de concretizar a aspiração em uma pessoa que dê realidade à crença messiânica.

Em *Mensagem* (1934), Fernando Pessoa traz uma voz literária expressiva acerca do sebastianismo com citações diretas e também por meio de símbolos. É empregado um olhar de destaque para a história do rei que, como visto por meio do percurso histórico, foi o último da dinastia de Avis. Ao longo dos poemas nota-se o sebastianismo como meio de se traçar e reconstituir a identidade da nação.

A obra dividida em três partes – “Brasão”, “Mar Português” e “O Encoberto” – refaz o caminho traçado por Camões n’*Os Lusíadas*, entretanto, traz um D. Sebastião “elaborado pelo sebastianismo e pela humilhação, esse é o Encoberto, o Desejado, uma sombra, um mito.” (COELHO, 1983, p. 106) e, por essa razão, compreende-se que enquanto Camões põe à vista a memória e a esperança, Pessoa traz a utopia.

Os poemas analisados em seguida, se destacam pela sua dedicatória explícita à D. Sebastião de maneira a fazer com que se atente para sua importância histórica. Em

“D. Sebastião Rei de Portugal”, localizado na primeira parte de *Mensagem* nomeada “Brasão”, a voz do eu lírico aparece como a voz do próprio rei que se mostra um possível louco sonhador.

QUINTA  
D. SEBASTIÃO  
REI DE PORTUGAL

Louco, sim, louco, porque quis grandeza  
Qual a Sorte a não dá.  
Não coube em mim minha certeza;  
Por isso onde o areal está  
Ficou meu ser que houve, não o que há.

Minha loucura, outros que me a tomem  
Com o que nela ia.  
Sem a loucura que é o homem  
Mais que a besta sadia,  
Cadáver adiado que procria?  
(PESSOA, 1992, p. 45)

O eu lírico em primeira pessoa apresenta um monólogo onde são expostos os sentimentos de quem fala como se tratasse de um discurso oral acerca dos atos heroicos portugueses. Há a repetição da concepção de loucura com o emprego do adjetivo “louco” no primeiro verso da primeira estrofe; do substantivo “loucura” na segunda estrofe e por meio da ideia de aventura ilustrada no poema. Assim, reforça-se o olhar para a febre portuguesa pelas conquistas colocando em vista a perspectiva de que sem “loucura” não há vida, como se a ambição fosse o fundamento da existência humana. Neste anseio de transposição, observa-se que há a divisão do homem em passado e futuro, isto é, do homem que foi e morreu e do homem que virá “Por isso onde o areal está/Ficou meu ser que houve, não o que há.”. Pontua-se, deste modo, o olhar para o futuro.

Outro poema representativo da temática abordada é “A Última Nau”, que compõe a segunda parte da obra nomeada “Mar Português”. O poema traz a partida como temática e reforça o olhar do eu lírico para a morte e para o mistério. Fortalecendo os laços do português com o mito e com o messianismo, o poeta recobra a crença na reviravolta da nação.

## A ÚLTIMA NAU

Levando a bordo El-Rei D. Sebastião,  
E erguendo, como um nome, alto o  
pendão

Do Império,  
Foi-se a última nau, ao sol aziago  
Erma, e entre choros de ânsia e de pressago  
Mistério.

Não voltou mais. A que ilha indescoberta  
Aportou? Voltará da sorte incerta  
Que teve?  
Deus guarda o corpo e a forma do futuro,  
Mas Sua luz projecta-o, sonho escuro  
E breve.

Ah, quanto mais ao povo a alma falta,  
Mais a minha alma atlântica se exalta  
E entorna,  
E em mim, num mar que não tem  
Tempo ou 'spaço,  
Vejo entre a cerração teu vulto baço  
Que torna

Não sei a hora, mas sei que há a hora,  
Demore-a Deus, chame-lhe a alma embora  
Mistério.  
Surges ao sol em mim, e a névoa finda:  
A mesma, e trazes o pendão ainda  
Do Império.  
(PESSOA, 1992, p. 72-73)

Com abordagem marcando a despedida embasada no mito do sebastianismo, o título remete à embarcação que levou o rei D. Sebastião à batalha de Alcácer Quibir. Lembrando que na batalha o exército português foi dizimado, o rei desapareceu, colocando fim à dinastia a que pertencia, já que não havia herdeiros e o reino português ficou nas mãos do rei espanhol Filipe II, fazendo com que os portugueses perdessem sua independência por sessenta anos. O inconformismo do povo português resultou na criação da lenda de que o rei D. Sebastião estaria vivo e aguardando o momento certo de retornar ao trono.

O eu lírico narra a partida de D. Sebastião como um momento de tristeza, mas também como uma ilustração de sua supremacia, pois afirma “E erguendo, como um nome, alto o pendão/Do Império...”, isto é, ergue-se a bandeira portuguesa, para

evidenciar o poder da nação. A primeira estrofe também traz luz à imagem de mau agouro por meio da adjetivação “sol aziago” e “choros de ânsia e de pressago”.

Como na história, o eu lírico coloca que não houve o retorno da nau, não se sabe o paradeiro de D. Sebastião e há questionamento sobre o futuro que se mostra desconhecido (“sonho escuro”), mas que não tardará a chegar (“E breve”). Ao final do poema há o retrato do olhar do poeta acerca da volta do rei. Enquanto o povo está desalentado (“a alma falta”), mais a esperança do eu lírico se extravasa na ideia do retorno de D. Sebastião, de maneira que ele pode vislumbrar o vulto que regressa. Não se sabe o tempo exato, mas sabe-se que haverá o momento de retorno que trará consigo a reconstrução do império português.

O poema explicita a esperança da reestruturação da identidade nacional por meio do retorno do rei. A exaltação da nação portuguesa ocorre por meio da descrição de um fato histórico de luta e perda, utilizando os versos como veículo de encorajamento para a fé no futuro.

Um terceiro poema em que é possível ser destacada a temática messiânica é “O Desejado” localizado na terceira parte da obra intitulada “O Encoberto”. Neste ponto de *Mensagem* o mito do sebastianismo nos aparece de forma a remeter ao rei morto.

### TERCEIRO

#### O DESEJADO

Onde quer que, entre sombras e dizeres,  
Jazas, remoto, sente-te sonhado,  
E ergue-te do fundo de não-seres  
Para teu novo fado!

Vem, Galaaz com pátria, erguer de novo,  
Mas já no auge da suprema prova,  
A alma penitente do teu povo  
A Eucaristia Nova.

Mestre da Paz, ergue teu gládio unguido,  
Excalibur do Fim em jeito tal  
Que sua luz ao mundo dividido  
Revele o Santo Gral!  
(PESSOA, 1979, p. 84)

O discurso poético em segunda pessoa assemelha-se a uma prece. No início do poema há o clamor para o retorno do rei que, apesar de morto, tem sua volta ansiada. Pede-se “[...] ergue-te do fundo de não seres/Para teu novo fado!”, pontuando a ausência de ser, isto é, do existir ocasionada pela morte e, ainda, a importância do regresso para que se cumpra uma nova missão.

É nítida a relação da volta do rei com o Cristianismo e com a vinda do Messias. O eu lírico compara o rei com Galaaz, que foi um dos cavaleiros da Távola Redonda, além de um dos três que conseguiu alcançar o Santo Gral e que, assim como ele, partia em busca da Eucaristia. O rei é chamado de “Mestre da Paz” relacionando-o, portanto, com Cristo e invoca-se que sua luz revele o Santo Gral, refletindo a relação divina de D. Sebastião para com os portugueses. Na constituição do poema, é notória a relação da volta do rei desaparecido com o messianismo, não só pela equivalência com o cristianismo, mas principalmente pela consequência da volta: a restauração da nação portuguesa. No título do poema “O Desejado” encerra-se a comparação da volta do rei com a vinda do Messias. Portanto, faz-se o estreitamento da relação do rei com o divino e do aspecto mitológico que adquire o delinear da história portuguesa.

*Mensagem* configura uma visão portuguesa acerca de sua história. Como diz Francisco Maciel Silveira em prefácio à obra pessoana (1992): “Fernando Pessoa compõe aqueles poemas em que se vai corporificando o SER da Pátria...” (p. 8). Sendo assim, o encontro com o messianismo em suas poesias torna-se imprescindível, pois a história portuguesa é enraizada no mito, ou seja, para se revisitar a constituição das identidades e para se remontar o quebra-cabeça do perfil da nação é preciso passar pela pesquisa mitológica.

### **3.1.2. A esperança africana no mito**

A crença messiânica para os africanos também está embasada na exaltação da tradição afro, ocasionada por meio do reencontro com as suas raízes. É consabido que as culturas africanas foram rechaçadas ao longo de muitos anos de diversas formas: seja dentro de suas nações ao serem colonizadas, escravizadas e introduzidas a novos valores culturais, seja por meio do tráfico negreiro, que retirou muitos africanos de suas terras natais. Portanto, o regresso messiânico nas culturas africanas seria para aqueles que foram retirados de suas origens, fisicamente ou com a retaliação de suas tradições visando atender as demandas econômicas em questão.

Nas culturas africanas, um exemplo de promotor da crença messiânica é o movimento Rastafari, que tem sua origem em torno de 1930, coincidindo com a coroação do rei da Etiópia Hailê Selassiê I (1892 – 1975), o primeiro rei negro na África. Hailê Selassiê, que posteriormente seria chamado Ras Tafari, é considerado pelo movimento religioso como “o símbolo do Deus encarnado”. A origem do Rastafari está ligada ao ativista jamaicano Marcus M. Garvey (1887 - 1940), que defendia o regresso de todos os africanos à África e organizou por meio da Associação Nacional para o Progresso Negro, programas de migração em massas negociados com governos africanos.

Por meio do pensamento de Garvey de que a volta dos que foram retirados do continente africano ocorreria apenas quando um rei negro fosse coroado, gerou-se a crença dos integrantes do movimento Rastafari de que Hailê Selassiê seria seu Messias. Entretanto, o ativista jamaicano deixa de ser o propagador da profecia e da gênese do movimento ao posicionar-se contra o rei da Etiópia, alegando que os negros eram maltratados em seu país e também por defender uma solução prática de regresso, não uma salvação miraculosa do seu Messias, como acreditavam alguns rastafari.

A partir da ilustração do messianismo no movimento Rastafari, compreende-se que a esperança no regresso às origens ocasionaria o sentimento de expectativa num futuro promissor e o estímulo à busca pela liberdade nos países colonizados e àqueles que foram retirados de seus países de origem, além da emancipação do negro na sociedade como um todo.

Angola foi cenário do messianismo, segundo Leila Leite Hernandez em *A África na sala de aula* (2005):

Em diferentes áreas do território angolano puderam descortinar-se formas religiosas de associação que conferiram aos diferentes grupos um importante grau de identidade. Surgiram movimentos proféticos e messiânicos cuja reestruturação do simbólico, das crenças e das representações resultou da articulação de elementos tanto do cristianismo como de religiões tradicionais africanas. O cristianismo, difusor dos valores ocidentais, era permeado de meios mágicos de intervenção significando uma atuação imediata no cotidiano configurando uma forma de resistência. De modo geral, apresentam temas de protesto e revolta que levavam a algumas ações xenófobas prontamente debeladas pela polícia colonial. (p.573)

No período após a Primeira Guerra Mundial surgiu um significativo movimento liderado por Simon Kimbangu, como resposta de resistência à burocracia colonial. Kimbangu fundou uma igreja sincrética que, embora fizesse uma releitura do Antigo Testamento (aproximando-se à saga do povo judeu) e de alguns costumes cristãos, fazia exaltação aos africanos por meio do culto dos antepassados, utilizava cantos de protesto inspirados na Bíblia, mas em quicongo, língua africana falada em algumas regiões de Angola. O movimento pregava a vinda de um Messias negro que salvaria os povos negros da opressão.

As ações de protesto e revolta foram reprimidas e Kimbangu preso e deportado para Catanga, em 1921. Afastado pelo exercício da violência, tornou-se um mártir, verdadeiro modelo de resistência anticolonial. Parece evidente que o kimbanguismo se alastrou, ao mesmo tempo que cresceu o apelo a uma religião revelada por um Salvador da raça negra, capaz de opor-se ao cristianismo identificado como “religião do colonizador”. A partir de 1920, o kibanguismo estendeu-se em Angola assim como nos dois Congos (belga e francês), tornando-se uma igreja autônoma com alto grau contestatório, dando ensejo a um nacionalismo religioso que ganhou mais força depois da Segunda Guerra Mundial. (HERNANDEZ, 2005, p. 573-574)

Compreende-se que o conceito messiânico para os africanos é fundamentalmente libertador, partindo do pressuposto que visa promover a esperança e orgulho de sua identidade nacional entre aqueles que foram violentados socialmente. É necessário assinalar como lembrete, que o racismo é destacado por movimentos proféticos e

messiânicos como peça elementar utilizada pelo poder colonial e para explicar a subordinação dos negros.

As literaturas africanas de língua portuguesa, dentro do contexto do messianismo, são canais com o estrangeiro, já que muitos africanos não sabiam escrever e ler na língua do colonizador português, mas falavam em línguas de tradições africanas que não possuíam escritas, como Quimbundo no caso de Angola e o Crioulo em Cabo Verde. A poesia, costumeiramente utilizada como literatura oral, torna-se chave de diálogo com os povos, considerando que muito do conhecimento dos povos africanos sobre a língua portuguesa era apenas oral, portanto, a literatura é canal com o mundo internacional e com a própria nação do colonizado, permitindo a promoção de uma voz ativa que reafirme a cultura africana para os africanos e para os estrangeiros, articulando de maneira a não inferiorizar as tradições negras, mas exaltá-las.

Retomando a perspectiva literária do conceito messiânico, também se encontra na obra *Sagrada Esperança* (1974) de Agostinho pontos relevantes acerca da temática, entretanto, embora haja na história do continente africano e na história de Angola mitos voltados para o messianismo, este se faz nos poemas por outro viés. O olhar do poeta angolano para o conceito também constitui o olhar do africano para a história nacional, mas principalmente para a necessidade de libertação.

A perspectiva de um africano que ultrapassa as fronteiras familiares em busca de conhecimento, traz um olhar estrangeiro sobre sua cultura e/ou uma apurada visão para aquilo que se considera a crença messiânica. Diante de todas as experiências violentas do africano, o resgate de sua identidade andarà pelo caminho do repúdio da cultura do colonizador e, portanto, passará também pela busca de reconhecimento da cultura de seus antepassados. Entretanto, a exaltação do misticismo africano adere uma nova forma na poesia de Agostinho. O misticismo está atrelado à condição de libertação de Portugal, trafegando pelos pensamentos de crença no futuro promissor, sem a condução de uma nação opressora.

Os poemas de Neto reverenciam a negritude e a África como um todo. No título da obra *Sagrada Esperança* e em cada poema há a presença da crença na reviravolta do negro sobre os males experimentados. Para melhor observar tais apontamentos, seguiremos com algumas leituras analíticas de poemas da obra como “Adeus à hora da largada”:

## ADEUS À HORA DA LARGADA

Minha Mãe  
(todas as mães negras)  
cujos filhos partiram)  
tu me ensinaste a esperar  
como esperaste nas horas difíceis

Mas a vida  
matou em mim essa mística esperança

Eu já não espero  
sou aquele por quem se espera

Sou eu minha Mãe  
a esperança somos nós  
os teus filhos  
partidos para uma fé que alimenta a vida

Hoje  
somos as crianças nuas das sanzalas do mato  
os garotos sem escola a jogar a bola de trapos  
nos areais ao meio-dia  
somos nós mesmos  
os contratados a queimar vidas nos cafezais  
os homens negros ignorantes  
que devem respeitar o homem branco  
a temer o rico  
somos os teus filhos  
dos bairros de pretos  
além aonde não chega a luz eléctrica  
os homens bêbedos a cair  
abandonados ao ritmo dum batuque de morte  
teus filhos  
com fome  
com sede  
com vergonha de te chamarmos Mãe  
com medo de atravessar as ruas  
com medo dos homens  
nós mesmos

Amanhã  
entoaremos hinos à liberdade  
quando comemorarmos  
a data da abolição desta escravatura

Nós vamos em busca de luz  
os teus filhos Mãe  
(todas as mães negras  
cujos filhos partiram)  
Vão em busca de vida  
(NETO, 1974, p. 35-36)

“Adeus à hora da largada” estrutura-se de maneira semelhante a uma narrativa no que diz respeito ao diálogo com a “Mãe”, símbolo mencionado, evocado e também explicado logo nos primeiros versos da primeira estrofe. A mulher, representada pela mãe, simbolizaria “todas as mães negras/cujos filhos partiram”. O eu lírico afirma que a mãe lhe ensinou a esperar, pois ela esperava nas horas difíceis. Tendo em vista que “mãe” neste poema é símbolo para as mulheres negras, mas também para a África, pode-se dizer que o poeta faz um diálogo com as mulheres africanas e, também, com as origens a partir do chamado a ela para dizer o que sente, vê e espera (para o futuro).

O eu lírico diz que a vida “matou” nele a “mística esperança”. Pode-se notar por meio da adjetivação de “esperança” que a espera é como uma crença ou religião. As experiências ceifaram sua disposição para viver no aguardo. Nas duas primeiras estrofes o tom melancólico introduz os próximos versos em que há grande espaço para a recordação da vida penosa dos negros. A esperança é apresentada no singular e no plural como que buscando apontar que o africano é a própria espera e/ou esperança, ou seja, a crença fundamental.

A partir da quinta estrofe, o eu lírico apresenta as nações africanas por meio da descrição de quem são as pessoas do plural que anteriormente afirmou ser a esperança. Estas pessoas são crianças que estão nuas em senzalas, garotos sem estudos que jogam com bola de trapos, representando a inocência e a pobreza, contratados, isto é, homens que trabalham em cafezais por contrato, homens sem estudo, aqui marcados como negros e ignorantes e que “devem respeitar o homem branco/e temer o rico”, marcando a oposição “negro”, “branco”, “respeitar” (remetendo à educação) e “ignorantes” e pobreza *versus* riqueza.

Ao dizer: “somos os teus filhos/dos bairros de pretos/além aonde não chega a luz elétrica”, faz um cruzamento entre a cor do africano e a cor do bairro pela ausência de energia. Fala sobre os homens embriagados e abandonados num “ritmo de batuque de morte” dando-nos a imagem de movimento e musicalidade, embora em circunstância trágica. Demarca a situação miserável do africano também ao mencionar a fome, a sede, a vergonha e o medo que sentem de se reconhecerem africanos.

A marcação do futuro aparece quando cita o “Amanhã”. Afirma-se que serão feitos cânticos à liberdade quando for chegada a hora da abolição da escravidão, trazendo à luz, mais uma vez a ideia da esperança, da musicalidade e dando enfoque à

liberdade. Ao final do poema, o eu lírico conclui o diálogo feito com a pátria e, se os versos iniciais se faziam em tom melancólico, o encerramento se dá com palavras de esperança, luta e recomeço:

Nós vamos em busca de luz  
Os teus filhos Mãe  
    (todas as mães negras  
    cujos filhos partiram)  
Vão em busca de vida.

A ideia que parece nortear o poema é de que se está em um momento de despedida para o início de uma corrida à liberdade. Para manter-se com esperança e em busca pela vida é preciso sair da pátria, por isso os versos falam dos filhos que partiram. Observa-se neste poema a reflexão acerca do ser africano, do futuro e da esperança como um meio de regresso do “Messias”. A esperança é cada um dos africanos e o combate existe e é alimentado apenas se ela habitar suas vidas.

Outro poema de Agostinho com traços de estímulo à esperança como meio de aquecimento na crença messiânica é “Aspiração”:

#### ASPIRAÇÃO

Ainda o meu canto dolente  
e a minha tristeza  
no Congo, na Geórgia, no Amazonas

Ainda

luar

o meu sonho de batuque em noites de

Ainda os meus braços  
ainda os meus olhos  
ainda os meus gritos

Ainda o dorso vergastado  
o coração abandonado  
a alma entregue à fé  
ainda a dúvida

E sobre os meus cantos  
os meus sonhos

os meus olhos  
os meus gritos  
sobre o meu mundo isolado  
o tempo parado

Ainda o meu espírito  
ainda o quissangue  
a marimba  
a viola  
o saxofone  
ainda os meus ritmos de ritual orgíaco

Ainda a minha vida  
oferecida à Vida  
ainda o meu desejo

Ainda o meu sonho  
o meu grito  
o meu braço  
a sustentar o meu Querer

E nas sanzalas  
nas casas  
nos subúrbios das cidades  
para lá das linhas  
nos recantos escuros das casas ricas  
onde os negros murmuram: ainda

O meu Desejo  
Transformado em força  
Inspirando as consciências desesperadas.  
(NETO, 1974, p. 68-69)

O eu lírico inicia o poema elucidando o conceito de universalidade ao citar o canto doloroso e a tristeza “no Congo, na Geórgia, no Amazonas” e conduz a leitura para as tristezas e anseios, a princípio de modo sereno, como se vê na segunda estrofe: “Ainda/o meu sonho de batuque em noites de luar” - e aos poucos adquire tom mais emotivo como se observa nas estrofes seguintes.

A utilização de partes do corpo funciona como metáforas. Os braços podem representar a força, a ação e o trabalho; os olhos seriam a visão, o conhecimento e o discernimento; os gritos seriam a voz, a expressão concreta da dor, aqui possivelmente corresponderia à ideia de gritos pelas feridas, se atentarmos à estrofe seguinte composta pelos dizeres de violência física sofrida pelos negros que foram escravizados.

Os versos: “coração abandonado/a alma entregue a fé”, reforçam a ideia de cansaço e conduz o pensamento para a confiança de quem espera, embora no próximo

verso afirma “ainda a dúvida”. Nesta estrofe ele afirma que acima dos cantos, olhos, gritos e “sobre o meu mundo isolado”, está o tempo parado, ou seja, acima de todos os sentimentos e ações de resistência, há a estagnação, a ausência de mudanças. A concepção de “olhos” e “gritos” supracitada compreende que há um embate entre o que eu lírico sente e o que acontece em seu presente (conflito também vivenciado por Pessoa ao refletir sobre o sebastianismo). Há aqui a marcação da dificuldade de se manter a fé, devido ao tempo que não modifica a situação, ou seja, o tempo não passa.

Na sexta estrofe, o eu lírico continua com a repetição “Ainda” para evidenciar a falta de modificação, mas neste ponto, há a tradição, pois fala de seu espírito, dos ritmos, isto é, das músicas de seu ritual orgiaco e cita instrumentos musicais típicos de África como o quissangue (anexos p. 138), instrumento musical angolano feito de palhetas e de som baixo e delicado, e da marimba, outro instrumento de percussão feito com lâminas de madeira.

Na sétima estrofe fala-se de “vida” no sentido pessoal e no sentido coletivo, para isso o poeta utiliza a inicial da palavra em cada estrofe de uma forma. Quando fala da vida de maneira pessoal, a palavra fica com inicial minúscula e, quando fala de maneira coletiva em maiúscula. Portanto, “Ainda a minha vida/oferecida à Vida” nos traz a ideia da vida do eu lírico entregue às experiências do mundo, ao próprio ato de viver (relação também experimentada por Pessoa na escrita das poesias). A estrofe termina com “ainda o meu desejo”, como que encerrando a ideia da entrega.

Na oitava estrofe o eu lírico retoma o pensamento de “sonho”, “grito” e braço”, mas agora colocando as palavras no singular, reunindo-as de forma a dar ideia de sustento ao desejo que ainda não foi revelado, mas que é transcrito ao final do poema.

Na nona estrofe surge a imagem dos povos africanos. A voz poética fala de todos os lugares onde elas habitaram e habitam: senzalas, casas, periferias de cidades, nas áreas escondidas de casas ricas e para além das fronteiras de África. Marca neste ponto a marginalização que o negro sofreu e ainda sofre.

Na décima e última estrofe encerra-se com a designação do desejo com sua inicial em maiúscula, retomando a ideia de sentimento coletivo, quando o próprio eu lírico afirma: “inspirando as consciências desesperadas”. Coloca-se o sentimento como o que traz a esperança para o coletivo africano. O poema reflete a esperança diante das

dificuldades por meio da repetição de coisas que conjugam passado e presente, pois compõe-se de forma a colocar que ainda não chegou o que se deseja, assim, o tempo do eu lírico é de espera pelo desejo que aqui é visto como a busca da liberdade. Por fim, o título constitui a nomeação do que se lastima no poema: o ainda estar em situação de luta por algo novo, pela conquista da libertação, pelo fim dos sofrimentos vividos em África.

Unindo-se aos poemas escolhidos para a reflexão sobre messianismo, segue a análise de “Criar”, poema rico em repetições (que formam certa musicalidade), símbolos e aspirações, como se o poeta fizesse um mantra ou uma prece ao leitor.

### CRIAR

Criar criar  
criar no espírito criar no músculo criar no nervo  
criar no homem criar na massa  
criar  
criar com os olhos secos

Criar criar  
sobre a profanação da floresta  
sobre a fortaleza impudica do chicote  
criar sobre o perfume dos troncos serrados  
criar  
criar com os olhos secos

Criar criar  
gargalhadas sobre o escárnio da palmatória  
coragem nas pontas das botas do roceiro  
força no esfrangalhado das portas violentadas  
firmeza no vermelho sangue da insegurança  
criar  
criar com os olhos secos

criar criar  
estrelas sobre o camartelo guerreiro  
paz sobre o choro das crianças  
paz sobre o suor sobre a lágrima do contrato  
paz sobre o ódio  
criar  
criar paz com os olhos secos

Criar criar  
criar a liberdade nas estradas escravas  
algemas de amor nos caminhos paganizados do amor  
sons festivos sobre o balanceio dos corpos em forcas  
Simuladas

criar  
criar amor com os olhos secos.  
(NETO, 1974, p. 122-123)

O poema “Criar” nos traz a musicalidade e forma como uma oração por meio das repetições de termos e ideias. A estrutura é constituída por contradições, a ideia presente no poema é a criação diante da impossibilidade do *criar*, ou seja, é o ato de criar forças mesmo com fraquezas. A contradição é reforçada não só pela temática, mas ainda na forma com o emprego recorrente de “olhos secos” e “choro”, “lágrima”, “suor”, ou seja, seco e molhado e também em amor e ódio.

O início do poema introduz a origem do ato de criar. Fala de espírito, músculo, nervo e homem como forma de dar luz à origem das matérias e, portanto, à gênese da criação. Na primeira estrofe, já se emprega “criar com os olhos secos”, reforçando o contexto de coragem e de força diante das dificuldades e, assim, a esperança aparece configurada no “criar com olhos secos”, isto é, sem lágrimas, portanto sem tristeza.

Na segunda estrofe, emprega-se o contraditório de maneira efetiva quando se coloca a criação diante do que há de situações negativas, como o mau uso da floresta, a força do chicote, o perfume dos troncos cortados, ou seja, árvores que foram violentadas. Assim, é preciso criar, ainda que em momentos dignos de tristeza e lágrimas, com os olhos secos.

O pensamento contraditório segue nas demais estrofes:

gargalhadas sobre o escárnio da palmatória  
coragem nas pontas das botas do roceiro  
força no esfrangalhado das portas violentadas  
firmeza no esfrangalhado das portas violentadas  
firmeza no vermelho sangue da insegurança  
criar  
criar com os olhos secos

Criar criar  
estrelas sobre o camartelo guerreiro  
paz sobre o choro das crianças  
paz sobre o suor sobre as lágrimas do contrato  
paz sobre o ódio  
criar  
criar paz com os olhos secos.

Criar criar  
criar liberdade nas estradas escravas  
alergias de amor nos caminhos paganizados do amor  
sons festivos sobre o balanceio dos corpos em forcas  
simuladas

Os elementos que se opõem, reafirmam a esperança sustentada nos momentos trágicos, os quais seriam dignos de tristeza e desânimo, apresentando tanto a ideia do manter-se forte diante das adversidades, quanto um enlace entre o fazer poético com a luta. Assim, confrontando-se, soma-se por reacender a esperança fortalecida no místico.

A roupagem poética de Agostinho em *Sagrada Esperança* é costurada pelo místico, do título às repetições de vocábulos. A utilização de certa musicalidade, o chamamento à luta e a demarcação da fé como arma para a libertação reconstrói o foco do conceito messiânico, pois pontua a necessidade da força mística para o reconhecimento da cultura africana.

Nos processos de questionamentos sobre as identidades é quase que imprescindível tocar em conteúdos religiosos, ainda que sejam identidades coletivas é importante que se olhe para esses aspectos a fim de se repensar o eu sob uma nova perspectiva. Em tempo, é necessário esclarecer que religioso, neste caso, não está atrelado à religião, mas à religiosidade, isto é ao sentimento que impele ao reconhecimento do divino, seja ele um sujeito ou uma ideia. Assim, espera-se que o leitor, munido do conhecimento histórico e teórico trazido até aqui, possa reconhecer ou reconstruir um novo olhar acerca do messianismo nas poesias analisadas.

### 3.2. O mar de memórias

[...] por se constituir na via líquida por onde singraram as caravelas chegando aos mais distantes portos, ele se tornou símbolo do alargamento dos domínios portugueses, criando o fenómeno crucial do “ser português”: o Império. Sob essa perspectiva, pode-se mesmo dizer que as águas salgadas foram o ponto privilegiado de onde a nação mirou-se ao voltar seu olhar ao Outro, engendrando, a partir da espessa camada de representações elaboradas sobre os povos dos portos, uma imagem de si própria.

Tania Macedo

Assim como a ligação com o místico é relevante ao estudo das construções de identidades nacionais, a relação com o espaço físico também exerce papel fundamental. A natureza é inserida como cenário ou ainda como cúmplice de fatos históricos ou pessoais na literatura. Muitos autores utilizam elementos da natureza como forma de dialogar com o universo íntimo e com o mundo exterior. Na poesia, por haver uma linguagem mais sintética, é comum que seu apontamento seja revestido de maior simbologia, portanto, faz-se necessário recorrer a materiais diversos para que se elabore uma interpretação acerca de tais elementos.

No estudo deste tópico volta-se a atenção ao mar, tendo em mente que se trata de um instrumento participante no processo de constituição do eu coletivo para Portugal e Angola. Não apenas pela função histórica, mas pelo emprego nas poesias de Pessoa e Neto, optou-se por examinar minuciosamente suas colocações em *Mensagem* e *Sagrada Esperança*.

O significado simbólico de água, de acordo com o Chevalier e Gheerbrant (1991) é de surgimento da vida, de nascimento ou renascimento, sempre reportando às origens. Assim, o mar, muito relacionado a lendas e mitos é “Símbolo da dinâmica da vida. Tudo sai do mar e tudo retorna a ele: lugar dos nascimentos, das transformações e dos renascimentos.” (p. 592). Pelo dicionário de língua portuguesa, o sentido figurado de mar é de abismo, remete à imensidão, lugar de lutas e dificuldades. Pelo senso comum pode-se dizer que seu movimento de vai e vem, marca a ideia de dinâmica e mistérios, de um elemento que leva e devolve histórias, que guarda e revela histórias e segredos. É possível ainda reconhecer o mar como um local de passagem onde tudo se modificará; uma fronteira entre o tradicional e o novo, entre Angola e Portugal, entre períodos distintos.

Além de todos os pontos supracitados acerca da relevância do mar que podem ser atrelados às constituições de identidades coletivas, no passado, a economia de países europeus, por exemplo, era quase que exclusivamente dependente do mar. Fator importante para a economia e para a política de Portugal é pelo mar que os portugueses se transportavam para terras desconhecidas com a finalidade de desbravar e enriquecer o governo português.

O conhecimento sobre a visão portuguesa a respeito do mar é revelado no estudo de sua história e, portanto, nos estudos das colonizações, principalmente no tocante à sua literatura, e neste caso à poesia, já que a obra de arte em muitos momentos torna-se porta-voz de um povo. O mesmo ocorre à compreensão das visões angolanas de mar, sabendo-se que seus conceitos a respeito também advém de sua história marcada negativamente pela colonização. Exposto isso, entende-se que o mar, recorrente nos poemas de *Mensagem* e *Sagrada Esperança*, também refaz o caminho histórico e do reencontro com a personalidade da nação, tornando-se clara a visão do mar como arcabouço de memórias.

Dados esses pontos, serão expostas análises de alguns poemas de Fernando Pessoa e de Agostinho Neto que remetem ao mar como participante histórico na construção da nação.

### 3.2.1. O mar pessoano

Banhado pelo Oceano Atlântico, Portugal conta histórias trágicas e gloriosas resultantes de sua relação com o mar. O povo lusitano que experimentou o bom tempero do oceano por meio de conquistas e extração de riquezas de novos territórios, também provou excessivamente de seu sal, literalmente, com a perda de muitos marinheiros na expansão marítima, a tsunami provocada pelo terremoto em Lisboa e a perda do rei D. Sebastião, que embora não tenha morrido em alto-mar, foi por meio dele que o monarca foi levado ao desaparecimento. Da experiência nas águas marítimas, o povo português tem a memória marcada por muitos de seus significados simbólicos, já mencionados anteriormente e a contemplação dada ao elemento forma no coração nacional emoções contraditórias: alegria e tristeza, orgulho e derrota, esperança e saudade. A expansão marítima retrata a ambição portuguesa por expandir economicamente, revertendo na busca por conquista de territórios e refletindo na exaltação da nação.

Em *Mensagem*, Fernando Pessoa reitera a importância do mar para a História de Portugal ao dedicar uma das três partes da obra ao elemento. Nomeando a segunda parte de “Mar Português”, Pessoa enfatiza o entrelaçamento do mar com a nação: ao mesmo tempo em que pontua o orgulho português ao adjetivar o mar como sendo de nacionalidade portuguesa, transmite a mensagem da visão de seu país acerca do elemento. Esta segunda parte da obra corresponde ao tempo da “ação épica”, configurando a ideia de Morte, e por isso há a ânsia do desconhecido e o esforço heroico da luta contra o mar ocorrendo em alguns poemas. Somando a isso, é necessário lembrar ainda que a epígrafe em latim “*possessio maris*”, traduz a época das Grandes Navegações em que o mar foi dominado pelos portugueses.

Nesta segunda parte do *Mensagem* há doze poemas na seguinte ordem: “O Infante”, “Horizonte”, “Padrão”, “O Monstrengo”, “Epitáfio de Bartolomeu Dias”, “Os Colômbos”, “Ocidente”, “Fernão de Magalhães”, “Ascensão de Vasco da Gama”, “Mar Português”, “A Última Nau” e “Prece”. Todos os poemas ilustram o mar inserido no contexto histórico nacional e para as análises foram selecionados “O Infante”, “Padrão” e “Mar Português”.

O poema “O Infante”, que faz a abertura da segunda parte da obra, por meio de sua temática, traz como que uma introdução a Era das Navegações, portanto, possui um

encaixe dentro do contexto marítimo em *Mensagem* e reflete ainda uma organização formal na estrutura da obra. Isso reitera o pensamento de que Pessoa refaz a epopeia camoniana.

I  
O INFANTE  
Deus quer, o homem sonha, a obra nasce.  
Deus quis que a terra fosse toda uma,  
Que o mar unisse, já não separasse.  
Sagrou-te, e foste desvendando a espuma,  
  
E a orla branca foi de ilha em continente,  
Clareou, correndo, até ao fim do mundo,  
E viu-se a terra inteira, de repente,  
Surgir, redonda, do azul profundo.  
  
Quem te sagrou criou-te português.  
Do mar e nós em ti nos deu sinal.  
Cumpriu-se o Mar, e o Império se desfez.  
Senhor, falta cumprir-se Portugal!  
(PESSOA, 1992, p. 61)

A iniciar a análise, o título faz uma referência ao período anteriormente citado por remeter ao Infante D. Henrique. Elêusis M. Camocardi em *Fernando Pessoa – Mensagem: história, mito, metáfora* (1996) afirma que “A abertura desta Segunda Parte da obra com o Infante é muito apropriada, justificando-se por ser ele o pioneiro na empresa dos descobrimentos, quando, ao fundar a Escola de Sagres” (p.41), escola que objetivava preparar os navegadores. Entretanto, José Hermano Saraiva pontua em *A História Concisa de Portugal* (1984) que muitas foram as causas da Expansão Marítima e “Tentar descobrir-lhe uma causa única, permanente, ou mesmo <<fundamental>>, é uma aspiração escolástica.” (p. 134). O fato é que um conjunto de razões desencadeou as navegações e o principal discurso sustentado por anos e apresentado também no poema é o do destino divino. Foram séculos propagando a mensagem de que a Expansão Marítima e territorial correspondia à realização de uma missão transcendente.

Da estrutura formal ao conteúdo, o poema divide-se em três, o que pode significar a tentativa de enfatizar o divino, considerando que esse número para o cristianismo, é representativo da perfeição na santíssima trindade. Em sua estrutura formal “O Infante” possui três quartetos com rimas cruzadas ou alternadas (ABAB, CDCD, EFEF) espelhando a justeza da composição do poema e da missão portuguesa.

A ideia de perfeição e o ritmo de exatidão percorrem o poema. A sua estrutura se apresenta em três estrofes que formam três partes: na primeira estrofe avista-se uma espécie de introito para a missão, na segunda o desenrolar das navegações e na terceira uma conclusão. Há análises deste poema que o dividem de maneira distinta como, por exemplo, marcando a primeira parte apenas como o primeiro verso por trazer um aforismo “Deus quer, o homem sonha, a obra nasce”. Neste caminho de análise a segunda parte seria a partir do segundo verso até o final da segunda estrofe e a terceira parte a partir da terceira estrofe. O que nos parece mais relevante aqui é expressar a narrativa colocada nos versos e o trabalho poético de jogos dialéticos e de causa e efeito, pois as uniões de conteúdo e de forma expressam incisivamente a função do mar na construção da identidade nacional. Revestido de elementos simbólicos a importância do mar é realçada, tanto por sua temática tratar das navegações e apontar o elemento da natureza, quanto pelo seu ritmo que vai e vem como no movimento do mar. Há o jogo do velar e desvelar, do mistério e da revelação, como pode ser observado ao dissecar o poema, verso a verso.

Na primeira estrofe, que pode ser tomada como uma introdução para o todo da “narrativa” expressa, há a marcação da relação entre Deus e o homem, sendo que o homem aqui representa a Humanidade. Iniciando com a máxima “Deus quer, o homem sonha, a obra nasce”, o eu lírico constroi uma relação de causa e efeito que é explicada nos versos seguintes:

Deus quis que a terra fosse toda uma,  
Que o mar unisse, já não separasse.  
Sagrou-te, e foste desvendando a espuma,

A indicação de que é vontade divina que “a terra toda seja uma”, aponta para o desejo de uma universalidade (promovida pelo português, portanto, uma extirpação dos diferentes povos). Essa unificação é reforçada no verso seguinte, quando afirma que o instrumento para isso é o mar, portanto, retrata novamente a importância das navegações e, traz a função do homem como aquele que desvendará os mistérios, pois afirma “Sagrou-te” que remete tanto ao homem como Humanidade, quanto ao Infante que, como já foi afirmado, é D. Henrique. Considerando que se trata de D. Henrique, há quem relacione que o verbo é colocado não apenas para indicar a bênção divina para ação de desvendar os mares, mas também para dialogar com o nome da “Escola de

Sagres”. O mar, neste último verso da primeira estrofe está marcado pela “espuma” que, indo no cerne da palavra, remete a bolhas formadas pela agitação de um líquido, neste caso, do mar, ou seja, o mar agitado é desvendado pelo homem/D. Henrique abençoado por Deus.

Outra observação que é pertinente se fazer é a forma como o mar é caracterizado: local de mistérios; como já pontuado anteriormente pela explicação encontrada no dicionário de símbolos e pela forma como o português vê o mar. O mar vela e desvela, faz o jogo de guardar, dissolver e revelar segredos.

Na segunda estrofe que aparece como o desenrolar dos acontecimentos, o eu lírico constroi nos dois primeiros versos uma imagem de líquido que se escorre, se espalha: “E a orla branca foi de ilha em continente,/Clareou, correndo, até o fim do mundo,” – a orla branca reflete a borda, contorno, ou seja, a espuma desvendada que se espalha por ilhas e continentes, além disso, é possível notar um tom de gradação em “clareou, correndo, até o fim do mundo,”. É interessante notar também a presença de cores em “branca”, “Clareou” e “azul”. Se houver uma associação da “ilha” nos versos às ilhas do Atlântico e de “continente” ao continente africano, haverá duas possibilidades para o uso das cores branca e azul no poema: a primeira de que o emprego do branco e a ideia de clarear reforçam o desvelar, a luz sobre os mistérios e o desbravar as terras ultramarinas, mas também a dominação portuguesa (ou europeia) por meio do espalhar o branco, branquear os povos, reafirmado pelo azul profundo que tanto pode remeter ao azul do mar, quanto ao azul do sangue português. Nos dois últimos versos da segunda estrofe “E viu-se a terra inteira, de repente, / Surgir, redonda, do azul profundo.”, vê-se o resultado da ação portuguesa: a terra unida pelo azul profundo (que é mar ou sangue português).

A terceira e última estrofe, traz a ideia da conclusão da narrativa poética. Nos dois primeiros versos recoloca a força divina sob a criação do povo português e sob a missão de percorrer os mares: “Quem te sagrou criou-te português. / Do mar e nós em ti nos deu sinal”. Nos dois últimos versos traz como que uma súplica expressando que o domínio dos mares fora alcançado, mas que o império se desfez; a escrita de “Mar” e “Império” com iniciais maiúsculas marca que se fala do mar e império de Portugal. Reflete-se o desânimo da pátria e, por isso, o “Senhor, falta cumprir-se Portugal!”. Este último verso é imbuído de simbologia, podendo dar a ideia da necessidade de se fazer a

pátria, isto é, elevar a nação às condições de reconhecimento e poder que havia no período das navegações. Relembrando o contexto que Pessoa escrevia os poemas que compõem *Mensagem*, fará sentido seguir por esse pensamento, visto que o início do século XX é marcado pelo início do governo republicano e por momentos de decadência para o povo português, assim, a obra também funcionaria como uma forma de proclamar a urgência da reascensão portuguesa.

“O Infante” no papel de introdutório para a segunda parte da obra coloca em evidência a suposta missão divina destinada ao português como forma de reforçar a exaltação, o caráter guerreiro e vitorioso do povo português e, assim, dá destaque ao orgulho português e à necessidade de se reerguer. Pessoa constroi meticulosamente a teoria da missão dada por Deus, elaborando contextualmente e formalmente sinais da mesma, de forma que se poderia associar que a formação identitária do português resulta do divino.

Outros poemas contribuem para o raciocínio aqui exposto. Assim, seguiremos com a análise de “Padrão” que é o terceiro da segunda parte de *Mensagem* e também registra a importância do mar para História portuguesa, trazendo como eu lírico Diogo Cão, famoso navegador do século XV, que percorre a costa sudoeste africana entre 1482 e 1486. Nome histórico português, Diogo Cão é inserido pelo poeta como personagem para fazer-se a voz narrativa do poema declarando os motivos das viagens marítimas.

#### PADRÃO

O esforço é grande e o homem é pequeno.  
Eu, Diogo Cão, navegador, deixei  
Este padrão ao pé do areal moreno  
E para diante naveguei.

A alma é divina e a obra é imperfeita.  
Este padrão sinala ao vento e aos céus  
Que, da obra ousada, é minha a parte feita:  
O por-fazer é só com Deus.

E ao imenso e possível oceano  
Ensinam estas Quinas, que aqui vês,  
Que o mar com fim será grego ou romano:  
O mar sem fim é português.

E a Cruz ao alto diz que o que me há na alma  
E faz a febre em mim navegar

Só encontrará de Deus na eterna calma  
O porto sempre por achar.  
(PESSOA, 1992, p. 63)

Estruturado por quatro quartetos, assim como “O Infante”, o poema “Padrão” possui rimas cruzadas (ABAB, CDCD, EFEF, GHGH) e também traz ao longo do poema jogos entre opostos como “esforço grande” e “homem pequeno”, “obra ousada” (arrojada) e “obra imperfeita” (não concluída), “mar com fim” e “mar sem fim”, “febre” e “calma”, “passado e presente” e “futuro”, “vontade divina” e “vontade humana”. O uso das oposições tão recorrentes no poema parece sugerir a superação do povo português, marcando, deste modo sua excelência.

A distribuição dos versos em quatro quartetos pode estar fazendo referência ao próprio formato do padrão que tinha “a forma de um cilindro, sobre o qual pousa um cubo e ao cimo deste uma cruz, a atestar a fidelidade de Cristo.” (CAMOCARDI, 1996, p. 44-45). O título do poema pode remeter tanto à lápide deixada em terras africanas que “Por recomendação do rei, ele (Diogo Cão) deveria assinalar os lugares conquistados, não mais com inscrições em troncos de árvores ou com cruzes de madeira, como até então era o costume, mas colocando autênticos e duradouros padrões de soberania.” (CAMOCARDI, 1996 p. 44), como também pode fazer referência ao poema como um todo, que se insere como um padrão, um registro das viagens marítimas.

A primeira estrofe faz uma apresentação do eu lírico como sendo Diogo Cão e afirma ter deixado um padrão no “areal moreno”, porém, anterior à sua apresentação, a estrofe é iniciada com um verso que, assim como no poema anterior, funciona como um aforismo. Esta máxima inicial no poema parece remeter a um pensamento do navegador ao deixar um padrão em terras africanas, que aqui é metaforizada pelos dizeres “areal moreno”. Este primeiro verso parece funcionar como condutor à leitura para o trabalho que ainda precisa ser feito. “O esforço é grande e o homem é pequeno.”, pode simbolizar a limitação do homem, ou ainda, que há muito o que se fazer, muito a percorrer, por isso no encerramento dessa primeira estrofe o eu lírico diz: “E para diante naveguei”.

Na segunda estrofe, mais uma vez parece haver um aforismo que visa explicar a limitação anteriormente apontada pelo eu lírico, “A alma é divina e a obra é imperfeita.”, pode simbolizar que, embora a essência seja divina, a ação não é, ou seja,

aquilo que leva à ação vem de Deus, demarcando que as navegações são missões divinas, mas sua concretude não se completam exatamente como esperado. O eu lírico explica que o padrão ali deixado tenciona sinalizar a Deus (céus) e ao universo (vento), que sua parte como navegador foi feita, demarcando presente e passado, pois as ações naquele momento estão realizadas e que o futuro (por-fazer) é reservado por Deus.

Na terceira estrofe, o eu lírico traz o mar como personagem, colocando-o como chave para o Ser português:

E ao imenso e possível oceano  
Ensinam estas Quinas, que aqui vês,  
Que o mar com fim será grego ou romano:  
O mar sem fim é português.

O mar é trazido à cena sendo chamado de oceano, demonstrando sua imensidão e a possibilidade de navegá-lo por meio das adjetivações “imenso e possível oceano”, bem como pelo ensinamento de que “[...] o mar com fim será grego ou romano:/O mar sem fim é português.”. Estes dois versos fazem referência aos domínios grego e romano, que aos olhos do navegador não são tão poderosos quanto o domínio dos portugueses, enfatizando a exaltação à nação.

A quarta e última estrofe encerra com a explicação divina para as navegações, isto é, para o forte desejo da conquista de territórios. Ao dizer “E a Cruz ao alto diz que o que há na alma [...]”, o eu lírico faz referência ao cristianismo por meio do símbolo da cruz, que é escrita com inicial maiúscula, indicando sua representação como o que explica o plano e a febre (desejo) que está na alma. A cruz também sinaliza a imagem do padrão que, como mencionado acima por Elêusis Camocardi, compunha a estrutura da lápide como forma de atestar a fidelidade dos portugueses a Cristo.

A palavra “alma”, que apareceu no início da segunda estrofe sendo denominada como divina, é retomada aqui, deixando implícita tal característica, pois nos versos seguintes o eu lírico coloca que o desejo de navegar está fundamentado em Deus; ou seja, o que “vai na alma divina” só pode ser explicado por Deus. O último verso “O porto sempre por achar”, retoma a ideia de infinitude do mar português e da missão portuguesa de desbravá-lo.

Nesse segundo poema, Pessoa parece reafirmar a superioridade da identidade portuguesa por meio da fundamentação de suas missões em questões místicas e, principalmente, porque explana sobre o registro em pedra deste poder, dando contorno à solidez de suas ações e à sua soberania. Por fim, observa-se que aqui o mar, é elemento que permeia todo o conteúdo de “Padrão”, atuando como um personagem que conversa com os ensinamentos adquiridos nas viagens e contribui para a elevação de Portugal.

O terceiro poema colocado em análise é o famoso “Mar Português”, antepenúltimo da lista que compõe a segunda parte da obra. Optou-se pela análise deste conhecido poema por ser carregado de tom emotivo e por pontuar claramente o patriotismo português, que levou muitos marinheiros a deixarem seus sonhos individuais para se unirem por causas coletivas que beneficiariam a nação.

#### MAR PORTUGUÊS

Ó mar salgado, quanto do teu sal  
São lágrimas de Portugal  
Por te cruzarmos, quantas mães choraram  
Quantos filhos em vão rezaram!  
Quantas noivas ficaram por casar  
Para que fosses nosso, ó mar!

Valeu a pena? Tudo vale a pena  
Se a alma não é pequena.  
Quem quer passar além do Bojador  
Tem que passar além da dor,  
Deus ao mar o perigo e o abismo deu,  
Mas nele é que espelhou o céu.  
(PESSOA, 1992, p. 71)

Em “Mar Português” o eu lírico volta-se para o momento da partida às viagens de conquista, entretanto, o olhar é de quem está a mirar o passado. Há aqui, a visão geral do partir como um momento de dor e tristeza, mas há o olhar positivo para esta travessia, por se tratar de um trajeto que visa o engrandecimento da nação portuguesa.

A estrutura de “Mar Português” é composta por dois sextetos com rimas emparelhadas (AABBCCEE) e seu título faz referência à parte da obra a que está enquadrada e acentua a ideia do destino português para o mar. Desejava-se transfigurar e repetir a história da pátria como um mito de nascimento, vida, morte e renascimento de um mundo.

O poema se inicia com a evocação ao mar e a afirmação de sua relevância na história de Portugal quando diz “... quanto do teu sal/São lágrimas de Portugal!”, relacionando o sal do mar com o sal das lágrimas, trazendo para a poesia a visão dolorosa das aventuras marítimas portuguesas e seguindo com a narrativa de acontecimentos, os quais o mar, personificado, foi causa. Relata-se o sofrimento daqueles que ficaram e viram seus entes partirem almejando realizar conquistas para a nação.

Na segunda estrofe o eu lírico levanta um questionamento sobre a compensação de tal aventura: “Valeu a pena?” e ele mesmo responde “Tudo vale a pena/Se a alma não é pequena.”. Dando continuidade, afirma que para se passar além do Bojador - cabo conhecido no passado como perigoso por muitas embarcações se perderem -, tem que suportar a dor, traduzindo assim o caráter aventureiro da viagem e a coragem do português. Além disso, como nos diz Camocardi (1996, p. 56) em análise ao terceiro e quarto versos da segunda estrofe: “o Poeta enfatiza que a experiência do plano físico e material, cheio de sacrifícios e perigos é um mal necessário para se atingir a verdade do plano espiritual”. Deste modo, compreende-se que os perigos não apenas são necessários para que os portugueses alcancem a glória, mas fazem parte do plano divino da conquista dos mares e territórios ultramarinos. Os dois últimos versos “Deus ao mar o perigo e o abismo deu, Mas nele é que espelhou o céu.” trazem o conceito de mar atrelado à ideia de local de mistério, perigo e sucesso, ou plenitude. Assim compreende-se a partida como fator de dor, mas também com olhar de vitória, ressaltando o caráter de conquista das viagens portuguesas em busca de novas terras.

O poema “Mar Português” é o antepenúltimo da segunda parte do *Mensagem* sua posição, ao final dessa estrutura, parece indicar a reflexão após uma viagem; quando se olha para o trajeto percorrido, para as dificuldades do caminho e para o que se adquiriu por meio dela. O fato de o poema ter sido intitulado com o mesmo nome desta segunda parte parece refletir que a conclusão a que se chega ao repensar em todas as tormentas é que o saldo foi positivo, como se diz nos versos “Tudo vale a pena / Se a alma não é pequena”.

Os dois últimos poemas da segunda parte da obra, “A Última Nau” (já analisado no tópico sobre o Messianismo) e “Prece” revelam o saudosismo do poeta no que diz respeito aos momentos gloriosos vividos por Portugal e apresentam ainda a esperança

em uma reviravolta da nação. Semelhantes emoções são apontadas nos poemas de Agostinho no que diz respeito ao refazer da pátria angolana e na reconstrução da identidade nacional. Contudo, a noção de mar é revestida de sentimentos pesarosos devido ao que o mar levou e subtraiu de Angola. No próximo tópico, por meio das análises de seus poemas, será possível visualizar tais aspectos em pormenores, estabelecer paralelos e confrontar os olhares dos dois poetas.

### 3.2.2. O mar de Agostinho

Nas culturas africanas, a natureza possui conotação peculiar. O culto a elementos naturais e a crença em seus poderes refletem um olhar frequentemente personificado para seus componentes. A relação do homem africano com a árvore, por exemplo, indica o respeito e a visão mística que a natureza possui em suas tradições e compreende-se que a visão para o mar articula-se de maneira diferenciada, seja em aspectos positivos ou negativos.

As significações adotadas pelos africanos, em especial, pelos angolanos, se confrontam com aquelas expostas no início do tópico acerca de mar. As acepções trazidas pelo dicionário de símbolos, sobre o mar como símbolo da “dinâmica da vida” foi, por um período, rejeitada pelos angolanos. Para eles, o mar significava a morte, visto que “o mar é [...] identificado aos navios e às desgraças da colonização, entre as quais avulta o tráfico negreiro e, portanto, é caracterizado como Inimigo” (MACÊDO, 1999, p. 51), portanto, o mar foi determinante para a visão de Angola no que concerne à sua própria identidade, ou a ausência dela por muitos anos devido à colonização.

Tania C. Macêdo coloca, em *Visões do Mar na Literatura Angolana Contemporânea* (1999), que houve um período “de negação das imagens e sons das caravelas até que, de forma madura, paulatinamente foi possível reconhecer que o mar também forjou um dos veios da memória do passado [...]” (p. 50), indicando a necessidade de se tomar posse dele para que houvesse o mergulho na própria história e, por consequência, na identidade nacional. Seria necessário infiltrar-se no universo traumático que lhe trouxera a escravidão e o tolhimento de sua cultura, para que se fizesse a imposição da voz angolana frente aos colonizadores e o reconhecimento da identidade autônoma. O mar é o elemento da natureza que adquire uma intimidade violenta com o africano, sendo preciso promover o desvelamento para que se transforme em uma nova forma de relação com as águas salgadas.

No exercício de rechaçar a cultura do colonizador e reaver a sua identidade, a literatura exerce papel fundamental, pois estimula a luta contra o discurso e, conseqüentemente, contra o domínio daquele que por séculos se posicionou como superior ao negro. Na tentativa de explorar o universo que lhe causou danos históricos,

a utilização do mar como cenário, cúmplice ou personagem na literatura reproduz o desconforto africano ao encarar as agressões que os antepassados viveram e também visa estimular a revolta e o desejo de reencontro com seu eu nacional.

Agostinho Neto, como um dos grandes nomes que trabalhou pela independência de Angola e dos países africanos colonizados por Portugal, reflete em sua literatura este movimento de exposição das chagas africanas, empregando o mar como elemento significativo para a construção das identidades angolanas. Para ilustrar a aplicação do mar nas poesias de Agostinho, foram selecionados para análise os poemas “Partida para o contrato”, “Confiança” e “Massacre em São Tomé”. De maneiras distintas, cada um deles traz em sua temática emoções pesadas com relação ao mar.

“Partida para o contrato” aborda a tristeza pelo adeus aos entes queridos que partem pelo mar. A temática da despedida é apontada pelo angolano, revelando em alguns poemas a angústia pela partida, entretanto, com um olhar diferente do português que vê a despedida por uma causa coletiva, a partida dos africanos pontuada por Neto não possui saldos positivos, como vimos em “Mar Português” de Pessoa, mas se trata de viagens que se destinavam à escravidão ou ao trabalho de contrato. “Partida para o contrato” data de 1945 e é o mais antigo poema da obra.

#### PARTIDA PARA O CONTRATO

O rosto retrata a alma  
Amarfanhada pelo sofrimento

Nesta hora de pranto  
Vespertina e ensangüentada  
Manuel  
o seu amor  
partiu para S. Tomé  
para lá do mar

Até quando?

Além do horizonte repentinos  
o sol e o barco  
se afogam  
no mar  
escurecendo  
o céu escurecendo a terra  
e a alma da mulher

Não há luz  
não há estrelas no céu escuro

Tudo na terra é sombra

Não há luz  
não há norte na alma da mulher

Negrura  
Só negrura...  
(NETO, 1974, p. 37)

O poema tem como temática o momento da partida por meio do mar, colocando em evidência o sofrimento causado pela dúvida sobre o regresso. O título remete à viagem para o trabalho de contrato, que era uma espécie de trabalho semiescravo a que muitos colonizados eram submetidos por não haver muitos modos de sustento no período colonial.

A estrutura do poema é composta por vinte e três versos livres, sem métrica e rima, distribuídos em seis estrofes de números desiguais, e um monóstico, isto é, não unido a nenhuma estrofe.

O poema inicia com uma estrofe introduzindo a expressão do sofrimento vivenciado em uma partida. O rosto reflete os sentimentos de quem fica e de quem vai. Na segunda estrofe, o eu lírico fala de um sujeito que vai embora e deixa, possivelmente, a mulher amada, deste modo, a poesia ganha aspecto lírico, embora se relate um momento socialmente problemático para o africano. A partida de Manuel, sujeito que vai embora, é para a ilha de São Tomé e o local de travessia é o mar, demarcando sua presença no momento de sofrimento. Entre esta segunda e a terceira estrofe há um verso monóstico que divide o poema com um questionamento “Até quando?”; a pergunta não é respondida no poema, mas encaixada de forma que nos leva a compreender que se trata da voz da mulher que fica à espera de Manuel. A resposta ao questionamento parece ser tragada pelo mar, como vemos pela sequência da estrofe seguinte.

Na terceira estrofe tem-se a imagem de uma praia, quando o eu lírico fala de horizonte, sol e barco que se afogam no mar. O emprego do sol, elemento que indica luz, iluminação e calor, e do barco, objeto que indica transporte, local de movimento e que disponibiliza o deslocamento, formam a visão do que ocorre no coração da mulher, a sensação de que está se afogando com a despedida e que sua dúvida não será respondida. O eu lírico ainda enfatiza a tristeza quando diz que está escurecendo o céu,

a terra e a alma da mulher, aludindo à presença da noite e/ou escuridão e principalmente da cor negra, os sentimentos tristes. Seguindo pela quarta, quinta e sexta estrofes, a escuridão permanece, não há presença de luz, que remeteria à alegria, à sabedoria, ou ainda, ao conhecimento (“não há norte na alma da mulher”); há a presença da cor negra, que condensa o sentido de ser negro como aquele que sofre.

O poema se forma como que mesclando a voz do eu lírico, que observa a cena da partida, com a voz da mulher e, ainda, pode se assemelhar ao movimento e à música do mar, quando faz uso de repetição de palavras e versos como “escurecendo/o céu escurecendo a terra”, “Não há luz” na quarta e na quinta estrofes e “Negrura/Só negrura”. Esse movimento de repetições no poema também pode trazer a imagem da tristeza e dúvida que se espalham com a onda do mar, levando as certezas e a alegria.

O poema descreve um momento importante da constituição identitária dos africanos por meio da descrição do sentimento de uma mulher apaixonada que relata um sentimento coletivo experimentado por aqueles que passaram pela ocasião da partida. “Partida para o contrato” configura o mar como local de dor, incerteza e como a linha que divide o familiar e o estrangeiro. Aquele que fica, e que é refletido no poema, mantém-se em dúvidas com relação ao futuro e vê o mar como local de ruptura, um porto que absorve aquilo que lhe é precioso. Para quem vai, o mar também adquire aspecto doloroso e dissolve todas as certezas com relação ao futuro. Por essa razão indica-se que o mar é uma fronteira para os africanos: em comunicação com ele, o sujeito transforma-se violentamente e, por essa razão, confere-se a ele o papel de elemento que traz agressões e traumas, sendo nítida sua colocação como um inimigo.

No poema “Confiança”, o poeta indica essa construção de identidade fundamentada a partir da violência do contato com o europeu.

### **Confiança**

O oceano separou-me de mim  
enquanto me fui esquecendo nos séculos  
e eis-me presente  
reunindo em mim o espaço  
condensando o tempo

Na minha história  
Existe o paradoxo do homem disperso

Enquanto o sorriso brilhava  
no canto de dor  
e as mãos construía mundos maravilhosos

John foi linchado  
o irmão chicoteado nas costas nuas  
a mulher amordaçada  
e o filho continuou ignorante

E do drama intenso  
duma vida imensa e útil  
resultou certeza

As minhas mãos colocaram pedras  
nos alicerces do mundo  
mereço o meu pedaço de pão.  
(NETO, 1974, p. 67)

A estrutura do poema “Confiança” constitui-se de vinte versos divididos por seis estrofes sem rimas e sem métrica, portanto, versos livres. Há o encadeamento de versos por meio do *enjambement* em alguns versos do poema, e o eu lírico se apresenta em primeira pessoa, entretanto, é possível interpretar como a voz de todos os povos, já que o poeta frequentemente escreve expressando a vida dos africanos. A forma livre do poema pode ser um esboço da constituição da identidade, que não segue um padrão, mas que está a ser questionada.

Na primeira estrofe o eu lírico apresenta o oceano como causador da separação de si: “O oceano separou-me de mim/enquanto me fui esquecendo nos séculos...”. A fala do eu lírico expõe o sentimento da transformação da identidade por meio do tempo e do contato com o mar. Para o angolano este é o espaço marcado por sofrimentos, por ser por ele que vieram os colonizadores, que partiram muitos africanos para escravidão, para o trabalho de contrato (sem ter previsão de retorno aos seus) e por ser ainda o local onde muitas mortes ocorreram nestes trajetos. Compreende-se, a partir dessas considerações, que o oceano é tomado pelo eu lírico como a matéria que rompe com o conhecido e com o local de limite entre o velho e novo.

A ideia de passado e presente, isto é, de *cronos* é traço marcante ao longo de todo o poema com termos como “séculos” (segundo verso), “presente” (terceiro verso), “tempo” (quinto verso) e história (sexto verso). Estando a maioria dos verbos no pretérito, é possível construir a ideia de uma narrativa poética. Na primeira estrofe lê-se

ainda, que o eu lírico foi-se esquecendo de si mesmo nos séculos, isto é, ao longo da história foi perdendo sua identidade, acontecimento evidente aos povos africanos colonizados devido ao contato com o europeu e, principalmente, à exploração. Aponta ainda, que no presente está reunindo em si o espaço e condensando o tempo, indicando esse ser que resultou da fusão entre a cultura afro e a cultura europeia, o verbo “reunir” traz a ideia de unir de novo e junção: o que há no presente é a reunião de tempos distintos, ou seja, a mistura do que foi e do novo que o estrangeiro trouxe, por isso o “condensar” remetendo à fixação de tempos. A ambiguidade em sua identidade é reforçada na segunda estrofe: “Na minha história/existe o paradoxo do homem disperso”. É a reafirmação da necessidade que se faz no presente de reunir o que há de si. A terceira estrofe apresenta novamente paradoxos por meio das palavras “sorrisos” e “dor”, representando a situação do negro que é explorado e trabalha para a construção da riqueza europeia.

Na quarta estrofe a explanação dos sofrimentos do africano é pontuada por relatos de violência:

John foi linchado  
o irmão chicoteado nas costas nuas  
a mulher amordaçada  
e o filho continuou ignorante

A voz do eu lírico, também nesta estrofe se faz coletiva. John, nome inglês para um africano de país colonizado por Portugal, faz alusão à transposição cultural, reforçando a ideia de repressão e distanciamento da cultura original. A figura do chicote é representativa do sistema colonial que se utilizava deste meio para tornar o negro submisso, obediente e servil. A mulher amordaçada pode ser a representação da mulher sem voz na sociedade e também do próprio colonialismo, que exerce a função de privação principalmente nas atividades culturais de raiz do colonizado. Por fim, o filho é a criança ou ainda o futuro que permanece ignorante de sua origem, de quem é no presente e é educado para o trabalho braçal.

O poema se encerra com as duas últimas estrofes afirmando que a partir do drama e da vida intensa de trabalho - “vida imensa e útil” -, a certeza que permaneceu foi a da importância do negro para a constituição da sociedade como um todo,

principalmente em suas riquezas, logo, ele possui o direito ao “alimento” - “mereço meu pedaço de pão”. Pão pode ser remeter a alimento, à vida, à riqueza e ao sustento. O título do poema “Confiança” encerra a ideia desse direito, pois é a crença que se possui sobre os seus direitos, a esperança firme no futuro, a coragem proveniente da convicção do valor que se tem.

O poema constroi uma narrativa sobre o questionamento da identidade coletiva, produzida por meio do contato com a cultura trazida pelo mar. Seu título e encerramento parecem responder a este questionamento sobre o “eu”, que é levantado no início e o eu lírico inscreve o sujeito explorado como um produto da violência do colonizador.

O terceiro poema escolhido para análise aborda uma tragédia que não ocorreu em Angola, refletindo a solidariedade de Agostinho ao africano não angolano e apontando o caráter universal entre os povos africanos e a urgência para suas independências.

### **Massacre de S. Tomé**

(Para a Ilustre Amiga Alda Graça)

Foi quando o Atlântico  
pela força das horas  
devolveu cadáveres  
envolvidos em flores brancas de espuma  
e do ódio incontido das feras  
sobre sangues coagulados de morte

As praias se encheram de corvos e de chacais  
em fomes animais de carnes esmagadas  
na areia  
da terra queimada pelo terror das idades  
escravizadas em cadeias  
na terra chamada verde  
que as crianças ainda chamam verde de esperança

Foi quando no mar os corpos se embeberam  
de vergonha e sal  
nas águas ensangüentadas de desejos e fraquezas

Foi então que nos olhos em fogo  
ora sangue ora vida ora morte  
enterramos vitoriosamente os nossos mortos  
e sobre as sepulturas  
reconhecemos a razão do sacrifício dos homens  
pelo amor

e pela harmonia  
e pela nossa liberdade  
mesmo ante a morte pela força das horas  
nas águas ensangüentadas  
mesmo nas pequenas derrotas acumuladas para a vitória

Em nós  
a terra verde de São Tomé  
será também a ilha do amor.

Fevereiro de 1953  
(NETO, 1974, p. 90-91)

Rico em símbolos de morte, superação e esperança, “Massacre em S. Tomé” é um poema que se constroi como um canto de dor para recuperação das forças para a luta africana. Em sua estrutura possui trinta e um versos distribuídos em cinco estrofes, como nos poemas de Neto anteriormente analisados, sua estrutura é livre, não possuindo métrica ou rima. A repetição de palavras como branco e negro pode ser considerada como a tentativa de apontar para o paradoxo da identidade do eu lírico, representante dos povos colonizados.

O poema remete a um massacre ocorrido em 1953 na ilha de São Tomé e Príncipe. A indicação de que o eu lírico aborda tal fato está tanto no título do poema “Massacre de S. Tomé”, como no ano e mês que foi escrito, além disso, logo no início há a dedicatória à poetisa e amiga do poeta, Alda Graça que era são-tomense.

Todo o poema é revestido por palavras que refletem dor, violência e morte, mas também por palavras de esperança, o que é típico na poesia de Agostinho Neto, embora retrate com frequência os sofrimentos e a luta dos povos africanos. Observa-se, logo nos primeiros versos, o trágico e o sepulcral quando o eu lírico relata que o mar devolveu os cadáveres “envolvidos em flores brancas de espumas”. As flores brancas normalmente são as usadas em velórios, entretanto, não houve um funeral, os mortos devolvidos pelo Atlântico não receberam uma celebração formal e com dignidade, por isso as flores são de espumas das águas do mar, podendo ser reflexo da resposta da natureza aos assassinatos dos africanos. Além das “flores brancas de espumas” os corpos estavam envolvidos pelo “ódio incontido das feras sobre sangue coagulados de morte”, evidenciando, portanto, a violência com que foram mortos. O sal e os possíveis espancamentos ocasionaram a coagulação do sangue e as “feras” seriam os assassinos que causaram as fraturas e levaram aqueles sujeitos à morte.

A segunda estrofe traz símbolos de devastação como o corvo e o chacal, ambos animais que aparecem após uma grande matança, como ocorreu neste massacre. As praias estão cheias desses animais com fome e sede dos cadáveres que estão na areia, sendo possível também associar o corvo e o chacal aos portugueses, ou aos próprios assassinos se atentarmos ao fato de que o corvo é uma ave carnívora considerada benfazeja pelos portugueses, e o chacal também um mamífero carnívoro, mas que em sentido figurado significa uma pessoa que explora os desgraçados, assim, um motivo que reforça a ideia de que os chacais nas praias são mais que animais à espera de alimento, mas os próprios exploradores ou assassinos.

Outra razão para crer neste símbolo, é a menção às “fomes animalescas de carnes esmagadas na areia”. Seria possível afirmar que se utilizou de pleonasmo como forma de enfatizar a fome dos corvos e dos chacais, ou de fomentar a grande devastação, contudo, lançando olhar para a ideia do símbolo supracitado, “animalesco” é um adjetivo usado para denominar comportamento animal em um humano, neste caso, a fome, era pela ruína, pelo sangue e pela carne (corpo) que foi esmagada, isto é violentada.

Ainda na segunda estrofe menciona-se que os corpos estão na areia “[...] da terra queimada pelo terror das idades/escravizadas em cadeias”, sendo possível crer que o eu lírico está fazendo referência aos períodos de escravidão vividos pelo continente africano. A terra chamada de “queimada pelo terror das idades” é chamada posteriormente de “terra verde” pelo eu lírico. A ideia do verde é comumente associada à esperança e o autor indica, de fato, que trata-se da esperança ao dizer que as crianças a chamam “verde esperança”. As crianças, neste caso, são símbolo não só da pureza, mas ainda do futuro, por isso são elas que nomeiam a terra queimada por um nome que remete ao positivo. A esperança é bastante reforçada neste e em muitos poemas de Agostinho e é também título da obra: “Sagrada Esperança”. Para os povos africanos torna-se fundamental como alimento para a luta pela independência, pela busca do fim da exploração europeia.

Na terceira estrofe, o eu lírico afirma que os corpos “se embeberam de vergonha e sal”, retomando a ideia do sangue que coagulou, visto que a coagulação do sangue ocorre em contato com o sal, neste caso, a coagulação foi produzida pelo sal das águas do mar. A vergonha possivelmente advém da humilhação que sofreram. As águas

ensanguentadas de desejos e fraquezas refletem o paradoxo entre o forte e o fraco; o desejo como combustível para a luta e a fraqueza decorrente da tortura física e dos rebaixamentos a que foram submetidos.

Na quarta estrofe o eu lírico afirma que “nos olhos em fogo/ora sangue ora vida ora morte/enterramos vitoriosamente os nossos mortos”, sendo possível assimilar os olhos à memória, pois os mortos foram enterrados nos olhos, isto é, na visão, como se fossem guardados em um arquivo. O fogo possui muitos significados simbólicos, como o de purificação espiritual e entusiasmo. Os olhos em fogo podem aludir a olhos que purificam e olhos entusiasmados, o que se confirma em “enterramos vitoriosamente os nossos mortos”, pois embora tenham sido humilhados e torturados até a morte, não se pode considerá-los derrotados, como afirmado mais a frente:

reconhecemos a razão do sacrifício dos homens  
pelo amor  
e pela harmonia  
e pela nossa liberdade  
mesmo ante a morte pela força das horas  
nas águas ensanguentadas derrotas acumuladas para a vitória

Portanto, a morte não significa de fato a derrota, mas até certo ponto pode significar a vitória. Quando se diz: “ora sangue ora vida ora morte” observa-se que não há presença de vírgulas, assim como todo o poema não possui pontuação, apenas um ponto final. Neste caso, seria possível aludir a um tempo implacável expresso também ao iniciar o poema no segundo verso com os dizeres “pela força das horas” e na repetição do mesmo verso no final da quarta estrofe. A ideia de constância de movimento, de tempo que não cessa e que é cíclico está na ausência da pontuação e em “ora sangue ora vida ora morte”, associando ainda, “ora sangue” ao nascer e morrer, “ora vida” ao ciclo da existência e “ora morte” à luta e o fim dessa existência.

A última estrofe é encerrada afirmando que para os povos daquela nação a “terra verde de São Tomé/será também a ilha do amor”, refletindo a ideia da esperança e da vida, mesmo com todas as desgraças que povoaram aquele lugar.

“Massacre em São Tomé” abriga dois pólos: colonizado e colonizador. Enfatiza a ideia da força desigual que esmaga o colonizado, apontando para a busca incessante

de se reerguer mesmo diante da violência ocasionada pela colonização. É interessante a indicação da resistência do colonizado, pois diferente do primeiro poema analisado, aqui o eu lírico passa a se reconhecer enquanto sujeito, apesar da imposição das culturas europeias sobre as africanas. Manuel Jorge (2006) afirma que:

a colonização portuguesa impunha um limite duplo a todos aqueles que pretendiam representar os valores locais: não somente a língua utilizada devia ser a do colonizador, mas também, e sobretudo, o pensamento expresso devia estar em sintonia com os princípios da colonização portuguesa. (p.2)

A partir do olhar para si como sujeito, o africano persegue uma identidade e passa a refletir e agir como atuante em seu contexto. No poema analisado, observamos que a função do mar como aquele que devolve ou expelle para a terra dos africanos a violência, pode ser indicativo tanto do desvelar a violência que ele engoliu, isto é, o colocar em exposição as feridas africanas, como pode configurar a própria tentativa de fitar os traumas causados para redescobrir sua identidade. Assim, lembramos o início deste tópico quando foi colocada a reflexão de Tânia C. Macedo acerca do processo de redescoberta da identidade angolana que primeiramente nega o mar e, aos poucos, reconhece seu papel fundamental no ocultar e resgatar memórias.

Tendo posse das análises desses três poemas, compreendem-se as diversas funções do mar na cultura angolana. Ele é o transporte para um universo de elementos que formam as identidades destes povos, envolvendo mitos e memórias, embora represente de forma distinta para o português, o mar português e o mar angolano dialogam tanto pelo cruzamento histórico de Portugal e Angola, como pela relação com o espaço físico na construção da identidade. Agostinho e Pessoa tornam-se representantes desse diálogo entre os mares ao colocar em seus poemas um rememorar histórico e as emoções de seus povos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se formulou a proposta do estudo de identidades em *Mensagem* e *Sagrada Esperança*, o objetivo inicial era investigar a presença do mar nas obras, visto pela luz da identidade nacional, ou seja, um trabalho mais focado em apenas um elemento presente nas duas obras. O objetivo no pré-projeto era ainda um tanto tímido, pois acreditava que seria um trabalho suficientemente ousado fazer comparação entre dois poetas de nacionalidades diferentes, um com enorme fortuna crítica, conhecido mundialmente e, o outro, do lado oposto, com difícil acesso a material bibliográfico no Brasil e pouco conhecido, a não ser por sua carreira política. Trabalhar com Fernando Pessoa e Agostinho Neto foi um grande desafio pelas oposições de mundo que lhes aproximavam, mas também um grande prazer por ter a oportunidade do aprofundamento nas obras, nos contextos biográficos dos poetas e políticos de Portugal e Angola.

Logo no início da pesquisa ficou clara a necessidade de examinar outro ponto similar nas obras, o messianismo, conceito também importante para a construção da identidade nacional. Assim, optou-se por ampliar o objetivo da pesquisa com intuito de discutir melhor o conceito identitário, explorando as nuances dos poemas sobre as identidades e traçando um paralelo para que se compreendessem os discursos literários de poetas vindos de países que possuíam uma relação estabelecida pelo sistema colonial. Convém assinalar também que o foco não era estudar *Sagrada Esperança* e *Mensagem* por completas, mas investigar os elementos que compõem as identidades nacionais dentro dos poemas.

Ao longo da pesquisa, buscou-se pensar sobre as situações de comparação que um texto pode ler o outro: embora partindo de distintos locais e histórias, há a semelhança na abordagem nacionalista e, com isso, outros elementos surgem entrecortando a temática. A diferença estrutural utilizada por cada poeta e a forma de abordagem dos poemas sobre mar e messianismo, podem conduzir a leitura a uma visão próxima e distante, como se o poeta angolano buscasse fazer uma releitura da obra nacionalista de Pessoa (assim sendo próximo), mas ao modo angolano (sendo distante). É claro, não se trata de uma afirmativa, não se tem a certeza de que Agostinho buscou reler *Mensagem* e, nem se acredita de fato que ele o tenha feito, contudo, embora o

autor não tenha desejado tal peripécia, é notório, pela forma e pelo conteúdo, a abordagem do mesmo tema utilizado por Pessoa de maneira original, isto é, tentando subverter a forma europeia de escrita.

Neste ponto, observa-se a singularidade e a importância da poesia de Agostinho no contexto literário pré e pós-colonial do continente africano e, ainda, para além de suas fronteiras. Vê-se o desligamento da literatura de Agostinho com a literatura europeia e a busca para fazer uma poesia que fuja das marcas do colonizador. Ele critica a literatura imposta transgredindo o nacionalismo alienado e utópico, estimula a memória e a valorização da pátria e do negro, incitando às lutas pela independência e pelos direitos humanos. Para chegar a esse percurso abrem-se os questionamentos: o que se esvai e o que permanece da memória? O que as culturas dos africanos dizem sobre o passado?

Paralelo a isso, Pessoa constroi uma obra com pormenores que recobram a memória histórica e também refletem as inquietações portuguesas. Entretanto, a visão nacionalista adotada por ele, remete ao passado de forma saudosista, marcando a ausência de uma visão realista da pátria: há a incitação da volta ao império.

As reflexões feitas por meio do confronto literário indicaram uma releitura da visão nacional. Os discursos não foram isolados, mas analisados lado a lado, portanto, é possível que se repense a estética, a temática e a questão histórica pelo viés da colonização, apontando assim, para uma nova perspectiva sobre as obras. Neste sentido, relembra-se a função do intelectual/poeta como mediador, ou aquele que proporá uma nova visão sobre os dados fornecidos pela história escrita. E o que se faz da memória se não contá-la e recontá-la de variadas formas para que se possa novamente encontrar-se consigo e com os outros? E o que faz a arte com as nossas vidas senão registrar-nos no tempo, na memória, nas histórias e identidades individuais e coletivas?

No trajeto da pesquisa dificuldades como o acesso à bibliografia sobre Agostinho e à história de Angola, mostraram a importância deste estudo para os futuros pesquisadores de literaturas africanas e também para a literatura portuguesa, já que por meio da literatura comparada buscou-se elaborar uma nova discussão sobre as poesias. Um dos bons resultados do jogo do estudo comparativo é trazer novas discussões sobre temas desconhecidos em alguns contextos e outros já bastante explorados.

## BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Oswald. *A Utopia Antropofágica*. 2. ed. São Paulo: Globo, 1995.
- AZEVEDO, J. Lúcio de. *A Evolução do Sebastianismo*. 2. ed. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1947.
- BERARDINELLI, Cleonice. *Fernando Pessoa: Outra vez te revejo....* Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 2004.
- BIRMINGHAM, David. *A Conquista Portuguesa de Angola*. Tradução de Altino Ribeiro e Sérgio Moutinho. Porto: A Regra do Jogo, 1965.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. 4ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- BOSI, Alfredo. *O ser e o tempo da poesia*. 8ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- CAMOCARDI, Elêusis M.. *Fernando Pessoa – Mensagem: história, mito, metáfora*. São Paulo, Literatura, vol. 21, Editora Arte e Ciência, 1996.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história literária*. São Paulo, Coleção Ensaio, vol. 3, 2ª edição, Companhia Editora Nacional, 1967.
- CANDIDO, Antonio. *Vários Escritos*. 4ª edição. São Paulo: Duas Cidades/Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2004.
- CARVALHAL, Tania Franco. *Literatura Comparada*. São Paulo, Cromosete Gráf. E Editora Ltda. 4ª edição, 2004.
- CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de Símbolos – Mitos, sonhos, costumes gestos, formas, figuras, cores, números*. Tradução Vera da Costa e Silva. Rio de Janeiro, 5ª edição, Ed. José Olympio, 1991.
- CLAUDON, Francis, HADDAD-WOLTLING, Karen. *Elementos de Literatura Comparada: Teoria e Métodos de Abordagem Comparatista*. Trad. Luís Serrão. Portugal: Editorial Inquérito Lda., 1992.
- COELHO, Jacinto do Prado. *Camões e Pessoa, Poetas da Utopia*. Portugal: Publicações Europa-América, 1983.
- DAVIDSON, Basil. Prefácio. In: NETO, Agostinho. *Sagrada Esperança*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1974.
- DUARTE, Zuleide. *Outras Áfricas: Elementos para uma literatura da África*. Recife: Editora Massangana, 2011.

- FILHO, José Paulo Cavalcanti. *Fernando Pessoa uma quase autobiografia*. 6ª ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record, 2012.
- GIORDANI, Curtis Giordani. *História da África: Anterior aos descobrimentos (Idade Moderna I)*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- GOLDSTEIN, Norma. *Versos, Sons, Ritmos*. 13ª ed. São Paulo: Série Princípios. Editora Ática, 2000.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. 2ª ed. Tradução Laurent Léon Schaffter. Paris: Presses Universitaires de France, 1968.
- HERNANDEZ, Leila Maria Gonçalves Leite. *A África na sala: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005.
- HOLNESS, Marga, Prefácio. In: NETO, Agostinho, *Sagrada Esperança*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1974.
- Infopédia: Enciclopédia e Dicionários Porto Editora. Disponível em: [http://www.infopedia.pt/\\$rastafari](http://www.infopedia.pt/$rastafari) Acesso em: 19 de março de 2013.
- JORGE, Manuel. Nação, Identidade e Unidade em Angola: Conceitos, Preceitos e Preconceitos do Nacionalismo Angolano. In: *Latitudes*, Paris: n° 28, dezembro 2006. (p. 3-10)
- MACÊDO, Tania Celestino. *Visões do mar na literatura angolana contemporânea*. Revista *Via Atlântica*, n. 3, São Paulo, 1999.
- MACÊDO, Tania Celestino. Tradição Oral. In: SANTILLI, Maria Aparecida. *Literaturas de Língua Portuguesa: marcos e marcas – Angola*. São Paulo: Arte & Ciência, 2007.
- MARGARIDO, Alfredo, *Estudos sobre Literaturas das Nações Africanas de Língua Portuguesa*. Trad. Carlos Leite. Lisboa: A Regra do Jogo Edições Lda., 1980.
- MARTINS, Oliveira. *História de Portugal*. 16ª ed. Lisboa: Guimarães Editores, 1972.
- MEMMI, Albert. *Retrato do Colonizado Precedido pelo Retrato do Colonizador*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1989.
- MUNANGA, Kabengele. *Negritude: Usos e sentidos*. São Paulo: Ática, 1988.
- NETO, Agostinho. *Sagrada Esperança*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1974.
- \_\_\_\_\_. *Sagrada Esperança*. Prefácio e Introdução traduzidos por J. Duarte Peixoto. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1974.
- OLIVEIRA, Jurema José de. *A poesia contemporânea nos países africanos de língua portuguesa*. Revista *Augustus*, Rio de Janeiro, vol. 14, n. 27, 2009.
- PESSOA, Fernando. *Mensagem*. 13. ed. Lisboa: Edições Ática, 1979.

\_\_\_\_\_. *Mensagem*. Com uma nota de David Mourão-Ferreira. Lisboa, 10ª edição, Obras Completas de Fernando Pessoa, Coleções Poesia, Edições Ática, 1972.

\_\_\_\_\_. *Mensagem*: livro do professor. São Paulo: FTD, 1992. – (Coleção grandes leituras) Inclui biografia em datas e roteiro de leitura.

\_\_\_\_\_. *Obra poética*. Volume único. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1983.

PINTO, A. C. “*Caos e Ordem*”: *Rolão Preto, Salazar e o apelo carismático no Portugal autoritário*. In: SILVA, G. B.; GONÇALVES, L. P.; PARADA, M. B. A. (org.) *Histórias da Política Autoritária. Integralismos, Nacional Sindicalismo – Nazismo – Fascismos*. Recife: Editora da UFRPE, 2010. (p. 39-53)

PIRES, Antonio Machado. *D. Sebastião e O Encoberto*: Estudo e antologia. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1982.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. *O Messianismo no Brasil e no Mundo*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1977.

SAID, Edward W.. *Cultura e Política*. Tradução Luiz Bernardo Pericás. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

SANTILLI, Maria Aparecida. *Africanidade*: Contornos Literários. São Paulo: Ática, 1985.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela Mão de Alice*: o social e o político. 5ª ed. – São Paulo: Cortez, 1999.

SARAIVA, José Hermano. *História Concisa de Portugal*. 9ª ed. – Mira Sintra: Coleção Saber. Publicações Europa – América, 1984.

SECCO, Lincoln. *A Revolução dos Cravos*. São Paulo: Alameda, 2004.

SILVEIRA, Francisco Maciel. In: PESSOA, Fernando. *Mensagem*: livro do professor. São Paulo: FTD, 1992. – (Coleção grandes leituras) Inclui biografia em datas e roteiro de leitura.

SIMÕES, João Gaspar. *Vida e Obra de Fernando Pessoa*. 4ª edição – Lisboa: Livraria Bertrand, Sarl, 1980.

TUTIKIAN, Jane. *Questões de identidade*: a África de língua portuguesa. Revista *Letras Hoje*, Porto Alegre, v. 41, n. 3, p. 37 – 46, 2006.

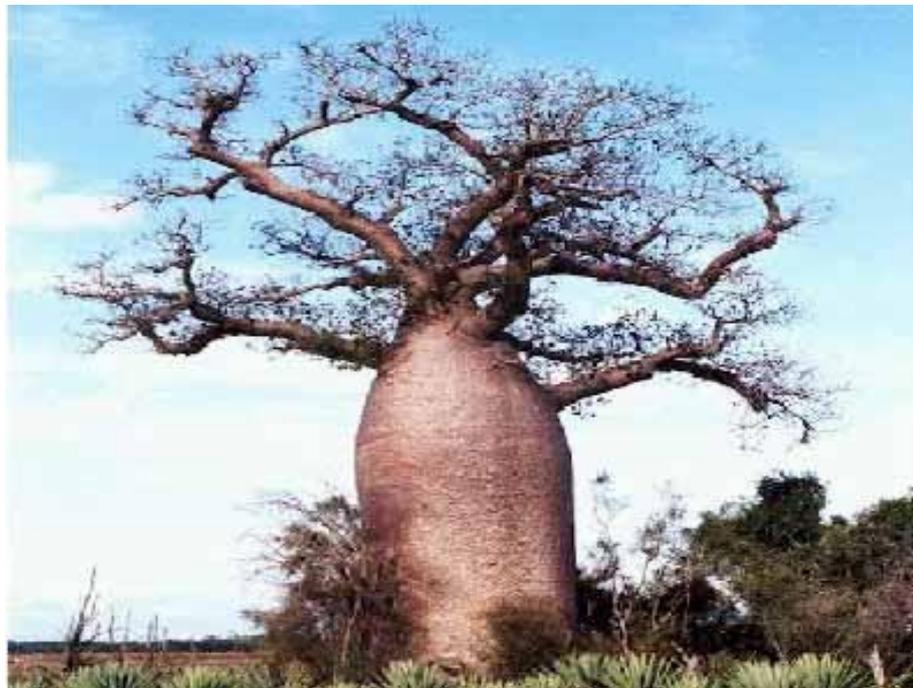
## ANEXOS

Marimbas.....	140
Imbondeiros.....	141
Tam-tam.....	142
Cubata.....	143
Quissange.....	144

## Marimba, instrumento musical africano



## Imbondeiros (ou Baobás)

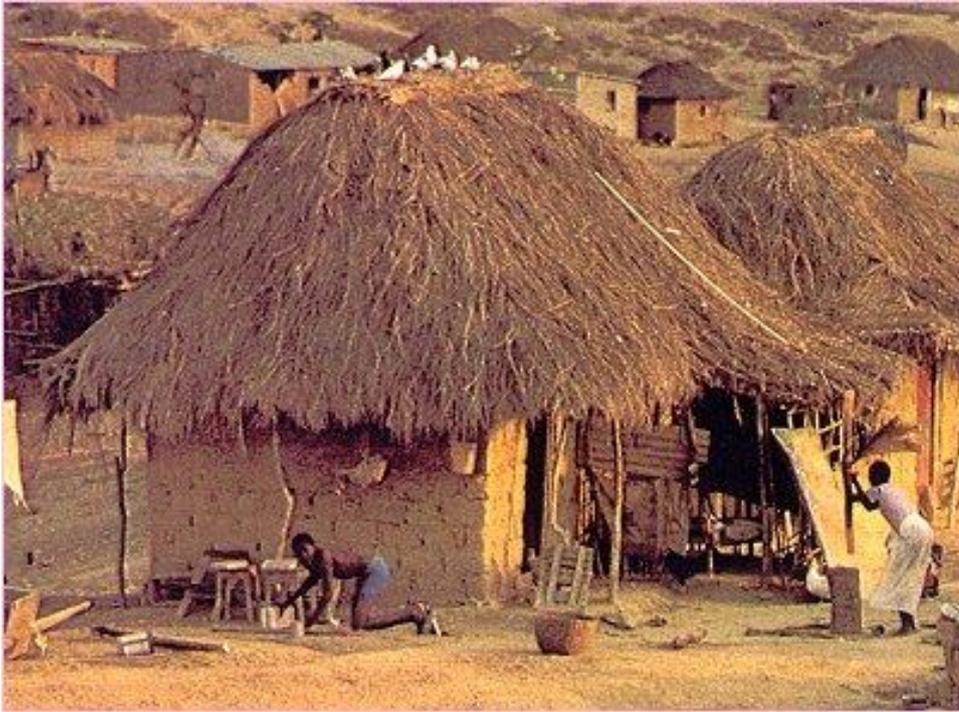


## Tam-Tam



Xandão Angoleiro do Sertão Tocador de Tam-tam

## Cubata



## Quissange

